

DOC. 01

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ de nº 35.542.612/0001-90 com sede na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, com endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br, neste ato representado por sua sócia, Dra. **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora do RG nº 4.643.828 SDS/PE, e inscrito no CPF sob o nº 018.404.144-99.

OUTORGADOS: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 11.338 e OAB/DF nº 20.013, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, devidamente inscrita na OAB/PE nº 35.280, **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 17.232, **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PE nº 49.778, todos com endereço profissional na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.061-020, e endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br, sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90 e registrada na Ordem de Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, sob o nº 127, com endereço na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.061-020, e endereço eletrônico intimacoes@monteiro.adv.br.

PODERES: Da cláusula *ad judicium et extra*, a quem confere amplos poderes para o Foro em geral, visando os interesses da outorgante, devendo defendê-la nas contrárias, seguindo umas as outras, e podendo, para tanto, recorrer a qualquer juízo, instância ou tribunal, agindo em conjunto, podendo assinar, discordar, concordar, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo inclusive substabelecer, contribuindo para o fiel cumprimento deste mandato.

Recife/PE, 11 de março de 2021.



MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO



**13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
"MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C"**

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado no regime da separação de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 11.338, portador da cédula de identidade nº 2.377.431, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 377.377.244-00, residente na Rua de Apipucos, 317, Apto. 901, Apipucos, Recife (PE), CEP: 52.071-000, **ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO** brasileira, solteira, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 50.321, portadora da cédula de identidade nº 8.466.849, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 093.528.014-66, residente Rua São João Batista, 27 – Apto 706 – Bloco 01 – Edf. Vogue - Botafogo – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 22270-030, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 35.280, portadora da cédula de identidade nº 4.643.828, expedida pela SDS/PE, e CPF/MF nº 018.404.144-99, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 501-B, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095; e **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 17.232, portador da cédula de identidade nº 4.260.748, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 794.873.434-15, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 502-A, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095, únicos sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediada na Rua Eng. Oscar Ferreira, 47, Casa Forte, Recife (PE), CEP: 52.061-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90, consoante contrato de constituição de sociedade registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, sob o nº 127, do Livro B, de nº 27 às fls. 3, 3-v e 4, em 31 de janeiro de 1991, e posteriores alterações devidamente registradas, pactuam neste ato promover a alteração de consolidação de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA ALTERAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

Através deste instrumento particular de alteração, o contrato social acima descrito é modificado para os fins específicos de:

- a) Alteração do Quadro Societário;
- b) Atualização do Endereço da filial Rio de Janeiro;



- c) Exclusão da Filial São Paulo/SP;
- d) Alteração do Resultado Social;
- f) Alteração sobre a Cessão e Transferência de Cotas;
- g) Revogação das alterações anteriores;
- h) Promover a Consolidação do Contrato Social.

CLÁUSULA SEGUNDA **DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO**

Nesta oportunidade, consensualmente, altera-se o quadro social da sociedade com a cessão de 1 (uma) quota dos sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO** e 0,5 (meia) quota do sócio **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO** para o novo sócio **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, registrado na OAB/PE sob o n. 49.778, portador da cédula de identidade n. 7660285 expedida pela SDS/PE, e CPF/MF sob o n. 055.540.914-74, residente na Rua Kansas, 1700, Apt. 344, torre Kansas, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04558-003. Dessa forma, serão alteradas as letras (a) e (d) da CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL, passando a constar as seguintes disposições:

a) O sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, participa na sociedade com 90 (noventa) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais); e

d) O sócio **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, participa na sociedade com 2,5 (duas quotas e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Ademais, a mesma cláusula passará a conter a letra e, com a seguinte redação:

e) O sócio **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, participa na sociedade com 1,5 (uma quota e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA **DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇOS DA FILIAL RIO DE JANEIRO**



Nesta oportunidade, altera-se o endereço da filial Rio de Janeiro, a título de retificação:

b) **FILIAL RIO DE JANEIRO/RJ** – situada na Praça Floriano, nº 51, 12º andar, Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.031-050.

CLÁUSULA QUARTA **DA EXCLUSÃO DA FILIAL SÃO PAULO**

Nesta oportunidade os sócios também convencionaram excluir a Filial São Paulo/SP, alterando assim a Cláusula Primeira, que passa a ser:

A Sociedade constituída adota a razão social de **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e tem sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, CEP: 52.061-022, e é composta, também, pelas seguintes filiais:

a) **FILIAL BRASÍLIA/DF** – situada SHS, QD. 06 Conj. A, Bl. E, Salas 208/209, Edif. Business Center-Complexo Brasil XXI, Brasília (DF), CEP: 70.316-902.

b) **FILIAL RIO DE JANEIRO/RJ** - situada na Praça Floriano, nº 51, 12º andar, Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.031-000.

c) **FILIAL FORTALEZA/CE** – situada na Av. Washington Soares, nº 55, Empresarial Igatemi, Salas 1010 e 1011, Edson Queiroz, Fortaleza (CE) CEP: 60.811-341.

d) **FILIAL SÃO LUÍS/MA** - situada Rua das Andirobas, nº 40, Jardim Renascença Empresarial Executive Lake, sala 205, São Luís (MA), CEP: 65.075-040.

CLÁUSULA QUINTA **DA ALTERAÇÃO DO RESULTADO SOCIAL**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador financeiro prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas cotas os lucros ou perdas apuradas.

A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e os lucros ou perdas apurados nessas demonstrações



intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação.

Os lucros ou perdas apurados poderão ser distribuídos aos sócios sem observância da proporcionalidade da participação de cada um, no Capital Social. Esta disposição possui validade retroativa até 01/01/2016.

CLÁUSULA SEXTA **DA ALTERAÇÃO SOBRE A CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de quotas do capital social.

§ 1º. O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, notificará os demais por escrito, especificando a quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, seguido do respectivo número de inscrição na OAB.

§ 2º. No prazo de até 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, os sócios deverão manifestar expressamente o desejo de exercer o direito de preferência, no caso da venda, ou se têm restrição ao ingresso de eventual interessado, no caso de uma cessão não-onerosa.

§ 3º. Exercido o direito de preferência, far-se-á a cessão das quotas por intermédio da alteração do contrato social, aprovada pela maioria do capital social.

§ 4º. Não exercida a preferência e não havendo oposição ao ingresso do indicado, o ofertante poderá alienar as quotas nas mesmas condições oferecidas.

§ 5º. Havendo oposição ao nome do interessado, a decisão sobre a efetivação da cessão será objeto de uma reunião extraordinária, oportunidade em que se decidirá, por maioria simples, sobre a efetivação da referida cessão.

CLÁUSULA SÉTIMA **DA REVOGAÇÃO**

Além das modificações contidas acima, revogam-se todas as alterações anteriormente efetivadas.

TENDO EM VISTA AS ALTERAÇÕES ACIMA, CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL, QUE PASSA A TER A REDAÇÃO SEGUINTE:

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado no regime da separação de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 11.338, portador da cédula de identidade nº 2.377.431, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 377.377.244-00, residente na Rua de Apipucos, 317, Apto. 901, Apipucos, Recife (PE), CEP: 52.071-000, **ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO** brasileira, solteira, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 50.321, portadora da cédula de identidade nº 8.466.849, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 093.528.014-66, residente Rua São João Batista, 27 – Apto 706 – Bloco 01 – Edif. Vogue - Botafogo – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 22270-030, **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, advogada, registrada na OAB/PE sob o nº 35.280, portadora da cédula de identidade nº 4.643.828, expedida pela SDS/PE, e CPF/MF nº 018.404.144-99, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 501-B, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095; **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, brasileiro, casado, advogado, registrado na OAB/PE sob o n. 49.778, portador da cédula de identidade n. 7660285 expedida pela SDS/PE, e CPF/MF sob o n. 055.540.914-74, residente na Rua Kansas, 1700, Apt. 344, torre Kansas, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04558-003. e **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, advogado, registrado na OAB/PE sob o nº 17.232, portador da cédula de identidade nº 4.260.748, expedida pela SSP/PE, e CPF/MF nº 794.873.434-15, residente na Rua Tapacurá, 75, Apto 502-A, Poço da Panela, Recife (PE), CEP: 52.061-095, únicos sócios da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sediada na Rua Eng. Oscar Ferreira, 47, Casa Forte, Recife (PE), CEP: 52.061-022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.542.612/0001-90, consoante contrato de constituição de sociedade registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, sob o nº 127, do Livro B, de nº 2, às fls. 3, 3-v e 4, em 31 de janeiro de 1991, e posteriores alterações devidamente registradas, pactuam neste ato promover a alteração de consolidação de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA DENOMINAÇÃO E SEDE

A Sociedade constituída adota a razão social de **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS** e tem sede na cidade do Recife, Estado de



Pernambuco, na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, CEP: 52.061-022, e é composta, também, pelas seguintes filiais:

a) **FILIAL BRASÍLIA/DF** – situada SHS, QD. 06 Conj. A, Bl. E, Salas 208/209, Edf. Business Center-Complexo Brasil XXI, Brasília (DF), CEP:70.316-902.

b) **FILIAL RIO DE JANEIRO/RJ** - situada na Praça Floriano, nº 51, 12º andar, Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.031-000.

c) **FILIAL FORTALEZA/CE** – situada na Av. Washington Soares, nº 55, Empresarial Iguatemi, Salas 1010 e 1011, Edson Queiroz, Fortaleza (CE) CEP: 60.811-341.

d) **FILIAL SÃO LUÍS/MA** - situada Rua das Andirobas, nº 40, Jardim Renascença, Empresarial Executive Lake, sala 205, São Luís (MA), CEP: 65.075-040.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

A Sociedade terá por objeto a prestação de serviços de advocacia, assessoria e consultoria jurídica e demais atividades jurídicas concernentes às áreas judicial e extrajudicial

PARÁGRAFO ÚNICO. A responsabilidade técnica pelo exercício da atividade profissional compete a cada sócio, individualmente.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo início em 31 de janeiro de 1991, com o devido registro na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco.

CLÁUSULA QUARTA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 100 (cem) quotas de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, subscritas



e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do país, pelos sócios, da seguinte maneira.

a) O sócio **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, participa na sociedade com 90 (noventa) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais); e

b) A sócia **ANA SOFIA CARDOSO MONTEIRO**, participa na sociedade com 3 (três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);

c) A sócia **ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO**, participa na sociedade com 3 (três) quotas no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);

d) O sócio **FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO**, participa na sociedade com 2,5 (duas quotas e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, perfazendo um total de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais); e

e) O sócio **AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES**, participa na sociedade com 1,5 (uma quota e meia) no valor nominal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA **DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

A responsabilidade dos sócios é limitada a importância do Capital Social, na forma da Lei.

§ 1º. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa ocorrer.

§ 2º. Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou terceiros deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.



CLÁUSULA SEXTA DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

A administração da sociedade caberá a qualquer dos sócios, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, facultada retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor deverá ser fixado em comum acordo entre os sócios e levado à conta de despesas gerais da sociedade.

§ 1º. Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer dos sócios ou procurador constituído em nome da sociedade:

I – Representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente;

II – Despedida e eventual punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outras obrigações previdenciárias, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgão do Ministério do Trabalho;

III – Emissão de faturas; e

IV – Praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

§ 2º. Para os seguintes atos, a sociedade deverá estar representada por todos os sócios:

I – Constituição de procurador *ad negotia* com poderes determinados e tempo certo de mandato;

II – Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixando e aceitando preços e formas de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, transigindo.

§ 3º. Para todos os demais atos ordinários ou extraordinários não mencionados nos §§ 1º e 2º, a sociedade estará representada por qualquer dos sócios mencionados no *caput* desta Cláusula.



CLÁUSULA SÉTIMA **DO RESULTADO SOCIAL**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador financeiro prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas cotas os lucros ou perdas apuradas.

A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e os lucros ou perdas apurados nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação.

Os lucros ou perdas apurados poderão ser distribuídos aos sócios sem observância da proporcionalidade da participação de cada um, no Capital Social. Esta disposição possui validade retroativa até 01/01/2016.

CLÁUSULA OITAVA **DA RETIRADA OU MORTE DE SÓCIO E OUTROS EVENTOS, DISSOLUÇÃO,** **LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

A morte, incapacidade, insolvência, exclusão, cancelamento da inscrição profissional, dissidência ou retirada implicam obrigatoriamente na resolução da Sociedade em relação àquele sócio sobre o qual recair o acontecimento.

§ 1º. Desfeita a Sociedade em relação a um sócio pela ocorrência de qualquer das situações descritas no caput, o valor das quotas a ele pertencentes será recomposto com o respectivo remanejamento entre os demais ou reduzido o capital na proporção da participação do mesmo no contrato social, conforme deliberação dos sócios.

§ 2º. Nos casos em que houver redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade deverá ser reconstituída por iniciativa do sócio remanescente, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data do registro do fato na OAB, para Sociedade não ser dissolvida.

§ 3º. Não Sendo o caso de reconstituição da pluralidade de sócios, o remanescente providenciará imediatamente a liquidação da Sociedade, extinguindo-a, sob pena de



cometer infração disciplinar por manter sociedade profissional em desacordo com as normas e preceitos da OAB.

§ 4º. Se o desfazimento da Sociedade for decidido pelo consenso unânime dos sócios, processar-se-ão os trâmites da dissolução social, sendo o liquidante o sócio ou terceiro que for indicado de comum acordo ou pelo detentor da maioria do capital social.

CLÁUSULA NONA **DA EXCLUSÃO DE SÓCIO**

A exclusão de sócio pode ser deliberada pela maioria do capital social, mediante alteração contratual.

§ 1º. Excluído o sócio por qualquer motivo previsto em lei ou por deliberação da maioria do capital social, proceder-se-á conforme disposto na cláusula décima.

§ 2º. O pedido de registro e arquivamento da respectiva alteração deverá estar instruído com a prova de que o sócio excluído foi pessoal e previamente comunicado ou, em não sendo possível, por notificação de Oficial de Registro de Títulos e Documentos, ou carta com AR.

CLÁUSULA DÉCIMA **DO REEMBOLSO DO VALOR DAS QUOTAS**

Em qualquer das hipóteses da Cláusula Oitava será levantado um balanço especial na data da ocorrência do evento para apuração e pagamento dos haveres ao sócio retirante ou aos sucessores do sócio falecido, de acordo com o referido balanço.

PARÁGRAFO ÚNICO. O sócio retirante e/ou os seus sucessores participarão também nos honorários ainda não recebidos, bem como nos honorários de ações pendentes, correspondentes a sua participação no capital social. Os referidos valores serão pagos até 60 (sessenta) dias do efetivo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**



Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de quotas do capital social.

§ 1º. O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, notificará os demais por escrito, especificando a quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, seguido do respectivo número de inscrição na OAB.

§ 2º. No prazo de até 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, os sócios deverão manifestar expressamente o desejo de exercer o direito de preferência, no caso da venda, ou se têm restrição ao ingresso de eventual interessado, no caso de uma cessão não-onerosa.

§ 3º. Exercido o direito de preferência, far-se-á a cessão das quotas por intermédio da alteração do contrato social, aprovada pela maioria do capital social.

§ 4º. Não exercida a preferência e não havendo oposição ao ingresso do indicado, o ofertante poderá alienar as quotas nas mesmas condições oferecidas.

§ 5º. Havendo oposição ao nome do interessado, a decisão sobre a efetivação da cessão será objeto de uma reunião extraordinária, oportunidade em que se decidirá, por maioria simples, sobre a efetivação da referida cessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **DO FORO CONTRATUAL**

Fica eleito o foro da Comarca do Recife, Estado de Pernambuco, para dirimir eventuais dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste Contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos em conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **DAS DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO**



Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum tipo legal que os impeça de exercer atividades na área jurídica, bem como declaram a inexistência de impedimentos ou incompatibilidades para o exercício da advocacia, na forma dos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/1994.


E, por estarem de comum acordo, assinaram o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o firmam.


Recife (PE), 11 de fevereiro de 2020.


BRUNO ROMERO DE PEDROSA MONTEIRO
OAB/PE 11.338


AUGUSTO CÉSAR LOURENÇO BREDERODES
OAB/PE 49.778


ANA SÓFIA CARDOSO MONTEIRO
OAB/PE 50.321


ANA KARINA PEDROSA DE CARVALHO
OAB/PE 35.280


FERNANDO MENDES DE FREITAS FILHO
OAB/PE 17.232

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF:

O presente instrumento de ALTERAÇÃO CONTRATUAL, foi
AVERBADO, nesta data, no Livro nº B-02 do Registro
da Sociedade de Advogados, sob o nº 127
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE PERNAMBUCO
EM 23 DE Set DE 2020.

COMISSÃO DE FISCAMENTO DE ADVOGADOS-UNA-PE
Fedna. 198. Rosa Maria Manicoba
Secretaria da Comissão

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 1.888/54)

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00673883



ASSINATURA DO PORTADOR



RESERVAÇÃO



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

FILIAÇÃO
CLAUDIO DE AZEVEDO MONTEIRO
MARLENE PEDROSA MONTEIRO

NATURALIDADE
RECIFE-PE

CPF
2.377.431 - SSP-PE

DATA DE CRIAÇÃO E VALIDADE
NÃO

DATA DE PARTICIPAÇÃO
28/07/1988

CPF
377.377.244-00

DATA DE EXERCÍCIO
01/09/2010

MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL
MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL

MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL
MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL

DOC. 02



PARECER

Os escritórios de advocacia JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e CAYMMI, DOURADO, MARQUES, MOREIRA E COSTA ADVOGADOS pedem nossa opinião jurídica a respeito de fatos estampados em consulta cuja síntese pode ser explicitada na forma a seguir.

I

EPÍTOME DA CONSULTA

“1. A DISCUSSÃO JUDICIAL DO FUNDEF

O FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental teve sua criação constitucionalmente prevista com o advento da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que alterou o art. 60 do ADCT, disciplinando o custeio das atribuições estabelecidas nos artigos 208, 211 e 212 da Constituição no que se refere ao ensino fundamental. Ao criar o fundo, a emenda atribuiu à lei a disposição sobre a sua organização, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.

A disciplina da matéria veio na forma da Lei nº 9.424/96, que estabeleceu em seu art. 6º o dever da União em complementar os Recursos dos Fundos Regionais, sempre que não fosse alcançado um Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA) definido nacionalmente. A lei estabeleceu objetivamente, em



seu art. 6º, § 1º, a forma de cálculo do citado VMAA, a fim de evitar qualquer interpretação que pudesse resultar em repasse insuficiente de recursos aos municípios, com prejuízo ao almejado padrão mínimo de qualidade a que se refere o art. 211 da Constituição.

A União, a pretexto de regulamentar a lei, editou o Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, que introduziu forma de cálculo que fixava o referido VMAA a menor, tomando por base os dados de cada Estado isoladamente e não a média nacional, de forma a reduzir ilegalmente os valores a serem complementados pela União.

A ilegalidade da forma de cálculo começou a ser sentida no exercício de 1998, quando a forma de cálculo estabelecida pelo Decreto passou a ser adotada, e atingiu os municípios de catorze Estados da Federação, justamente os mais pobres. Desde então, estabeleceu-se discussão nacional sobre o tema, que chegou a ensejar manifestações do TCU e de organismos vinculados à educação.

A partir de 2002, alguns escritórios de advocacia conseguiram reunir elementos jurídicos e contábeis suficientes para mensurar o dano e embasar o seu questionamento judicial. Desde então, número significativo de ações discutindo o tema chegou à apreciação do judiciário, no âmbito da Justiça Federal de primeira instância dos estados sob a jurisdição dos Tribunais Regionais Federais da Primeira e Quinta Regiões, área abrangida pela ilegalidade.

Travou-se ferrenha disputa judicial entre municípios atingidos e a União Federal. Os provimentos judiciais, a princípio oscilantes, somente começaram a convergir anos mais tarde, já em grau de recurso, nos Tribunais Regionais Federais.

Apenas em 2010, doze anos após o início da ilegalidade, e já após extinto o FUNDEF, a matéria foi pacificada no Superior Tribunal de Justiça, por ocasião



do julgamento do REsp nº 1.101.015/BA, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, que decidiu em rito de Recurso Repetitivo pelo dever da União em efetuar o cálculo do VMAA na forma determinada em lei, e repassar aos entes federados os valores que deixaram de ser complementados quando dos repasses dos recursos do FUNDEF.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal, analisando recurso interposto pela União em ação patrocinada pelo escritório JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (RE nº 636.978/PI), reconheceu que a matéria tratava de violação aos citados dispositivos da Lei nº 9.424/96, afastando Repercussão Geral suscitada e mantendo o precedente estabelecido pelo STJ.

Sofreram com a ilegalidade 3.244 municípios brasileiros. Desde o início da ilegalidade até a expiração do prazo prescricional para seu questionamento, período que vai de 1998 a 2011, cerca de 1500 deles socorreram-se de ações judiciais para discutir a questão. Os demais viram prescrever sua pretensão, inclusive algumas das maiores capitais do país, dotadas de procuradorias legalmente organizadas. A esmagadora maioria dos municípios que buscou o judiciário em defesa dos seus direitos o fez por meio de advogados privados, contratados em regime de inexigibilidade de licitação.

Nossos escritórios, JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e CAYMMI, DOURADO, MARQUES, MOREIRA E COSTA ADVOGADOS estiveram entre os pioneiros no desenvolvimento jurídico da tese que se sagrou vitoriosa e da elaboração da metodologia de cálculo do dano sofrido pelos municípios, inclusive na coleta e compilação dos dados necessários à sua mensuração individualizada.

Desde os primeiros momentos das disputas judiciais patrocinamos a defesa do direito de centenas de municípios, atuando em todas as instâncias judiciais, do primeiro grau ao Supremo Tribunal Federal, na consolidação da



tese. Ao longo de mais de 14 anos de dedicação específica, construímos um histórico absoluto de êxito, sem que nenhum dos nossos constituintes tenha sofrido derrota na busca do seu direito”.

Em seguida, a consulta trata da ação civil pública nº 0050616-27.1999.4.05.6100 ajuizada pelo Ministério Público Federal na Justiça Federal de São Paulo, em 1999, que questionou, também, a ilegalidade da fixação do VMAA pelo Poder Executivo Federal, tendo sido julgada procedente e confirmada em segunda instância; no STJ, em decorrência da anterior atuação dos advogados privados em centenas de processos sobre a matéria, a sentença foi, mais uma vez, confirmada e transitada em julgado.

Os consulentes passam, então, a relatar o comportamento do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, questionando a legalidade dos contratos firmados por seus escritórios com vários municípios maranhenses, em virtude de representações do Ministério Público junto àquela Corte de Contas. Para o autor das representações, a) não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, b) não poderia ter sido firmado o contrato com remuneração no êxito, por percentual do resultado econômico proporcionado e c) não é possível o adimplemento contratual por retenção/destaque dos honorários na expedição do precatório judicial.

Em continuação, os consulentes fazem explanação sobre as seguintes questões: a) da singularidade do serviço proposto, objeto dos contratos; b) da possibilidade de destaque dos honorários; c) da ausência de natureza vinculada da verba judicial.

Por fim, explicitam o escopo do pedido e formulam os quesitos a serem respondidos por este parecer:



“À vista dos fatos narrados, e no intuito de elucidar o panorama jurídico, afastando a controvérsia causada pelo deferimento da cautelar pelo TCE/MA, que pôs em situação de insegurança os gestores municipais e escritórios de advocacia contratados, sugerimos os seguintes quesitos:

1) O pleito judicial de diferenças oriundas da ilegal fixação do VMAA por parte da União, envolvendo a identificação do *quantum debeatur*, bem como o levantamento e compilação dos dados necessários para o seu cálculo individualizado, pode ser considerado serviço de natureza singular, nos termos do art. 25, II, da Lei 8.666/93?

2) Nas hipóteses em que o pleito judicial referido no quesito anterior se dê sob a forma da execução do título coletivo formado na Ação Civil Pública n.o 0050616-27.1999.4.05.6100, mantem-se a natureza singular do serviço?

3) Na contratação de tais serviços, é possível a estipulação de honorários exclusivamente sob cláusula de êxito, em percentual compatível com o praticado em mercado e o recomendado pela OAB (quota litis), incidente sob os valores efetivamente recebidos pelos municípios em decorrência de nossa atuação?

4) Os honorários advocatícios pactuados podem ser objeto de destaque do precatório, na forma art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94?

5) Os escritórios JOÃO AZÊDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e CAYMMI, DOURADO, MARQUES, MOREIRA E COSTA ADVOGADOS, à vista do pioneirismo e da longa experiência, do histórico de sucesso no patrocínio de demanda semelhantes, bem como pela organização, aparelhamento e equipes técnicas, reúnem os atributos que lhes classifiquem como dotados de notória especialização, nos termos do art. 25, II, da Lei 8.666/93?

6) Há risco aos interesses municipais na interrupção da execução dos serviços contratados por medida cautelar administrativa?

7) Atende ao interesse público a concessão de cautelar administrativa, na medida em que expõe os nossos constituintes a riscos



processuais decorrentes da condução inadequada dos processos e desestimulam os demais municípios a perseguirem o seu direito?”

Acompanham a consulta vários documentos que se relacionam com as questões nela expostas, como petições de ações propostas pelos consulentes, expedição de precatórios, acórdãos do STJ e do STF, processos de dispensa de licitação, processos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TC/MA) e outros.

II

INDISPENSÁVEL ESTUDO SOBRE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A questão mais relevante, a ser examinada, é atinente à inexigibilidade de licitação, por se tratar de verdadeira questão prejudicial às demais.

Portanto, é imperativo lógico que se considere, como premissa maior, o tema concernente ao instituto da licitação e à não exigência desta. Para tanto, nosso estudo terá como ponto de partida a Constituição da República e lei infraconstitucional específica.

1. A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE LICITAÇÃO

Licitação, instituto de direito administrativo, tem previsão constitucional no art. 37, *caput*, e seu inciso XXI, assim enunciados, hoje:



“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

É óbvio que o mandamento constitucional de que a Administração Pública deve obediência aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência há de estar, também, plasmado nas regras inseridas no processo de qualquer licitação pública, como realmente está no inciso XXI acima transcrito.

Constata-se, ainda, que a disposição constitucional aludida se inicia com a previsão de que a lei infraconstitucional pode especificar casos em que a celebração de contratos administrativos não se submete ao processo licitatório, sem que tais ressalvas se afastem dos princípios insculpidos no *caput* do art. 37. Em outras palavras: os casos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, autorizados pela Constituição Federal, a serem descritos pelo legislador ordinário, continuam regidos pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, como, de resto, qualquer ato administrativo.



2. A LEI INFRACONSTITUCIONAL

Hoje, é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que, em seus artigos 24 e 25, a título de regulamentação da ressalva constitucional, estipulam os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, respectivamente.

Tendo em vista o âmbito da consulta formulada, esta opinião jurídica não abrangerá os casos de dispensa de licitação, mas ater-se-á à hipótese legal de inexigibilidade, assim legalmente definida, na parte em que interessa a este parecer:

“Art. 25. “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

.....
II para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”.

O mencionado art. 13, dentre os serviços técnicos enumerados, prevê, no inciso V, o “patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas”. É evidente que essa espécie de inexigibilidade se refere à possibilidade de contratação direta de advogado, por administrador ou agente público, sem processo licitatório.

Essas são as disposições constitucionais e infraconstitucionais relativas à licitação, que servirão de trilha para nossas reflexões.

Doutrinadores pátrios, principalmente constitucionalistas e administrativistas, em livros ou pareceres, já escreveram, *quantum satis*, sobre essa questão específica, pelo que só nos resta emitir considerações



peçoais concernentes ao mesmo tema, ciente de que estas não destoam, substancialmente, da melhor doutrina. Ademais, como se verá, mais adiante, doutrinadores são evocados nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Com foco nas circunstâncias específicas postas na consulta, a análise das normas que versam sobre inexigibilidade de licitação autoriza a afirmação de que, tratando-se de defesa de causas judiciais, como é o caso em foco neste parecer, a inexigibilidade só é possível quando preenchidos os seguintes requisitos: a) o contrato há de ter por objeto serviço técnico de natureza jurídica, consistente em defesa de causa judicial; b) a causa há de ter natureza singular, entendida esta como a que deve ser especial quanto à questão jurídica e com complexidade suficiente para que não possa ser desempenhada por qualquer advogado; c) por isso, o advogado contratado deverá ter notória especialização e gozar da confiança do gestor público.

Convém ressaltar que, no campo específico ora em estudo, não há disposição legal que discipline honorários do contratado, ou que exija a formalização de processo para se concluir pela inexigibilidade de licitação. Mas é inquestionável que tais requisitos estão incluídos no mandamento constitucional e, por isso, devem estar presentes em todos os processos licitatórios.

O legislador ordinário considerou tão grave a conduta omissiva do dever de licitar, que a mesma Lei nº 8666/1993, em seu artigo 89, define como crime contra a Administração Pública a conduta do administrador público consistente em “inexigir”¹ licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à inexigibilidade.

¹ O verbo “inexigir” não consta de Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Não nos parece que à lei seja permitido neologismos.



Por conseguinte, a inexigibilidade de licitação, nos casos em que ela é exigida, além de ilícito administrativo, é, também, ilícito penal, ou seja, crime punido com pena de detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Ponha-se em relevo que, não obstante a proclamada independência entre as esferas administrativa e penal, não nos parece, sequer, razoável admitir que se reconheça, na órbita penal, a inexigibilidade de licitação, mas se concluir, no campo administrativo, que houve ilícito. Por conseguinte, a decisão penal que proclama a inexistência de crime há de repercutir no processo administrativo e vice-versa. Dificilmente será possível a existência de provas no processo penal que não estejam presentes no processo administrativo, pelo que não se compreende a possibilidade de decisões díspares.

Assim, os requisitos a serem observados, nos casos de inexigibilidade de licitação, hão de ser os mesmos, tanto no campo penal, quanto no administrativo.

3. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A interpretação doutrinária da lei, seja ela magna ou infraconstitucional, há de considerar as circunstâncias de tempo e lugar em que tem incidência, principalmente na sua aplicação pelo Poder Judiciário. Assim sendo, convém verificar, na seara jurisprudencial, como o Supremo Tribunal Federal trata a matéria. Afinal, foram e ainda são inúmeras as decisões divergentes de nossos juízes e tribunais, que estão a merecer, para a concreção da segurança jurídica, pronunciamento definitivo da Suprema Corte sobre a inexigibilidade de processo licitatório para a contratação de



advogado. Deixamos de lado as decisões de outros tribunais, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, em face da realidade inquestionável de que as orientações do Supremo Tribunal Federal constituem a última escala de interpretação judicial da Constituição e das leis.

Elegemos quatro julgamentos de nossa Excelsa Corte, na esfera penal, de que nos ocuparemos logo a seguir.

O primeiro, em ordem cronológica, foi julgado pela Segunda Turma em 24 de outubro de 1995, no RECURSO DE HABEAS CORPUS Nº72830-8, de Rondônia, de que foi Relator o eminente Ministro CARLOS VELLOSO e cujo acórdão, formado por unanimidade de votos, tem a seguinte ementa:

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL: TRANCAMENTO. ADVOGADO: CONTRATAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

I.- Contratação de advogado para defesa de interesses do Estado nos Tribunais Superiores: dispensa de licitação, tendo em vista a natureza do trabalho a ser prestado. Inocorrência, no caso, de dolo de apropriação do patrimônio público.

II.-Concessão de ‘habeas corpus’ de ofício para o fim de ser trancada a ação penal.”

Conquanto o v. acórdão se refira à dispensa de licitação, o caso é de inexigibilidade desta e, segundo o voto condutor do acórdão, perfeitamente caracterizada, eis que “os honorários pactuados não foram exorbitantes” e foram pactuados para “remunerar serviço de interesse público em proveito da própria Administração”. Ainda segundo o voto do Relator, Ministro Carlos Velloso, “a matéria exige, inclusive, especialização, certo de que ser



trata de trabalho intelectual, impossível de ser aferido em termos de preço mais baixo. Nesta linha, o trabalho de um médico operador. Imagine-se a abertura de licitação para a contratação de um médico cirurgião para realizar delicada cirurgia num servidor. Esse absurdo somente seria admissível numa sociedade que não sabe conceituar valores. O mesmo pode ser dito em relação ao advogado, que tem por missão defender interesses do Estado, que tem por missão a defesa da res publica".

Por fim, o voto em análise culmina com a afirmação da falta de "dolo de apropriação do patrimônio público" e de que os serviços de advocacia foram "efetivamente prestados, serviços que resultaram em benefício do Estado".

O segundo caso refere-se à AÇÃO PENA 348, de Santa Catarina, de que foi Relator o eminente Ministro EROS GRAU, com julgamento realizado em 15 de dezembro de 2006 pelo Plenário. A decisão foi unânime. Torna-se imprescindível, aqui, extrair trechos do voto do Relator concernentes à inexigibilidade de licitação, principalmente quando evoca trabalho doutrinário seu, *verbis*:

"13. Em texto doutrinário desenvolvi algumas anotações a propósito do equívoco segundo o qual a notória especialização apenas se manifestaria quando inexistissem outras empresas ou pessoas capazes de prestar os mesmos serviços, além daquela à qual se pretende atribuir a qualificação:

'Permancem alguns Tribunais de Contas a sustentar que apenas se manifesta notória especialização quando inexistem outras empresas ou pessoas capazes de prestar os mesmos serviços, além daquela à qual se pretende atribuir aludida qualificação.



Entendo, não obstante, que ‘serviços técnicos profissionais especializados’ são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. É isso, exatamente isso, o que diz o direito positivo, como adiante demonstrarei.

Vale dizer: nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo, logo, a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do *julgamento objetivo* – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do ‘trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’(cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93).

Há, por certo, quem não goste disso. Mas é isso o que define o direito positivo, apesar do desconforto que possa causar em quem quer que seja, movido pela aspiração de substituir o direito vigente por outro. Até que isso venha a ocorrer, contudo, revolucionariamente ou não, o direito vigente não pode ser desacatado’.

14. Insisti neste ponto, após distinguir a dispensa de licitação da inexigibilidade de licitação:

Já no que concerne aos casos de *inexigibilidade de licitação*, ao contrário, não incide o dever de licitar. A não realização da licitação decorre não de razão de conveniência administrativa, mas da *inviabilidade de competição*. Estas – insisto – constituem eventos do *mundo do ser*, não criações gestadas no *mundo do dever ser* jurídico. Assim, casos de inexigibilidade de licitação, do tipo, manifestam-se – ou não se manifestam – no mundo dos fatos, previamente à sua intrusão no *mundo do dever ser jurídico*.

15. Permito-me insistir mais uma vez: o que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo *confiança*”.



Digno de realce é, também, o voto da eminente Ministra Cármen Lúcia, cuja parte final está a merecer transcrição, por condizer com o tema deste parecer:

“No caso da contratação de advogados, tal como justificado, motivado, ocorreria realmente a situação prevista de inexigibilidade de licitação, pois não há, como disse o Ministro Eros Grau, condições de objetivamente cumprir-se o artigo 3º da Lei n. 8.666/93. Um dos princípios da licitação, postos no artigo 3º, é exatamente o do julgamento objetivo. Não há como dar julgamento objetivo entre dois ou mais advogados. De toda sorte, como verificar se um é melhor do que o outro? Cada pessoa advoga de um jeito. Não há como objetivar isso. Este é o típico caso, como mencionou o Ministro Eros Grau, de inexigibilidade de licitação – artigo 25 c/c artigo 13.”

Nesse julgamento, com decisão unânime, participaram, além do Relator, Ministro EROS GRAU, e do Revisor, Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, as Ministras ELLEN GRACIE, como Presidente, e CÁRMEN LÚCIA, além dos Ministros CELSO DE MELLO, MARCO AURÉLIO, GILMAR MENDES, CEZAR PELUSO, CARLOS BRITTO, JOAQUIM BARBOSA e RICARDO LEWANDOWSKI.

O terceiro acórdão é atinente ao HABEAS CORPUS 86.198-9, do Paraná, relatado pelo eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, sem dúvida, em nossa visão, o pensador jurídico mais fulgurante dos nossos tempos. O julgamento do feito, pela Primeira Turma, ocorreu em 17 de abril de 2007. Também se trata de decisão unânime de cujo acórdão extrai parte da ementa que diz respeito à matéria objeto deste parecer:



“III. Habeas corpus: crimes previstos nos artigos 89 e 92 da L. 8.666/93: falta de justa causa para a ação penal, dada a inexigibilidade, no caso, de licitação para a contratação de serviços de advocacia.

A presença dos requisitos de notória especialização e confiança, ao lado do relevo do trabalho a ser contratado, que encontram respaldo na inequívoca prova documental trazida, permite concluir, no caso, pela inexigibilidade da licitação para a contratação dos serviços de advocacia.

Extrema dificuldade, de outro lado, da licitação de serviços de advocacia, dada a incompatibilidade com as limitações éticas e legais que da profissão (L. 8.906/94, art. 34, IV; e Código de Ética e Disciplina da OAB/1995, art. 7º)” –(sic).

O voto condutor do acórdão, após transcrever trecho do voto do eminente Ministro EROS GRAU, na Ação Penal nº 348-5, de Santa Catarina, já analisada acima, afirma que, de fato, “é a associação desses elementos (notória especialização e confiança) – ao lado, é claro, do relevo do trabalho a ser contratado –, que permitirá concluir pela inexigibilidade da licitação”

Em outro trecho do voto do eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE sobre o requisito da especialização, está dito:

“A consideração pela Administração local da experiência profissional em projeto similar executado noutro Município evidencia tanto a presença da ‘notória especialização’, como do elemento subjetivo da confiança.

Vale dizer, ainda que existissem, em tese, outros profissionais – circunstância que, conforme afirmado na AP 348 (Pl., 15.12.06, **Eros Grau**, pp.), não ilide a configuração da ‘notória especialização’ –, as características pessoais do contratado demonstrariam que ele atendia plenamente às necessidades da Administração local para o desenvolvimento da atividade advocatícia”.



Após transcrever doutrina de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, em que é citada a Professora e Magistrada LÚCIA VALLE FIGUEIREDO, ainda sobre a não descaracterização da inexigibilidade da licitação no caso de existir mais de um capacitado para a prestação do serviço jurídico a ser contratado, o eminente Relator assim se expressa sobre outro aspecto relevante, *litteris*:

“Poupo-me, aqui, de outras considerações sobre a extrema dificuldade da licitação de serviços de advocacia, dada a série de empecilhos que a ética profissional do advogado, em particular – e dos profissionais liberais em geral – veda o que o Estatuto da OAB chama – pelo menos no meu tempo chamava (L.4.215/63, art. 83) – de qualquer atitude tendente à ‘captação de clientela’

Se é para oferecer antes um trabalho para que, entre os concorrentes, a administração escolha um, seria uma licitação paradoxal: ela começaria pela execução do trabalho.

Se for para disputar preço, parecer de todo incompatível com as limitações éticas e mesmo legais que a disciplina e a tradição da advocacia trazem para o profissional”.

O quarto e último julgamento, escolhido para exame, é o do Inquérito nº 3.074, de Santa Catarina, julgado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em 26 de agosto de 2014, cujo Relator foi o eminente Ministro ROBERTO BARROSO, tendo havido, apenas, um voto vencido do eminente Ministro MARCO AURÉLIO, que recebi a denúncia.

A ementa do acórdão elenca os requisitos reputados indispensáveis à inexigibilidade de licitação, como que a sistematizar as decisões anteriores contempladas acima. Reza, a ementa, no tópico que nos interessa:



“A contratação direta de escritório de advocacia, sem licitação, deve observar os seguintes parâmetros: a) existência de procedimento administrativo formal; b) notória especialização profissional; c) natureza singular do serviço; d) demonstração da inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e) cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado”.

Do voto do Relator extraem-se trechos que auxiliam a formação de nossas conclusões. Depois de transcrever o §1º do art. 25 da Lei nº 8.666/93, que conceitua notória especialização, diz o eminente Ministro Roberto Barroso:

“11. Como se percebe, o que a norma exige é que a escolha recaia sobre profissional dotado de especialização notória, ou seja, incontroversa. Não basta, portanto, que goze da confiança pessoa do gestor público, sendo necessário que a sua qualificação diferenciada seja aferida por elementos objetivos, reconhecidos pelo mercado. É o caso, e.g., da formação acadêmica e profissional do contratado e de sua equipe, da autoria de publicações pertinentes ao objeto da contratação, da experiência em atuações pretéritas semelhantes.

.....

O que a lei permite, compreensivelmente, não é a contratação de talentos ocultos, e sim de prestadores que já são reconhecidos pelo mercado como referências nas suas respectivas áreas”.

Quanto à natureza singular do serviço, o voto ora em análise assevera:

“13. A natureza singular refere-se ao objeto do contrato, ao serviço a ser prestado, que deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Não basta, portanto, que o profissional seja



dotado de notória especialização, exigindo-se, igualmente, que a atividade envolva complexidade que tornem necessária a peculiar expertise (sic).

.....

17. O fato de a entidade pública contar com quadro próprio de procuradores não obsta legalmente a contratação de advogado particular para a prestação de serviço específico. É necessário, contudo, que fique configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pela advocacia pública, dada a especificidade e relevância da matéria ou a deficiência da estrutura estatal”.

No que tange aos honorários devidos ao advogado contratado, assim está no voto do eminente Ministro ROBERTO BARROSO:

“19. Por fim, deve ser verificada a adequação do preço a ser pago pelo serviço, nos termos do art. 48, da Lei nº 8.66/93. Como é natural, a opção por profissionais de referência tende a vir associada à cobrança de honorários em patamar compatível. O fato de a contratação direta envolver atuações de maior complexidade e/ou responsabilidade pode agravar essa circunstância, contribuindo para a elevação dos valores. Ainda assim, é necessário que a Administração demonstre que os honorários ajustados encontram-se dentro de uma faixa de razoabilidade segundo os padrões do mercado, observadas as características próprias do serviço singular e o grau de especialização profissional”.

Terminado o labor sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativo ao instituto da inexigibilidade de licitação, somos impelidos a observar que, no último acórdão examinado, da lavra do eminente Ministro ROBERTO BARROSO, constata-se, com a vênua devida, impropriedades terminológicas de todo inaceitáveis: “preço” e “mercado” são termos incompatíveis com o exercício da advocacia, que,



legal e eticamente, não pode ser tratado como mercadoria que tem “preço” em “mercado”. Tanto a Lei nº 8.906/94, como o Código de Ética e Disciplina da OAB/1995) vedam que se considere o serviço advocatício como objeto de mercancia e que honorários sejam “preço”. Exatamente por isso é que fica difícil, ou quase impossível, submeter tal serviço, seja ele de que natureza for, a procedimento licitatório, como será demonstrado mais adiante.

4. REQUISITOS DA LEGITIMAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Feitas essas observações, podemos dizer que as manifestações jurisprudenciais emanadas do Supremo Tribunal Federal, até aqui transcritas, são suficientes para que delas se extraiam os requisitos exigidos para a legitimação da inexigibilidade de licitar: a) existência de procedimento administrativo formal de inexigibilidade de licitação; b) notória especialização do contratado, aliada à confiança do administrador público no advogado; c) natureza singular do serviço; d) demonstração da inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e) não exorbitância do valor dos honorários contratados.

A indispensável formalização do procedimento de inexigibilidade de licitação tem sua razão de ser para que se observe o princípio constitucional da publicidade e para que se dê transparência ao ato administrativo da contratação do advogado. Tal formalização é que torna possível verificar se todos os requisitos da inexigibilidade foram satisfeitos.



Quanto à notória especialização, repita-se, aqui, a precisa lição de EROS GRAU e de SEPÚLVEDA PERTENCE, no sentido de que alguns Tribunais de Contas persistem em sustentar que apenas se manifesta notória especialização quando não existem outras empresas ou pessoas capazes de prestar os mesmos serviços, além daquela à qual se pretende atribuir aludida qualificação. É evidente que assim não é. A experiência do advogado em causas similares constitui, também, notória especialização, que não pode se reduzir à existência de títulos acadêmicos. É, principalmente, o trabalho constante e repetitivo que forja a notória especialização, que é, sem dúvida, circunstância objetiva apta a gerar confiança do gestor público contratante, em virtude do êxito em causas pretéritas similares. Daí o acerto da sentença de EROS GRAU: “A consideração pela Administração local da experiência profissional em projeto similar executado noutro Município evidencia tanto a presença da ‘notória especialização’, como do elemento subjetivo da confiança”.

Nem mesmo a existência, em tese, de outros profissionais com a mesma especialização “não ilide a configuração da notória especialização”, abrindo-se, legitimamente, campo à discricionariedade do administrador público para escolher o advogado, de acordo com as características pessoais deste, a revelar a confiança daquele, adquirida pela demonstração de que o contratando atende, plenamente, as necessidades da Administração.

Reitere-se o ensinamento de EROS GRAU, quando diz que “o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo, logo, a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do *julgamento objetivo* – é incompatível com a atribuição de exercício de



subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do ‘trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato’(cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93).

A natureza singular do serviço, objeto da contratação, se mede, no caso em foco, pelo relevo da causa a ser contratada e que, obviamente, deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Não basta, portanto, que o profissional seja dotado de notória especialização, exigindo-se, igualmente, que a atividade envolva complexidade que torne necessária a contratação.

Por isso, o fato de a entidade pública contar com quadro próprio de procuradores não é óbice à contratação de advogado para a prestação de serviço específico. É necessário, contudo, que fique configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pela advocacia pública, dada a especificidade e relevância da matéria ou a deficiência da estrutura estatal, que pode ser caracterizada até mesmo pela ausência de serviço jurídico público. Afinal, nos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros é bem provável que isso ocorra em considerável número deles.

Quanto à inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público, trata-se de requisito estreitamente ligado à singularidade da causa, objeto do contrato. Deve referir-se a causas que tenham certa complexidade, sendo de impossível ou de difícil desempenho por parte de advogados componentes do corpo jurídico permanente da entidade pública, encarregados de executar serviços advocatícios corriqueiros que deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia



pública que o atende. Tratando-se, por exemplo, de município, a execução fiscal de débito relativo ao imposto sobre serviços de qualquer natureza- ISS ou sobre propriedade predial e territorial urbana-IPTU (art. 156 da Constituição da República) são, evidentemente, serviços habituais que não podem ser considerados singulares.

Deve ser causa que exija dos advogados públicos especial estudo para o ajuizamento da ação, bem como a segurança profissional de que será obtido o desejado êxito em benefício do ente público junto aos juízes e tribunais competentes para o julgamento da causa.

Com efeito, não é de difícil constatação que, boa parte de nossos municípios não é sede de comarca e a maioria deles não é sede de Justiça Federal perante a qual devem ser propostas as ações contra a União, como é o caso relatado na consulta em tela. Até mesmo essa simples circunstância é idônea a contribuir para a conclusão de não haver inadequação do patrocínio da causa pelos integrantes do serviço jurídico da municipalidade.

O último requisito é relativo ao valor dos honorários, como remuneração do serviço advocatício do contratando, que deve constar do contrato formalizado. Evidentemente, não podem, eles, ser exorbitantes, e devem seguir os parâmetros costumeiramente estipulados. Como a atuação do advogado há de se referir a causa com certa complexidade, é natural que essa circunstância pode elevar o valor dos honorários. Ainda assim, é necessário que a Administração demonstre que os honorários ajustados se situam dentro de uma faixa de razoabilidade. A razoabilidade é critério de fixação de honorários tanto para cima, como para baixo. Se eles não podem ser exorbitantes, também não podem ser aviltantes. Por isso, o Estatuto da



Advocacia – Lei nº 8.906, de 4.7.1994 – dispõe, em seu art. 22, § 2º, que os honorários são fixados como “remuneração compatível com o trabalho e com o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB”.

Assim, para a fixação dos honorários, a lei autoriza que se leve em consideração o valor econômico da questão, bem como o proveito que advirá para o ente público contratante, em decorrência do êxito da causa.

Como corolário do estudo das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, consolida-se nosso convencimento pessoal de que, tratando-se de contratação de serviço de advocacia, a regra há de ser a inexigibilidade da licitação, com exceção, apenas, quando se tratar de ente público que tenha corpo próprio de advogados e o serviço jurídico seja rotineiro.

Assim há de ser, pois, sendo indissociável do exercício da advocacia o fator confiança que o gestor público deposita no advogado, a não realização da licitação decorre não de razão de conveniência administrativa, mas da *inviabilidade de competição*, segundo lição de EROS GRAU.

Seguindo, também, o voto deste, a eminente Ministra CÁRMEN LÚCIA faz eco com a afirmação de que não há “condições de objetivamente cumprir-se o artigo 3º da Lei n. 8.666/93. Um dos princípios da licitação, postos no artigo 3º, é exatamente o do julgamento objetivo. Não há como dar julgamento objetivo entre dois ou mais advogados. De todo sorte, como verificar se um é melhor do que o outro? Cada pessoa advoga de um jeito. Não há como objetivar isso. Este é o típico caso, como



mencionou o Ministro Eros Grau, de inexigibilidade de licitação – artigo 25 c/c artigo 13.”

Por derradeiro, o eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE revela sua extrema dificuldade de admitir licitação de serviço de advogado em virtude dos empecilhos éticos que o Estatuto da Advocacia e o Código de Ética e Disciplina da OAB estabelecem, especialmente no que concerne à disputa de preços.

Portanto, qualquer interpretação atinente à questão de licitação de serviço de advogado há de ter como ponto de partida o fato de que a inexigibilidade de licitação é a regra, porque a ética profissional assim preconiza.

Para nós, há invencível antinomia entre exigência de licitação para a contratação de serviços de advocacia, regulada na Lei nº 8.666/93, e o Estatuto da Advocacia, Lei nº 8.906/94.

Assim é, porque, em geral, o processo licitatório visa proveito e economia para a Administração Pública, buscando o menor preço ofertado pelos licitantes, aliado, ou não, ao critério técnico, ao passo que a conduta ética do advogado, legalmente imposta de forma cogente, não pode se pautar pela competição relativa a valor de honorários, como se deduz da orientação do Supremo Tribunal Federal, estampada nos acórdãos acima analisados.

Logo, a única forma aceitável de licitação pública para prestação de serviço forenses, próprios de advogado, é a do concurso público de provas e títulos para provimento de cargo público. Se, no município, não há advogado nessa condição, ou, se há, não tem, ele, especial tirocínio na matéria, a única solução possível é a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, observados os requisitos acima analisados.



Não se ignora a existência da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC nº 45, proposta ao Supremo Tribunal Federal pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sobre os artigos da Lei nº 8.666/93 aqui analisados.

Esperamos que a decisão seja no sentido do que aqui expusemos.

III

OS CASOS CONCRETOS POSTOS NA CONSULTA FORMULADA

Estabelecida a premissa maior, com a conceituação do instituto da inexigibilidade de licitação, a premissa menor consistirá no exame de toda a documentação que nos foi encaminhada pelos dois escritórios de advocacia a respeito das ações por eles ajuizadas, em virtude de contratação direta com municípios, por inexigibilidade de licitação.

O corolário ou conclusão do silogismo estará constituído pelas respostas às várias questões jurídicas formuladas na consulta.

1. O OBJETO DOS CONTRATOS CELEBRADOS COM MUNICÍPIOS

É inconteste que ambos os escritórios celebraram contratos de prestação de serviço advocatício, com diversos municípios nordestinos, cujo objeto é o ajuizamento, perante a Justiça Federal, de ação contra a União, tendente a compeli-la a cumprir o disposto no § 1º do art. 6º da Lei 9.424/96, que tem a seguinte redação:



“Art. 6º. A União complementarará os recursos do Fundo a que se refere o art. 1º sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 1º - O valor mínimo anual por aluno, ressalvado o disposto no § 4º, será fixado por ato do Presidente da República e nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas, observado o disposto no art. 2º, § 1º, incisos I e II.

§ 2º - As estatísticas necessárias ao cálculo do valor para aluno, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base o censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e Desportos, anualmente, e publicado no Diário Oficial da União”.

2. A FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inicialmente, assinala-se que todos os contratos celebrados pelos consultores com os municípios são precedidos do indispensável e formal processo de inexigibilidade de licitação.

3. A NATUREZA SINGULAR DO OBJETO DO CONTRATO E SEU GRAU DE COMPLEXIDADE

A simples leitura da petição inicial de uma das ações propostas por um dos consultores, em agosto de 2003, demonstra que a matéria nela posta não é daquelas tratadas, corriqueiramente, pelo serviço jurídico do município. É matéria com significativo grau de complexidade, por se tratar de cálculo do valor mínimo nacional por aluno, com previsão em lei especial relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF. Para tanto, há necessidade de se valer de estatísticas com estimativas de matrículas com base em senso educacional realizado pelo Ministério da Educação, que constituiu Grupo de Trabalho para definir o valor correto por aluno em confronto com o valor pago a menor pela própria União, em desacordo como a Lei.

E os contratos firmados pelos advogados com diversos municípios tinham por finalidade a propositura de ação judicial para buscar a condenação da União, compelindo-a a transferir ao ente municipal o valor pecuniário resultante da diferença entre o que a União transferira a menor, e o que realmente deveria ter transferido.

A complexidade do serviço se caracteriza, também, pelo fato de que a ação contra a União deve ser ajuizada na Justiça Federal, inexistente na maioria dos municípios brasileiros, principalmente na região nordestina. Tal circunstância exige deslocamento do advogado contratado para a Capital Federal, no mínimo para acompanhar, em segunda instância, o julgamento dos recursos relativos aos municípios compreendidos na Primeira e na Quinta Região da Justiça Federal, quando não para propor a ação, como lhe faculta o art. 109, § 2º, da Constituição da República. Considere-se, ainda, que, geralmente, os advogados públicos municipais carecem de tirocínio suficiente para exercer a advocacia no âmbito da Justiça Federal, precisamente porque suas atividades habituais ocorrem no âmbito da Justiça estadual.

Ademais, a singularidade do serviço advocatício não significa que deva ser de grande complexidade, mas, sim, que não se iguale àquelas tarefas costumeiras, executáveis por qualquer advogado público municipal.



Basta, pois, para se reconhecer a inexigibilidade de licitação, que a complexidade da causa exista em qualquer grau.

Aqui, é bom lembrar que, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, ao oferecer representação contra o Município maranhense de Alto Alegre do Pindaré, que contratou um dos escritórios consulentes sem licitação, reconheceu que a causa, objeto do contrato, tem complexidade de grau médio, o que é suficiente para se caracterizar a singularidade do serviço e sua complexidade.

Ainda quanto à singularidade da causa, não se pode deixar de reconhecer que não mais tem cabimento o ajuizamento de ação de conhecimento contra a União, quanto à diferença por ela devida relativa ao FUNDEF, já extinto há mais de cinco anos. A ocorrência da prescrição é de reconhecimento imperioso.

Todavia, persiste a possibilidade de execução a ser promovida pelos municípios contra a União no âmbito da ação civil pública, de autoria do Ministério Público Federal, eis que há notícia de que o trânsito em julgado da aludida ação civil pública ocorreu no dia 1º de julho de 2.015, termo *a quo* do prazo prescricional de cinco anos, para a execução individual da sentença, segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.388.000/PR). Ainda assim, não se pode negar que se trata de execução contra a União, no âmbito da Justiça Federal, não podendo ser equiparada à execução de sentença individual, de ocorrência costumeira nas comarcas do interior, mas de sentença em ação coletiva.

Ademais, a Constituição Federal e leis infraconstitucionais preveem processo de execução especial contra a Fazenda Pública, com possibilidade de recursos específicos, a demonstrar sua singularidade, com indiscutível grau de complexidade. Sabe-se, também, que inúmeras são as questões,



mormente processuais, levantadas pela União, buscando obstar a legitimidade do município como beneficiária de sentença prolatada em ação coletiva ajuizada em território cuja jurisdição não compreende o ente municipal exequente, além de outras arguições complexas, que tornam indubitoso o caráter singular do serviço advocatício contratado.

O grau de complexidade da execução é tanto, que o próprio Ministério Público Federal-MPF em São Paulo, autor da ação civil pública, contesta a legitimidade dos municípios quanto à execução da sentença, sob o argumento de que os interesses tutelados na ação e na execução não são individuais homogêneos, mas difusos. Ainda, segundo o Ministério Público, ao propor a ação, ele não estava representando interesse financeiro dos municípios prejudicados com o repasse a menor realizado pela União; a ação almeja, apenas, a recomposição do FUNDEF e, por isso, o destino do dinheiro obtido com o cumprimento da sentença há de ser o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que substituiu o FUNDEF, e não os cofres municipais.

Por seu turno, a União contesta a afirmação do MPF, arguindo a ilegitimidade deste para a propositura da ação civil pública, por não se tratar de interesse difuso, mas “direitos e interesses concretos, divisíveis e objetivamente mensuráveis, que alguns interessados, facilmente identificáveis, tem/terão em exigir da União...” o cumprimento da sentença e que são os municípios.

Assinale-se, outrossim, a discrepância de entendimento judicial a respeito da abrangência territorial da sentença exequenda, como de fato ocorre, a exigir do advogado conhecimento e tirocínio para reverter o resultado que foi prejudicial ao município.



Como se constata, o grau de complexidade é patente, a demonstrar a singularidade do serviço advocatício contratado pelos municípios, jungida ao fato de que dessa própria complexidade emana a concreta possibilidade de risco de desfecho desfavorável para os municípios.

4. A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS ADVOGADOS DOS ESCRITÓRIOS CONSULENTES

Quanto ao requisito de notória especialização dos advogados em exercício nos escritórios contratados, está demonstrado, documentalmente, que, desde 2003 – portanto, há mais de 13 (treze) anos –, se especializaram no ajuizamento, na Justiça Federal, de feitos contra a União, seja em processo de conhecimento, seja em processo de execução, com o objetivo exclusivo de obter para os municípios contratantes valores pecuniários decorrentes do descumprimento de disposições da Lei que instituiu o FUNDEF.

A leitura das primeiras petições iniciais das ações ordinárias propostas não deixa dúvida de que seus artífices, advogados, se aprofundaram no estudo da matéria e adquiriram a “expertise” indispensável para o alcance do almejado êxito nas ações propostas.

Após o sucesso alcançado e com a satisfação dos primeiros municípios contratantes, em virtude do ingresso nos cofres públicos de substancial numerário, à toda evidência, os escritórios dos consultes passaram a merecer a confiança dos gestores de outros municípios.

Assim, não se pode deixar de reconhecer a especialização adquirida para a propositura das primeiras ações, especialização essa que se tornou notória após o bom êxito das primeiras ações ajuizadas. Os próprios



consulentes reconhecem que não são os únicos especialistas na matéria, mas tal circunstância é irrelevante para se concluir pelo reconhecimento da notória especialização, como já visto.

Também, essa especialização se espraia para o processo de execução cuja complexidade foi constatada acima na contenda entre MPF e União, tendo em vista as intrincadas questões jurídico-processuais decorrentes da natureza da execução na ação civil pública em foco.

5. O FATOR SUBJETIVO DA CONFIANÇA DO GESTOR PÚBLICO

Outrossim, o fator subjetivo da confiança do administrador público, depositada no escritório que já alcançou pleno êxito em ações similares pretéritas relativas a outros municípios, autoriza o reconhecimento da inexigibilidade da licitação, porque jungida ao fator da notória especialização.

6. A PRECARIÉDADE DOS SERVIÇOS JURÍDICOS OFICIAIS DOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES

Outra circunstância, facilmente constatável, é a de que a maioria dos pequenos municípios brasileiros sequer têm estruturado serviço jurídico; quando muito, existe advogado nomeado para exercer cargo em comissão, que não tem conhecimento bastante para executar o serviço noticiado neste parecer.

Por conseguinte, a natureza singular do serviço advocatício, aliada ao seu grau de reconhecida complexidade, além da demonstração de que a prestação do serviço não seria adequadamente exercida por advogados



públicos municipais, quando e se existentes, está a justificar a inexigibilidade de licitação e, conseqüentemente, a contratação direta dos advogados.

7. A QUESTÃO DA EXORBITÂNCIA DOS HONORÁRIOS

Para concluir pela legalidade da contratação direta dos escritórios consulentes, por inexigibilidade de licitação, promovida por vários municípios pertencentes a Estados-membros do nordeste brasileiro, resta o exame da caracterização, ou não, de exorbitância dos honorários pactuados.

De início, há de se ponderar que, em todos os contratos firmados pelos escritórios consulentes, o recebimento dos honorários contratados estava condicionado ao êxito da causa ajuizada, de tal sorte que o ente público contratante não suportava nenhum encargo, pois as eventuais despesas, como pagamento de custas, viagens, hospedagem e outras eram arcadas pelos advogados contratados.

Por outro lado, o êxito da demanda judicial traria inquestionável benefício financeiro para o município, descontados, apenas, os honorários contratuais.

Resta examinar se o percentual de 20% sobre o proveito financeiro que adviesse para o município pode ser considerado exorbitante.

Exorbitante é o que sai da órbita; o que excede os limites do razoável; o que é excessivo. Na esfera de honorários, o oposto é “módico”, que, segundo os léxicos, significa exíguo, pequeno, reduzido, parco, insignificante.

Indiscutível é que a “prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados...” (art. 22,



caput, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia e da OAB).

Para estipulá-los, o § 2º desse mesmo artigo indica parâmetros que, embora se refiram a honorários a serem judicialmente arbitrados, são perfeitamente aplicáveis aos casos de honorários contratuais:

“§ 2.º Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferior aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Secional da OAB”.

Portanto, os honorários contratados devem considerar, além do trabalho, em sua dimensão de complexidade e de tempo despendido até o fim da ação judicial, o proveito econômico que advirá para o ente público contratante e não podem, em nenhuma hipótese, ser inferiores aos previstos nas tabelas elaboradas pelos próprios Conselhos Seccionais da OAB, sob pena de aviltamento da profissão. É o que diz a lei !

Sobre a complexidade do serviço, ela já foi objeto de análise. Quanto ao tempo gasto, são anos de labor até a expedição de precatório, para que, efetivamente, o município contratante obtenha o proveito desejado. Muitos processos chegaram até ao Supremo Tribunal Federal por força de recurso extraordinário interposto pela União, buscando modificar a forma de cálculo do valor mínimo anual por aluno (VMAA) a ser repassado ao FUNDEF, com foi o caso do Recurso Extraordinário nº 636.978, do Piauí, patrocinado por um dos escritórios consulentes.

A título exemplificativo verifica-se, na documentação que acompanha a consulta, relativamente ao Município Caldeirão Grande, do Estado da Bahia, a prova de que o processo de conhecimento, proposto por



escritório consulente, foi ajuizado em 03/12/2003 e o trânsito em julgado ocorreu em 23/05/2012, sendo que a requisição do pagamento, por precatório, se deu, somente, em 22/04/2015. Foram, portanto, mais de uma década de trabalho!

Relevante, no caso, é, também, a circunstância de que todos os contratos firmados pelos consulentes com os municípios previam que os honorários seriam “*ad exitum*”: só seriam pagos se o município visse satisfeita sua pretensão deduzida em Juízo, com o recebimento do numerário devido pela União, como complementação do FUNDEF. Caso contrário, os advogados nada receberiam.

Considerados todos esses fatores, com a verificação, inclusive, de que as várias tabelas elaboradas pelos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, preveem, em várias hipóteses, o percentual de 20% ou de 30%, parece-nos evidente que os honorários contratados pelos municípios não podem ser considerados exorbitantes. Seguem a praxe.

Sobre essa questão, evoque-se decisão proferida pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1155200/DF, Relatora a eminente Ministra Nancy Andrighi, julgado em 22.02.2011. Da ementa do acórdão extrai-se:

“DIREITO CIVIL. CONTRATO DE HONORÁRIOS QUOTA LITIS. REMUNERAÇÃO *AD EXITUM* FIXADA EM 50% SOBRE O BENEFÍCIO ECONÔMICO. LESÃO.

.....

6. Recurso especial conhecido e provido, revisando-se a cláusula contratual que fixou os honorários advocatícios para o fim de reduzi-los ao patamar de 30% da condenação obtida”.



Como se vê, o STJ considerou exorbitante o percentual de 50% e o reduziu para 30%, como sendo o justo para os honorários advocatícios calculados sobre o proveito da demanda.

No caso em exame, o percentual é de 20%, a demonstrar que nada tem de exagero.

Uma última observação sobre honorários: a experiência demonstra que honorários módicos ou fixados de acordo com a praxe, são considerados exorbitantes, quando o valor a receber é muito mais elevado do que a remuneração mensal de magistrados e membros do Ministério Público. Tal comparação, entretanto, não tem razão de ser, por não ser critério jurídico aceitável.

8. A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE HONORÁRIOS “AD EXITUM” EM PERCENTUAL RELATIVO AO RESULTADO DA AÇÃO JUDICIAL

Resta o exame de duas outras questões, postas na consulta, relativas a honorários de advogado, que encontram resistência de admissibilidade por nossas Cortes Estaduais de Contas, ao se depararem com contratação direta, por inexigibilidade de licitação de serviço de advogados: a) impossibilidade de contratação de honorários apenas em decorrência do êxito, porque a Lei nº 8.666/93 estabelece a necessidade de preço certo na contratação e b) impossibilidade de destaque de honorários na requisição dos precatórios.

É certo que a Lei nº 8.666/93, em algumas de suas disposições, fala em preço, como nos artigos 5º e 55, mas, exatamente por isso, não podem ser aplicados, quando se trata de contratação de serviços advocatícios.



Honorários não podem ser considerados “preço” nem exercício de advocacia, comparado a mercadoria, como já exposto acima. Entre as regras gerais de licitação, relativas a serviços mercadologicamente valoráveis economicamente, com relação aos quais a lei impõe a obrigação de licitar, e, do outro lado, os serviços de advocacia, de natureza intelectual e insuscetíveis de valoração mercantil, por imperativo legal e ético, é forçoso concluir que o mister de advogar não tem preço licitável; daí a inviabilidade de competição, a impor a inexigibilidade de licitação.

Não é por outra razão que a Constituição da República prevê ressalva quanto à obrigatoriedade de licitar e, conseqüentemente, a Lei de Licitação exclui de seu âmbito de incidência os serviços advocatícios.

Portanto, nenhum óbice há em estipular honorários de advogado consistente em percentual do proveito econômico a ser aferido pelo contratante, como, aliás, é prática no meio forense. Nem se opte por uma aplicação errônea da lei, em detrimento do proveito que haure o município com a contratação direta de advogado, cujos honorários são contratados pelo regime de êxito, em que somente o prestador do serviço corre risco de insucesso, sem qualquer ônus a ser suportado pelo ente público.

No caso em exame, o proveito auferido pelos municípios é evidente, eis que o contrato é de risco, a depender do êxito.

Por fim, nenhuma norma proibitiva há quanto à pactuação de honorários traduzidos em percentual do proveito a ser auferido pelo contratante. Ao contrário, o acórdão acima transcrito, exarado no julgamento do REsp 1155200/DF, Relatora a eminente Ministra Nancy Andrighi, julgado em 22.02.2011, trata, precisamente, de honorários ajustados em percentual sobre o ganho econômico decorrente da ação proposta.



Aliás, a estipulação de honorários em percentual sobre o êxito da demanda nos parece mais favorável ao município, dada a imponderabilidade da obtenção de sucesso, ao passo que a estimativa dos honorários em valor certo e determinado pode ser danosa ao ente público contratante.

9. A LEGALIDADE DO DESTAQUE DOS HONORÁRIOS NA REQUISIÇÃO DE PRECATÓRIOS

O mesmo se diga da possibilidade de se destacar a verba honorária na requisição judicial do pagamento por meio de precatório, já reconhecida, também, pelo STJ, em vários julgados. A título de exemplo, eis o que diz excerto da ementa do acórdão no RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.457-PE, julgado em 02.06.2016, Relator o eminente Ministro HUMBERTO MARTINS:

“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDEF. VERBAS PARA EDUCAÇÃO. JUNTADA DO CONTRATO ESCRITO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 22, § 4º, DA Lei n. 8.906/1999. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA N. 83/STJ...

.....

3. *É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º, da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório*. (AgRg no AREsp 447.744/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2014.)

4. A hipótese dos autos possui peculiaridade de que a constrição se dá em processo em que se discute verbas do FUNDEF.



5. A previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários, pois a sua atuação decorre das verbas educacionais”.

Nesse mesmo julgamento, o eminente Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, ao final de seu voto, disse que, “em razão do princípio da independência das instâncias, esta Corte está autorizada a adotar orientação diversa do Tribunal de Contas da União, sobretudo quando no exercício de sua atividade jurisdicional precípua, que é zelar pela legislação federal infraconstitucional”.

Por conseguinte, quando o STJ, que é o Tribunal destinado constitucionalmente a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional, decide que é direito do advogado a retenção de honorários, “pois a sua atuação decorre das verbas educacionais”, há de cessar toda e qualquer interpretação divergente, como exigência do princípio da segurança jurídica.

Nenhum reparo merece, portanto, o ajuste dos honorários estipulados entre os escritórios dos consultantes e os municípios contratantes, seja com relação aos processos de conhecimento, sejam quanto aos processos de execução individual, pelos municípios, decorrentes de ação coletiva ajuizada pelo Ministério Público.

É o quanto basta para responder aos quesitos formulados, dispensando-nos de transcrevê-los novamente.



IV

RESPOSTAS AOS QUESITOS

Os quesitos de 1) a 5), inclusive, merecem resposta afirmativa, pelas razões expostas acima.

Quanto ao quesito 6), a indagação há de ser respondida afirmativamente. Com efeito, a interrupção das ações judiciais propostas, em virtude da contratação dos serviços advocatícios pelos municípios, certamente prejudicará os interesses dos entes públicos contratantes, embora não se possa crer em qualquer medida administrativa por parte de Tribunais de Contas em contrariedade às decisões do Superior Tribunal de Justiça, intérprete maior da legislação infraconstitucional, por imposição constitucional.

Entretanto, se porventura advier medida administrativa nesse sentido, e já respondendo ao último quesito, torna-se patente que ela desatenderá ao interesse público, principalmente quando se constata o êxito das ações judiciais propostas e que resultaram em benefício para os municípios contratantes. Entre interpretações administrativas contrárias às emanadas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre as várias questões examinadas neste parecer, é inquestionável que devem prevalecer as emanadas do Poder Judiciário, para que se alcance, logo, a tão almejada segurança jurídica.

É o parecer.

Brasília, 22 de maio de 2017.


ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA
OAB/DF 12.500

DOC. 03

**CÓPIAS DO PROCESSO DE
EXECUÇÃO DO FUNDEF DO
MUNICÍPIO DE RECIFE/PE**



**PETIÇÃO INICIAL DA
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE
RECIFE/PE, EXECUTANDO
ERRADAMENTE O VALOR DE
R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e
cinquenta e três milhões novecentos e
oitenta mil e setenta e oito reais e
noventa e um centavos).**





**REFEITURA DO RECIFE
ARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
ADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

03/10/17
Handwritten signature

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO**

JFFE

Por dependência ao proc. 0000001-28.2006.4.05.8300

20041513:16 510041004

MUNICÍPIO DO RECIFE-PE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 10.565.000/0001-92, com sede na Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP: 50030-903, nesse ato devidamente representado pelos subscreventes, esses com endereço para intimações na Av. Cais do Apolo, 925, 3º Andar, Bairro do Recife, Recife / PE, CEP: 50030-903, vem perante V. Exa., com espeque nos arts. 730 e 731 do CPC, propor **EXECUÇÃO DEFINITIVA DE TÍTULO JUDICIAL (SENTENÇA COLETIVA TRANSITADA EM JULGADO)** em face da **UNIÃO FEDERAL**, com representação processual na Advocacia Geral da União (PRU 5ª Região), com na Av. Herculano Bandeira, 716, Pina, Recife-PE, CEP 51110-130, o que faz consoante as razões fáticas e jurídicas a seguir expostas para ao final requerer:

0004799-17 2015 4.05.8300
17/10/2017 14:00:00
0004799-17 2015 4.05.8300

1. DO TÍTULO EXECUTIVO

Em abril de 2014 transitou em julgado (certidão anexa) acórdão (doc. anexo) proferido pelo Egrégio TRF da 5ª Região em ação promovida pela Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) mediante o qual a União Federal foi condenada a: (i) adotar o VMAA, para fins de complementação dos recursos do FUNDEF, conforme previsão da Lei n. 9.424/96 (art. 6º, § 1º), implementando-o até a extinção do Fundo; e (ii) restituir às Edilidades representadas pela AMUPE as diferenças devidas em razão dos repasses a menor efetuados em razão de erro no cálculo do VMAA, com **correção monetária pela SELIC**, respeitada a prescrição quinquenal; e (iii) pagar verba honorária inicialmente fixada em 10% sobre o valor da condenação, posteriormente reduzido, pelo Egrégio TRF da 5ª Região, para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br

Handwritten signature



09 10 13
S
Juscelino

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Eis o teor do dispositivo da sentença, proferida nos autos do proc. 0000001-28.2006.4.05.8300 (doc. anexo):

"Isto posto, em face dos argumentos aqui explicitados, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na petição inicial, determinando que a ré adote a sistemática de cálculo do valor mínimo anual por aluno, prevista na Lei nº 9.424/96, com a repercussão pertinente às complementações alusivas aos associados da autora.

A referida adequação resultará em implementar os repasses futuros de conformidade com os parâmetros legais e em pagar as diferenças atinentes ao período não alcançado pela prescrição quinquenal, conforme apurado na liquidação do julgado, monetariamente corrigidas conforme a Taxa SELIC (indexador aplicado pela Fazenda Pública).

A ré restituirá as custas processuais antecipadas e pagará honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Encaminhe-se cópia do presente "decisum" ao Relator do Agravo noticiado nos autos.

Submeto esta sentença ao duplo grau de jurisdição, independentemente da interposição de recurso voluntário.

Registre-se. Publique-se. Intimem-se.

Recife, 4 de dezembro de 2006.

ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO

Juiz Federal da 7ª Vara - PE."

No TRF (AC 423561/PE), a sentença foi parcialmente reformada apenas para reduzir os honorários advocatícios de sucumbência para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Veja-se:

TRIBUTÁRIO. FUNDEF. COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PELA UNIÃO. CÁLCULO INCORRETO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO CONSTANTE DO ART. 6º, § 1º, DA LEI Nº 9.424/96.

1. O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que modificou os arts. 34, 208, 211 e 212, da Constituição Federal, e conferiu nova redação ao art. 60, do ADCT, instituindo que, pelo menos 60%

1079
F. J. J. J.

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

(sessenta por cento) dos recursos provenientes do ICMS, FPE, FPM e IPI, serão destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

2. A instituição do FUNDEF, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, ficou a cargo da Lei nº 9.424/96, e sua regulamentação, do Decreto nº 2.264/97, assumindo a União função supletiva e redistributiva dos recursos, sempre que, no âmbito de cada unidade federativa, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

3. O valor mínimo anual por aluno - VMAA - é fixado por ato do Presidente da República, com base em censo escolar realizado anualmente pelo MEC, e seu cálculo é feito a partir da razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas (art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96).

4. A complementação da União somente ocorre quando, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, não for atingido o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente.

5. A legislação instituidora do FUNDEF estabelece em seu art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96, que esse valor "nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total de novas matrículas."

6. Deve ser tomado como termo final do pagamento das parcelas devidas na data de entrada em vigor da Emenda Constitucional no 53/2006, ou seja, 9 de março de 2007, tendo em vista a extinção do FUNDEF e criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que inclui além da educação fundamental, também a educação básica, e tem critérios distintos de cálculo.

7. Quanto aos honorários advocatícios, nas causas em que vencida a Fazenda Pública, o parágrafo 4º do art. 20 do CPC prevê a sua fixação consoante apreciação equitativa. Destarte, fixo-os em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.

8. Considerando que a liquidação da sentença dependerá de fato novo, qual seja, a apuração do VMAA, e não de simples cálculos aritméticos, é de ser aplicada a liquidação por artigos.

9. Apelação da União parcialmente provida, para que a liquidação do julgado seja processada na modalidade de artigos e ainda para reduzir o percentual da verba honorária para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

06 1890
S
[assinatura]

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Interpostos REsp's pela União e pelo causídico da AMUPE, ambos foram inadmitidos e os respectivos agravos desprovidos no âmbito do STJ (**vide decisões e certidão narrativa anexas**), tendo transitado em julgado, pois, o aresto proferido pelo Egrégio TRF da 5ª Região.

Tendo o Município do Recife, associado da AMUPE desde 1999 (**vide declaração anexa**), outorgado prévia e expressa autorização, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2005, para que a Associação promovesse, em nome desta, ação coletiva em benefício dos associados relativamente à recuperação das diferenças de repasse a menor a título de FUNDEF, não restam dúvidas quanto a sua legitimidade e interesse para propositura da presente ação executiva individual extraída a partir do título coletivo em tela.

2. DO VALOR EXECUTADO

Utilizando os parâmetros legais e firmados no título executivo, devidamente detalhados na memória descritiva de cálculos anexa (liquidação depende apenas de cálculo aritmético), chega-se ao **valor devido pela Executada a essa Edlidade, no importe de R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, setenta e oito reais e noventa e um centavos)**, sendo certo que eventuais honorários de sucumbência devem ser executados pelo próprio causídico que patrocinou a lide coletiva.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se a citação da Executada, União Federal, para, querendo, apresentar embargos à execução no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil (com redação dada pelo art. 1º-B, da Lei n. 9.494/97) e a procedência dos pedidos vertidos neste feito, para que, ao final, com ou sem oferta de embargos, e observado o disposto no art. 100, da Constituição Federal de 1988, seja expedido o competente ofício requisitório de

07/1887
[assinatura]

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

precatório no valor **R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, setenta e oito reais e noventa e um centavos)**, em favor do Município do Recife, Exequente.

Caso sejam ofertados embargos à execução, requer-se a fixação de honorários advocatícios, os quais, ao seu turno, e nos termos do § 2º, do art. 100, da CF e do art. 5º, da Resolução nº. 559, do Conselho de Justiça Federal, devem ser pagos em RPV ou precatório diverso.

Por cautela, protesta-se pela produção de prova por todos os meios admitidos.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, setenta e oito reais e noventa e um centavos).

Termos em que pede e espera deferimento.

Recife, 05 de maio de 2015.

[assinatura]
Ricardo do M. Correia de Carvalho

Sec. de Assuntos Jurídicos do Município do Recife

[assinatura]
Marcos Vinicius de Moreis

Procurado Chefe da PFM – Mat. 87.479-1

OAB/PE 27.590

[assinatura]
Ricardo Sampaio de Ferreira da Silva

Procurador Chefe Adjunto da PFM – Mat. 63.902-8

OAB/PE 21.649



DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Mês/Ano	Diferença a Restituir	coeficiente de participação mensal (%)	Valor a ser repassado no respectivo mês	SELIC	Valor Atualizado	Total
jan/01	18.377.101,78	0,09118769	1.675.765,46	184,68%	3.094.803,65	4.770.569,11
fev/01		0,07428159	1.365.080,29	183,66%	2.507.106,47	3.872.186,76
mar/01		0,08172301	1.501.832,13	182,40%	2.739.341,81	4.241.173,94
abr/01		0,07636057	1.403.286,06	181,21%	2.542.894,66	3.946.180,72
mai/01		0,09590534	1.762.462,11	179,87%	3.170.140,60	4.932.602,72
jun/01		0,08226599	1.511.810,40	178,60%	2.700.093,38	4.211.903,78
jul/01		0,07346362	1.350.048,44	177,10%	2.390.935,79	3.740.984,24
ago/01		0,08337579	1.532.205,37	175,50%	2.689.020,42	4.221.225,79
set/01		0,08086267	1.486.021,57	174,18%	2.588.352,38	4.074.373,95
out/01		0,08503585	1.562.712,46	172,65%	2.698.023,07	4.260.735,53
nov/01		0,08097576	1.488.099,72	171,26%	2.548.519,58	4.036.619,30
dez/01		0,09456212	1.737.777,76	169,87%	2.951.963,08	4.689.740,84
Total 2001		18.377.101,78				
jan/02	26.941.717,61	0,08639263	2.327.585,80	168,34%	3.918.224,26	6.245.790,06
fev/02		0,09366874	2.523.596,84	167,09%	4.216.677,97	6.740.274,81
mar/02		0,07833391	2.110.449,99	165,72%	3.497.437,72	5.607.887,71
abr/02		0,07247598	1.952.627,38	164,24%	3.208.995,21	5.159.622,59
mai/02		0,09297183	2.504.820,89	162,83%	4.078.599,85	6.583.420,74
jun/02		0,07389564	1.990.875,54	161,50%	3.215.264,00	5.206.139,55
jul/02		0,08162890	2.199.168,78	159,96%	3.517.790,38	5.716.959,16
ago/02		0,07436627	2.003.554,95	158,52%	3.176.035,31	5.179.590,27
set/02		0,07571415	2.039.869,16	157,14%	3.205.450,40	5.245.319,56
out/02		0,09874211	2.680.281,97	155,49%	4.136.472,43	6.796.754,40
nov/02		0,08664864	2.334.463,08	153,95%	3.593.905,91	5.928.369,00
dez/02		0,08516321	2.294.443,23	152,21%	3.492.372,04	5.786.815,27
Total 2002		26.941.717,61				
jan/03	31.826.442,59	0,08128029	2.586.862,33	150,24%	3.886.501,96	6.473.364,29
fev/03		0,09852124	3.071.927,65	148,41%	4.559.047,82	7.630.975,46
mar/03		0,08322502	2.648.756,26	146,63%	3.883.871,30	6.532.627,56
abr/03		0,07807713	2.484.917,31	144,76%	3.597.166,30	6.082.083,62
mai/03		0,09308651	2.982.812,32	142,79%	4.230.314,13	7.192.926,45
jun/03		0,07777181	2.475.200,10	140,93%	3.488.299,51	5.963.499,61
jul/03		0,07923346	2.521.719,24	138,85%	3.501.407,17	6.023.126,41
ago/03		0,08171768	2.600.782,91	137,08%	3.565.153,21	6.165.936,12
set/03		0,07436423	2.366.749,03	135,40%	3.204.578,19	5.571.327,22
out/03		0,08287050	2.637.473,16	133,76%	3.527.884,09	6.165.357,25
nov/03		0,08693963	2.766.979,09	132,42%	3.684.033,71	6.431.012,81
dez/03		0,08491251	2.702.463,19	131,05%	3.541.578,01	6.244.041,21
Total 2003		31.826.442,59				
jan/04	34.233.536,30	0,08783247	3.006.816,05	129,78%	3.902.245,87	6.909.061,93
fev/04		0,08234660	2.819.015,46	128,70%	3.628.072,90	6.447.088,36
mar/04		0,08449588	2.892.592,79	127,32%	3.682.849,14	6.575.441,92
abr/04		0,07792123	2.667.519,23	126,14%	3.384.808,76	6.032.328,00
mai/04		0,08756486	2.997.654,81	124,91%	3.744.370,63	6.742.025,44
jun/04		0,07353613	2.517.401,83	123,68%	3.113.522,58	5.630.924,41
jul/04		0,07446677	2.549.260,80	122,39%	3.120.040,29	5.669.301,09
ago/04		0,08128294	2.782.602,46	121,10%	3.369.731,58	6.152.334,04
set/04		0,08318914	2.847.858,50	119,85%	3.413.158,41	6.261.016,91
out/04		0,08356816	2.860.833,59	118,64%	3.394.092,97	6.254.928,56
nov/04		0,08117189	2.778.800,77	117,39%	3.262.034,22	6.040.834,98
dez/04		0,10262393	3.513.180,01	115,91%	4.072.126,95	7.585.306,97
Total 2004		34.233.536,30				

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Mês/Ano	Diferença a Restituir	coeficiente de participação mensal	Valor a ser repassado no respectivo mês	SELIC	Valor Atualizado	Total
jan/05	43.142.739,46	0,07840659	3.382.675,12	114,53%	3.874.177,81	7.256.852,93
fev/05		0,07802961	3.280.125,46	113,31%	3.716.710,16	6.998.835,61
mar/05		0,08280801	3.572.564,54	111,78%	3.993.412,65	7.565.977,19
abr/05		0,07854904	3.388.820,65	110,37%	3.740.241,35	7.129.062,00
mai/05		0,09093935	3.923.372,50	108,87%	4.271.375,84	8.194.748,14
jun/05		0,08131711	3.508.242,90	107,28%	3.763.642,98	7.271.885,88
jul/05		0,07494198	3.233.202,16	105,77%	3.419.757,93	6.652.960,09
ago/05		0,08224579	3.548.308,48	104,11%	3.694.143,96	7.242.452,44
set/05		0,07041368	3.037.838,98	102,61%	3.117.126,58	6.154.965,55
out/05		0,07842183	3.383.332,46	101,20%	3.423.932,45	6.807.264,92
nov/05		0,09160817	3.952.227,40	99,82%	3.945.113,39	7.897.340,78
dez/05		0,11431886	4.932.028,81	98,35%	4.850.850,33	9.782.679,14
Total 2005		43.142.739,46				
jan/06	47.857.181,52	0,09242825	4.423.355,54	96,92%	4.287.116,19	8.710.471,74
fev/06		0,07090836	3.393.474,44	95,77%	3.249.930,47	6.643.404,91
mar/06		0,08110170	3.881.298,92	94,35%	3.662.005,53	7.543.304,45
abr/06		0,07379795	3.531.761,93	93,27%	3.294.074,35	6.825.836,28
mai/06		0,09673056	4.629.252,07	91,99%	4.258.448,98	8.887.701,05
jun/06		0,08342094	3.992.291,11	90,81%	3.825.399,56	7.617.690,68
jul/06		0,07932852	3.796.439,25	89,64%	3.403.128,14	7.199.567,39
ago/06		0,08212348	3.930.196,53	88,38%	3.473.509,46	7.403.707,88
set/06		0,07930720	3.795.419,23	87,32%	3.314.160,07	7.109.579,30
out/06		0,07991946	3.824.720,22	86,23%	3.298.056,25	7.122.776,47
nov/06		0,08305553	3.974.803,49	85,21%	3.386.930,06	7.361.733,55
dez/06		0,09787803	4.684.166,78	84,22%	3.945.005,26	8.629.172,04
Total 2006		47.857.181,52				
Total Geral em abril de 2015						453.980.078,91



**PETIÇÃO DO ESCRITÓRIO PRIVADO
MONTEIRO ADVOGADOS,
INFORMANDO AO JUÍZO O ERRO
NOS CÁLCULOS DA PROCURADORIA
E AJUSTANDO O VALOR PARA
R\$ 936.235.489,22 (novecentos e
trinta e seis milhões duzentos e trinta e
cinco mil quatrocentos e oitenta e nove
reais e vinte e dois centavos).**





Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO.**

Processo nº 0004799-17.2015.4.05.8300

MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS

ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.542.612/0001-90, estabelecida na Rua Engenheiro Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, por meio de seu representante legal, **BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, através de seu advogado abaixo assinado, instrumento procuratório em anexo (doc. 01 e 02), com endereço profissional para fins de comunicação processual na Rua Eng. Oscar Ferreira, nº 47, Casa Forte, Recife/PE, vêm, perante Vossa Excelência, na qualidade de terceiro interessado, expor e requerer o seguinte:

I – DA NARRATIVA FÁTICA.

A Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, funcionando na qualidade de representante processual dos municípios associados, conforme lhe faculta a Carta Magna, firmou contrato de prestação de serviços jurídicos com a sociedade de advogados **Monteiro e**

0004799-17.2015.4.05.8300

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Monteiro Advogados Associados, na data de 16 de novembro de 2005, com o escopo de que fosse proposta ação ordinária, pleiteando o repasse ao FUNDEF das diferenças decorrentes da subestimação do VMAA.

Como contraprestação aos serviços jurídicos ofertados pela sociedade advocatícia, a cláusula segunda da avença pactuada previa que "o contratado perceberá remuneração honorária equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o benefício proporcionado à contratante, por ocasião, na proporção e condicionado a que isso venha a ocorrer".

Ato contínuo, na data de 09 de janeiro de 2006, fora proposta ação ordinária, tombada sob o nº. 0000001-28.2006.4.05.8300, na qual se perseguiu a condenação da União Federal a repassar às contas do FUNDEF dos municípios associados as diferenças decorrentes da subestimação do VMAA, bem como que os repasses futuros procedessem na forma estabelecida pela legislação de regência do fundo, a saber, a Lei nº. 9.424/96.

Desde o ajuizamento da ação até o trânsito em julgado, o que se deu há 09 (nove) anos, a sociedade de advogados Monteiro e Monteiro Advogados Associados atuou diligentemente no feito, sempre com o fito de assegurar os interesses da AMUPE e, por consequência, de seus associados, que são os municípios do estado de Pernambuco.

Cumpre enfatizar, que os municípios que não aportaram com ações individuais no Judiciário, pleiteando o mesmo bem jurídico requerido na ação coletiva intentada pela AMUPE, não poderão mais fazê-lo, em vista da incidência da prescrição quinquenal, nos moldes do que

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: +55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br





Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

preconiza o art. 1º do Decreto nº. 20.910/32, norma que cuida da incidência do prazo prescricional para o pleito de direitos em face da Fazenda Pública.

Em sendo assim, caso desejem o amparo jurisdicional acerca do direito ao repasse das diferenças decorrentes da subestimação do VMAA, devem se socorrer da ação coletiva proposta pela AMUPE.

Ocorre que, de posse do título judicial obtido nos autos da ação ordinária nº. 0000001-28.2006.4.05.8300, o município de RECIFE manejou execução do julgado em face da União Federal, utilizando de planilha com valores equivocados, à revelia do que determinado em ata pela AMUPE e em total desrespeito ao contrato pactuado entre esta e a banca jurídica Monteiro e Monteiro Advogados Associados.

Visando salvaguardar, o direito de receber às verbas contratualmente previstas, a peticionante requer o seguinte:

II - DA UTILIZAÇÃO DE PLANILHA COM VALORES EQUIVOCADOS. GRAVE PREJUÍZO AOS COFRES MUNICIPAIS.

Pois bem, conforme visto, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2005, os municípios associados a Associação dos Municipalista de Pernambuco, dentro eles o município de Recife, autorizaram a contratação da Sociedade Advocatícia **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, para a propositura ação judicial visando compellir a União a repassar aos Municípios Pernambucanos as diferenças em razão da subestimação do

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: +55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Valor Mínimo Anual por Aluno pela União quando da complementação do FUNDEF.

Consta na referida ata que, para aproveitar a ação o município teria que propor a execução por intermédio do patrono contratado para propor a ação de conhecimento.

Acontece que, o município de Recife, de forma equivocada, propôs a presente execução indicando o valor de R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, setenta e oito reais e noventa e um centavos), quando o correto seria a importância de R\$ 936.235.489,22 (Novecentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo restará demonstrado:

Os cálculos elaborados pelo município, que resultaram na quantia de R\$ 453.980.078,91 (Quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta mil, setenta e oito reais e noventa e um centavos), apresentam as seguintes inconsistências:

a) Equívoco quanto ao número de alunos:

No ano de 2004, o Exequente utilizou, na faixa de 1ª a 4ª séries, o quantitativo de 77.565 matrículas, em contraposição ao número correto, encontrado no sítio oficial do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que é de 780929 alunos matriculados.

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: +55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br





Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiania - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Tal equívoco se repetiu para as demais faixas do ensino: 5ª a 8ª séries, 24.565, quando o correto era 25.920; educação especial, 383, sendo o correto 359.

Nos anos de 2005 e 2006, as inconsistências foram verificadas apenas nos quantitativos referentes às matrículas da educação especial: em 2005, para o Exequente, não houve nenhuma matrícula, quando no sítio oficial do FNDE, verifica-se o quantitativo de 333 alunos; já em 2006, houve a apuração de 319 matrículas, quando o correto seria 905.

b) Equívoco na metodologia da apuração das diferenças do VMAA:

Além dos impactos resultantes do erro na apuração do quantitativo de matrículas, houve ainda equívocos quanto à metodologia para apuração do VMAA.

Explica-se.

O NECAP – Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias da AGU (Advocacia Geral da União), de posse de dados oficiais do SIAFI e do Tesouro Nacional, dispõe que os VMAs, nos termos do art. 6º, §1º da Lei 9.424/96, com base na média nacional, são os seguintes:

998	\$ 423,59
999	\$ 458,30

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 53061-020
Recife - PE
Tel.: +55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiania - GO

Maceió - AL

Maringá - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

000	\$ 517,68
001	\$ 592,79
002	\$ 694,57
003	\$ 769,66
004	\$ 892,37
005	\$ 1.038,91
006	\$ 1.165,32

Tais valores já correspondem aos valores mínimos anuais por aluno, nos termos da lei de regência do fundo (Lei nº. 9.424/96) e da jurisprudência nacional (REsp.1.101.015/BA).

Saliente-se, por oportuno, que a Contadoria desta seção judiciária, bem como os demais setores de cálculo da 5ª Região, utilizam-se dos valores apurados pelo NECAP, a título de VMAA, visto serem baseados em dados oficiais, para conferência das contas apresentadas pelas partes em sede de execução e de embargos à execução, em causas de FUNDEF.

Noutras palavras, há plena concordância entre a Contadoria e o NECAP, que fatalmente atuarão neste processo, quanto aos valores de VMAA.

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: + 55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Pois bem. Fixadas estas premissas básicas, passaremos a demonstrar o equívoco nos cálculos formulados pelo Município de Recife-PE.

Nos anos de 2001 a 2006, o Exequente fez uma operação aritmética de subtração entre o VMAA apurado corretamente, conforme explicitado acima, e o VMAA publicado pela União, à época do repasse incorreto.

Dessa operação, resultou no valor que ele nomeou como "Diferença de VMAA", que é muito aquém do VMAA correto, resultando em prejuízo de cifras milionárias aos cofres municipais.

Ora, Exa., não há dissenso entre o NECAP (que figurará neste processo como auxiliar da AGU) e a Contadoria Judicial (que fará a análise das contas apresentadas pelo Exequente e pela AGU), que a apuração do *quantum* devido deve resultar da multiplicação do número de alunos do ano anterior pelo VMAA correspondente a cada faixa de ensino, respeitando-se, em todo caso, os fatores de ponderação, de acordo com os Decretos n.ºs. 3.326/1999, 5.374/2005 e 5.690/2006.

Apenas a título exemplificativo, veja-se a discrepância do valor executado, com a metodologia incorreta, em contraposição ao valor correto, apurado a partir da utilização do VMAA com base na média nacional e na legislação de regência do fundo:

Valor apurado pelo Município do Recife, ^Ro ano de 2001: R\$ 18.377.101,78.

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: + 55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Mantus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Terestina - PI

Vitória - ES

Valor apurado com a metodologia correta, para o ano de 2001: R\$ 47.236.382,23.

Portanto, em vista dos equívocos exaustivamente demonstrados, o município apurou o quantum de R\$ 453.980.078,91 (Quatrocentos e cinquenta e três milhões; novecentos e oitenta mil, selenta e oito reais e noventa e um centavos), quando a importância deveria ter sido de R\$ 936.235.489,22 (Novecentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), fato este que resultou no prejuízo de vultosa quantia, ao erário municipal, de R\$ 482.255.410,31 (Quatrocentos e oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dez reais e trinta e um centavos).

Ora, em recente entrevista o prefeito do Recife Geraldo Júlio, assim se manifestou acerca da educação municipal:

"A situação das escolas do Recife é muito difícil", disse o prefeito. "A rede escolar do Recife ainda é muito insuficiente. Ela não apresenta boas condições para prestar um serviço de educação qualidade. Essa é uma realidade histórica", afirmou. Geraldo disse ainda que tem avaliado todas as escolas da rede e feito um acompanhamento da situação das unidades. (<http://blogs.globo.com/pe10.uol.com.br/amilido/2013/08/27/para-geraldo-julio-situacao-das-escolas-do-recife-e-muito-dificil/>, acesso em 04/08/2015) (grifo nosso).

A escola é um espaço de proteção e bem estar da criança. Não existe criança que aprenda em um ambiente inóspito e de violência, sendo incontestável que a quantia não executada pelo município

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferrelra, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: + 55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

traria alento para as crianças recifenses, contribuindo de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

Pode-se dizer que, estamos diante de uma oportunidade de ouro para o desenvolvimento da educação municipal, não sendo possível aceitar um desperdício tão grande de verba por erro no cálculo da execução.

Neste sentido, antes da citação da União, os autos devem ser remetidos para o Município para que promova a correção da quantia a ser executada.

III - DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIRMADO NO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) DO BENEFÍCIO. EXPRESSA AUTORIZAÇÃO E CONCORDÂNCIA DO MUNICÍPIO DO RECIFE.

Pois bem, restou estabelecido na cláusula segunda do contrato de honorários advocatícios firmado entre a Monteiro e Monteiro Advogados Associados e Associação Municipalista de Pernambuco, que em contraprestação aos serviços prestados, o referido escritório de advocacia perceberá remuneração honorária equivalente a 20% (vinte por cento) do benefício proporcionado à Contratante, por ocasião, na proporção e condicionado a que isso venha a ocorrer.

Por sua vez, restou expressamente consignado no acórdão transitado em julgado que a apuração do montante da dívida pressupõe a análise de dados financeiros e estáticos a serem apurados em

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferrelra, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: + 55 81 2121.8444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - RJ

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

liquidação de sentença, ou seja, o benefício apenas será auferido nas execuções do título.

Assim, não resta dúvida de que o benefício advindo da ação principal será conhecido apenas ao fim da execução de sentença.

Ora, ao se admitir a execução fora dos limites traçados na Ata da Assembleia Extraordinária, o judiciário concederá a terceiro estranho da relação contratual direito que não lhe pertence, sendo certo que os patronos da presente execução estão executando benefício da Monteiro e Monteiro Advogados.

Deve-se advertir que não se está advogando sobre a impossibilidade do município propor ação de FUNDEF de forma individual e executar eventual título judicial adquirido desta ação judicial.

Nada impedia o município de Recife ter proposto ação individual no tempo devido, todavia, no presente caso, referido ente está utilizando título judicial adquirido através de processo coletivo, devendo respeitar as condições estipuladas em contrato e na Ata da Assembleia Extraordinária.

O judiciário, com a devida consideração, não pode cancelar o calote, uma vez que, no caso concreto, o município se beneficiou e se beneficia do trabalho da Monteiro e Monteiro Advogados Associados a mais de 09 (nove) anos, todavia, o exclui do pagamento pelo trabalho realizado, promovendo a execução com outros patronos.

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferrelia, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: + 55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br





Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiania - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

A situação beira ao absurdo ético-jurídico, qual seja, enquanto o peticionante lutou para transitar em julgado o processo de conhecimento, o município utiliza de outros patronos para se aproveitar do benefício por ele conquistado.

Ora, o contrato não estava subscrito ao processo de conhecimento, pois consta no mesmo que o pagamento só seria efetuado caso o benefício ocorresse.

Se o benefício apenas ocorrerá ao fim do processo executório, o contrato é plenamente válido até a baixa da execução.

Destaca-se ainda que, o presente caso versa sobre representação processual para a propositura de uma ação ordinária coletiva, estando à titularidade da ação com os municípios representados pela AMUPE e não a mesma em nome próprio como acontece na substituição.

Desta forma, inexistiu a atuação de forma solitária da citada Associação para a contratação da peticionante e para a propositura da ação, conforme bem atesta a ata da Assembleia Geral Extraordinária.

Nota-se, ademais, que na petição de execução, o próprio município expressamente consignou que outorgou prévia e expressa autorização para que a AMUPE promovesse em seu nome, ação coletiva buscando a recuperação das diferenças de repasse a menor a título de FUNDEF, ou seja, ocorreu expressa e prévia autorização para a contratação da peticionante, estando a

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel.: +55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Curitiba - PR

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceló - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrópolis - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

municipalidade de acordo com o pagamento dos honorários contratuais.

Portanto, a adesão do município foi realizada na própria assembleia que autorizou a propositura da ação e contratação do referido escritório.

Por fim, é importante destacar que a Lei nº 8906/94, possibilita a retenção pretendida:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

(...)

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

(...)

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

No mesmo sentido da referida disposição legal, o Superior Tribunal de Justiça assevera ser possível a retenção dos valores devidos a título de honorários no momento do levantamento ou da requisição de precatório, desde que apresentado o contrato de honorários tempestivamente, vejamos:

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: + 55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrolina - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DEDUÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. OPÇÃO DO CONTRIBUINTE DE COMPENSAR O INDÉBITO NA VIA ADMINISTRATIVA.

1. 'Quanto aos honorários contratuais, pactuados diretamente entre a parte e seu respectivo patrono, o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que inexistente legitimidade da parte para, de forma autônoma, executar tais parcelas. Nos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o destaque da verba honorária deve ser requerido pelo advogado, em seu próprio nome, mediante juntada aos autos do contrato de honorários' (AgRg no REsp 970497/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe 1º.12.08).

(...) 3. Recurso especial não provido.

(REsp 1.095.975/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19.2.2009, DJe 27.3.2009.)

Do mesmo modo, a jurisprudência do Egrégio TRF 5ª Região, é firme no sentido de ser possível a retenção dos honorários no caso concreto, sendo incabível a alegação de afronta à vinculação orçamentária. Vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.908/2004.

I - Trata-se de agravo de instrumento interposto, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão que, nos autos de execução de sentença, deferiu retenção dos honorários contratuais, em sede do valor exequendo principal nos termos do parágrafo 4º do art. 22 da Lei nº 8.908/2004.

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: + 55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

II - Na presente relação executiva incumbe à União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo, onde o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF não impede o cumprimento do contrato firmado entre o Município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

III - Correta a decisão agravada ao assentar que, na espécie, inexistia óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado do Município de Bezerros o disposto no parágrafo 4º do art. 22 da Lei 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários advocatícios foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório.

IV - Agravo de instrumento improvido.

(PROCESSO: 00130110320124050000, AG128971/PE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO (CONVOCADO), Quarta Turma, JULGAMENTO: 18/12/2012, PUBLICAÇÃO: DJE 10/01/2013 - Página 228) (grifo nosso).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERENÇAS DECORRENTES DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO - VMAA. RECURSOS DO FUNDEF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. LEI Nº 8.906/2004, ART. 22, PARÁGRAFO 4º.

1. Agravo de instrumento contra decisão que, em cumprimento de sentença, determinou fosse assegurada dedução de verba honorária da quantia a ser paga através de precatório.

2. Cabe à União o cumprimento do título judicial exequendo no qual fora condenada, a despeito do negócio firmado entre o município agravado e os advogados que custaram de sua

Matriz
 Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
 Casa Forte, CEP 52061-020
 Recife - PE
 Tel: + 55 81 2121.6444
 www.monteiro.adv.br
 monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE
Belém - PA
Belo Horizonte - MG
Brasília - DF
Campo Grande - MS
Cuiabá - MT
Curitiba - PR
Florianópolis - SC
Fortaleza - CE
Goiânia - GO
Maceió - AL
M Manaus - AM
Natal - RN
Palmas - TO
Petrópolis - PE
Porto Alegre - RS
Porto Velho - RO
Recife - PE
Rio Branco - AC
Rio de Janeiro - RJ
Salvador - BA
São Luís - MA
São Paulo - SP
Teresina - PI
Vitória - ES

causa e ainda que a verba executada seja proveniente dos recursos destinados ao FUNDEF. Precedente desta Regional.
3. Manutenção da decisão "a quo" tendo em vista que não há qualquer impedimento à retenção da verba honorária contratada, cujo contrato fora juntado aos autos antes da expedição do precatório.

4. Agravo de instrumento improvido.

(PROCESSO: 00421454120134050000, AG135280/PB, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 26/11/2013, PUBLICAÇÃO: DJE 02/12/2013 - Página 287) (grifo nosso).

Neste contexto, no momento da expedição do precatório deve ser garantido a Monteiro e Monteiro Advogados Associados, o direito a 20% (vinte por cento) do benefício proporcionado ao município de Recife, conforme contrato de honorários advocatícios.

IV – DO PEDIDO

Por todo exposto, pugna a peticionante, preliminarmente, pela a intimação do município para que promova a correção da quantia a ser executada nos moldes do memorial de calculo ora apresentado, garantindo-se no momento da expedição do precatório, a retenção no percentual de 20% do benefício proporcionado a municipalidade a título de honorários advocatícios contratuais, nos termos do contrato e no artigo 22, § 4º, da Lei 8.904/94.

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: + 55 81 2121.8444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luís - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Caso a quantia acima não seja acatada, pugna-se pela
retenção dos honorários contratuais, no mesmo percentual acima estipulado,
incidentes sobre o valor que será devidamente homologado por este juízo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife/PE, 05 de junho de 2015.


BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO
OAB/PE 11.338

Matriz
Rua Eng. Oscar Ferreira, 47
Casa Forte, CEP 52061-020
Recife - PE
Tel.: + 55 81 2121.6444
www.monteiro.adv.br
monteiro@monteiro.adv.br

Doc. 02

Memorial de cálculos com a metodologia correta



Proc. nº 0000001-28.2006.4.05.8300
Autor: MUNICÍPIO DE RECIFE - PE
Réu: UNIÃO

atualizado em Abr/2015

MEMORIAL DE CÁLCULOS

MÊS/ANO	PRINCIPAL		ÍNDICE	ATUAL SELIC	
	A		B	C = (A x B) + A	
jan/01	R\$	3.934.790,64	183,73%	R\$	11.164.181,48
fev/01	R\$	3.934.790,64	182,71%	R\$	11.124.046,62
mar/01	R\$	3.934.790,64	181,45%	R\$	11.074.468,26
abr/01	R\$	3.934.790,64	180,26%	R\$	11.027.644,25
mai/01	R\$	3.934.790,64	178,92%	R\$	10.974.918,05
jun/01	R\$	3.934.790,64	177,65%	R\$	10.924.946,21
jul/01	R\$	3.934.790,64	176,15%	R\$	10.865.924,35
ago/01	R\$	3.934.790,64	174,55%	R\$	10.802.967,70
set/01	R\$	3.934.790,64	173,23%	R\$	10.751.028,47
out/01	R\$	3.934.790,64	171,70%	R\$	10.690.826,17
nov/01	R\$	3.934.790,64	170,31%	R\$	10.636.132,58
dez/01	R\$	3.953.685,19	168,92%	R\$	10.632.250,22
jan/02	R\$	5.607.578,01	167,39%	R\$	14.994.102,85
fev/02	R\$	5.607.578,01	166,14%	R\$	14.924.008,13
mar/02	R\$	5.607.578,01	164,77%	R\$	14.847.184,31
abr/02	R\$	5.607.578,01	163,29%	R\$	14.764.192,15
mai/02	R\$	5.607.578,01	161,88%	R\$	14.685.125,30
jun/02	R\$	5.607.578,01	160,55%	R\$	14.610.544,52
jul/02	R\$	5.607.578,01	159,01%	R\$	14.524.187,81
ago/02	R\$	5.607.578,01	157,57%	R\$	14.443.438,69
set/02	R\$	5.607.578,01	156,19%	R\$	14.366.054,11
out/02	R\$	5.607.578,01	154,54%	R\$	14.273.529,08
nov/02	R\$	5.607.578,01	153,00%	R\$	14.187.172,38
dez/02	R\$	5.634.505,16	151,26%	R\$	14.157.257,66
jan/03	R\$	6.577.056,77	149,29%	R\$	16.395.944,83
fev/03	R\$	6.577.056,77	147,46%	R\$	16.275.584,69
mar/03	R\$	6.577.056,77	145,68%	R\$	16.158.513,08
abr/03	R\$	6.577.056,77	143,81%	R\$	16.035.522,12
mai/03	R\$	6.577.056,77	141,84%	R\$	15.905.954,10
jun/03	R\$	6.577.056,77	139,98%	R\$	15.783.620,85
jul/03	R\$	6.577.056,77	137,90%	R\$	15.646.818,07
ago/03	R\$	6.577.056,77	136,13%	R\$	15.530.404,16
set/03	R\$	6.577.056,77	134,45%	R\$	15.419.909,61
out/03	R\$	6.577.056,77	132,81%	R\$	15.312.045,88
nov/03	R\$	6.577.056,77	131,47%	R\$	15.223.913,31
dez/03	R\$	6.608.639,28	130,10%	R\$	15.206.478,98
jan/04	R\$	7.856.029,57	128,83%	R\$	17.976.952,46
fev/04	R\$	7.856.029,57	127,75%	R\$	17.892.107,34

Proc. nº 0000001-28.2006.4.05.8300
Autor: MUNICÍPIO DE RECIFE - PE
Réu: UNIÃO

atualizado em Abr/2015

MEMORIAL DE CÁLCULOS

MÊS/ANO	PRINCIPAL	ÍNDICE SELIC ¹	ATUAL SELIC
	A	B	C = (A x B) + A
mar/04	R\$ 7.856.029,57	126,37%	R\$ 17.783.694,13
abr/04	R\$ 7.856.029,57	125,19%	R\$ 17.690.992,98
mai/04	R\$ 7.856.029,57	123,96%	R\$ 17.594.363,82
jun/04	R\$ 7.856.029,57	122,73%	R\$ 17.497.734,65
jul/04	R\$ 7.856.029,57	121,44%	R\$ 17.396.391,87
ago/04	R\$ 7.856.029,57	120,15%	R\$ 17.295.049,09
set/04	R\$ 7.856.029,57	118,90%	R\$ 17.196.848,72
out/04	R\$ 7.856.029,57	117,69%	R\$ 17.101.790,76
nov/04	R\$ 7.856.029,57	116,44%	R\$ 17.003.590,39
dez/04	R\$ 7.893.753,60	114,96%	R\$ 16.968.412,73
jan/05	R\$ 7.101.581,01	113,58%	R\$ 15.167.556,71
fev/05	R\$ 7.101.581,01	112,36%	R\$ 15.080.917,43
mar/05	R\$ 7.101.581,01	110,83%	R\$ 14.972.263,24
abr/05	R\$ 7.101.581,01	109,42%	R\$ 14.872.130,94
mai/05	R\$ 7.101.581,01	107,92%	R\$ 14.765.607,23
jun/05	R\$ 7.101.581,01	106,33%	R\$ 14.652.692,09
jul/05	R\$ 7.101.581,01	104,82%	R\$ 14.545.458,22
ago/05	R\$ 7.101.581,01	103,16%	R\$ 14.427.571,97
set/05	R\$ 7.101.581,01	101,66%	R\$ 14.321.048,26
out/05	R\$ 7.101.581,01	100,25%	R\$ 14.220.915,97
nov/05	R\$ 7.101.581,01	98,87%	R\$ 14.122.914,15
dez/05	R\$ 7.135.682,24	97,40%	R\$ 14.085.836,73
jan/06	R\$ 2.799.366,64	95,97%	R\$ 5.485.918,81
fev/06	R\$ 2.147.595,47	94,82%	R\$ 4.183.945,49
mar/06	R\$ 2.456.320,21	93,40%	R\$ 4.750.523,29
abr/06	R\$ 2.240.078,87	92,32%	R\$ 4.308.119,67
mai/06	R\$ 2.929.669,90	91,04%	R\$ 5.596.841,38
jun/06	R\$ 2.526.563,08	89,86%	R\$ 4.796.932,67
jul/06	R\$ 2.357.522,74	88,69%	R\$ 4.448.409,66
ago/06	R\$ 2.487.267,06	87,43%	R\$ 4.661.884,66
set/06	R\$ 2.401.970,16	86,37%	R\$ 4.476.551,79
out/06	R\$ 2.420.514,04	85,28%	R\$ 4.484.728,40
nov/06	R\$ 2.515.495,01	84,26%	R\$ 4.635.051,11
dez/06	R\$ 2.964.423,72	83,27%	R\$ 5.432.899,36
TOTAIS	R\$ 403.320.448,39		R\$ 936.235.489,22



**MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA
DO RECIFE/PE, REQUERENDO O
INDEFERIMENTO DAS PETIÇÕES DA
MONTEIRO ADVOGADOS**



511
Jude 1

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO**

Proc. 0004799-17.2015.4.05.8300

MUNICÍPIO DO RECIFE-PE, já devidamente qualificada nos autos do feito em epígrafe, em que com contende com **UNIÃO FEDERAL**, vem perante V. Exa. falar sobre a petição de fls. 437-452, protocolizada por terceiro estranho ao processo, quem seja **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, o que faz consoante razões a seguir expostas:

01. Trata-se de inusitada petição atravessada aos autos por **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, doravante nominada de "escritório", mediante a qual aduz, em suma:

(a) execução a menor do julgado; e

(b) que, por ter firmado contrato com a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco) para propositura da ação coletiva que ensejou o título **aqui executado de forma individual e autônoma**, teria direito, a título de honorários **contratuais**, a 20% do que for devido a esta Edilidade, valor esse que deve ser destacado em seu favor quando da expedição de precatório.

02. Em relação ao primeiro ponto, atinente ao valor da execução, tal matéria constitui o mérito do presente feito e será apurado por cálculos da contadoria do juízo. Caso encontrado valor superior, viabilizar-se-á a execução da diferença, nesses ou em outros autos, vez que a propositura desta demanda não enseja renúncia a eventuais saldos positivos que venham a ser apontadas por pericia oficial, da contadoria do juízo, em especial porque se está diante de interesse público irrenunciável.

@

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE - 1
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br

Scanned by CamScanner

512
[Assinatura]

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

03. No que atine ao segundo ponto – suposto direito a honorários contratuais na ordem de 20% do valor a ser pago a esta Edilidade e ao pedido de destaque, com base no art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB –, o mesmo se revela absurdamente improcedente.

04. Primeiramente, é de observar a flagrante má-fé do escritório ao requerer destaque de honorários na ordem de 20% quando o contrato firmado com a AMUPE (e somente com ela) que, segundo ele, ampararia sua pretensão, somente prevê 12% de verba remuneratória.

05. Em segundo lugar, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ciente de manobras como a aqui combatida, desenvolvidas por esse específico escritório de advocacia no sentido de tentar vincular os entes públicos municipais associados à AMUPE a um contrato por ela, Associação, isoladamente firmado em caráter particular, há muito vem orientando as Fazendas Municipais no sentido de que as execuções do título coletivo devem ser promovidas preferencialmente pelas Procuradorias Judiciais municipais, e, em caso de impossibilidade, por advogados contratados com observância aos ritos da Lei n. 8.666/93, inclusive em caso de dispensa.

06. Dita orientação restou firmada expressamente no Ofício Circular n. 0006/2015-TCE-PE/PRES (doc. anexo), datado de 19 de junho de 2015, por meio do qual a Corte de Contas expressamente consignou a possibilidade de responsabilização pessoal do Prefeito Municipal em caso de inobservância a tais parâmetros.

07. Vê-se, assim, que essa Edilidade nunca contratou com o escritório peticionante, seja porque detém sólida Procuradoria Judicial, seja porque vedada por orientação do Tribunal de Contas, editada exatamente em razão de manobras que vinham sendo efetuadas pelo referido escritório, que impunha sua contratação mediante "termos de adesão" ao contrato particular firmado com a AMUPE, sem observância a qualquer dos procedimentos previstos na Lei n. 8.666/93.

08. O terceiro motivo para a denegação do pleito do mencionado escritório reside no fato de que, reitere-se, **inexiste contrato de honorários firmado com**

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE – 2
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br



512
Juchy

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

esta Edilidade que pudesse ensejar cobrança de valores, muito menos destaque com amparo no art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB!

09. De fato, conforme destacado pelo próprio escritório peticionante, os causídicos que o integram patrocinaram ação coletiva em nome da AMUPE, ente privado que os contratou em caráter isolado e que não se sujeita à legislação de direito público.

10. É de se anotar que essa Edilidade, como várias outras, efetivamente tomou conhecimento da contratação realizada pela AMUPE – em seu nome – do referido escritório de advocacia para propositura da ação coletiva relativa às diferenças de repasse de FUNDEF, mas nunca se obrigou diretamente com tal banca, nem muito menos autorizou – e nem poderia (porque vinculado a procedimentos ditados por regras de direito público) – que a referida Associação se obrigasse em nome do Município do Recife, muito menos no valor de 12% do saldo a receber!

10. A ausência de relação obrigacional executável entre o escritório e esta Edilidade decorre inclusive de previsões encartadas no próprio contrato de honorários firmado isoladamente com a AMUPE!

11. De fato, tal avença prevê, em sua Cláusula Segunda (fl. 502) que *"em contraprestação aos seus serviços, a CONTRATADA perceberá remuneração honorária de 12% (doze por cento) sobre o benefício proporcionado aos associados da CONTRATANTE, por força de decisão judicial, por ocasião, na proporção e condicionado a que isso venha a ocorrer, que será cobrada dos beneficiários mediante o ajuste de um contrato de honorários com caráter adesivo ao presente instrumento, a ser firmado por cada associado que resolver aderir a estas avenças."*

12. E em sua Cláusula Sétima (fl. 503), arremata: *"todos os contratos que forem firmados com os associados da CONTRATANTE para fixação de adesão e recebimento dos honorários ficarão vinculados a este instrumento, na qualidade de contrato principal"*.



543
União

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

13. Como se vê, o próprio contrato celebrado exclusivamente com a AMUPE, não subscrito pela Edilidade e que não lhe é oponível, deixa clara a inexistência de qualquer obrigação dos municípios associados para com o escritório peticionante, previsão, aliás, assaz óbvia, porque uma Associação, entidade de direito privado, não pode obrigar diretamente os entes de direito público associados!

14. O surgimento de obrigação em face dos municípios dependeria de celebração de um novo contrato, nominado de "termo de adesão", o qual nunca foi firmado por essa Edilidade, seja porque ilícito, seja porque detém Procuradoria Judicial atuante, seja porque não se obrigou a tanto!

15. Veja-se, aliás, que esse "termo de adesão" firmado pelo escritório peticionante com vários municípios, ao argumento de que seria condição para a execução do julgado, além de absolutamente ilícito por violar regras básicas contratação pública – conforme, aliás, já ressaltado no Ofício Circular do TCE-PE, conforme acima apontado –, tinha por finalidade vincular as Edilidades (que não são obrigadas a continuar, na execução, com o advogado que a AMUPE escolheu contratar na ação coletiva) e captar clientela, afastando a autonomia dos entes de proceder com a contratação de outros escritórios – mediante procedimentos regulares – para propositura da ação executiva!

16. É de se ressaltar, inclusive, que da forma como o contrato foi firmado com a AMUPE a banca de advogados sujeitou-se a uma contratação de risco! Isso porque a Associação não se obrigou a pagar os honorários (ficou previsto que os mesmos seriam devidos por terceiros, não partícipes da avença, e, por isso, são obrigados!); e quanto aos Municípios, esses só se obrigariam se e quando houvesse um novo ajuste contratual a ser firmado individualmente por cada entidade, porque (*mutatis mutandis*):

"(...) O contrato pactuado exclusivamente entre o Sindicato e o advogado não vincula os filiados substituídos, em face da ausência da relação jurídica contratual entre estes e o advogado. Precedente: REsp 931.036/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 24/11/2009, DJe 2/12/2009 4. Recurso especial não provido."

[Assinatura]

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE - 4
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br

Scanned by CamScanner

514
Friedly

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

(REsp 1464567/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA
TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 11/02/2015) (original sem grifos)

17. Reitere-se: o Município o Recife nunca celebrou contrato/"termo de adesão" com o escritório peticionante, de sorte que inexistem "honorários contratuais" oponíveis a esta Edilidade que pudesse ensejar o destaque previsto no art. 22, § 4º, do Estatuto da OAB!

18. Veja-se, por fim, que sob nenhuma exegese o contrato firmado entre o escritório e a AMUPE poderia obrigar o Município nem pode lhe ser oponível, pois: (i) não foi subscrito pela Municipalidade; (ii) o ajuste de honorários individuais dependeria de nova avença, nunca celebrada por este Município; e (iii) a manifestação de vontade firmada pela Associação não supre a do Município, sujeitos que são a regimes jurídicos distintos.

19. Não por outras razões, o Egrégio TRF da 5ª Região, por decisão monocrática do Exmo. Des. Federal Vladimir Carvalho, proferida nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO 0801210-52.2015.4.05.0000 (PJ-e), interposto pelo mesmo escritório aqui peticionante e passada em julgado por pedido de desistência intencionalmente formulado para impedir uma decisão colegiada desfavorável, indeferiu pretensão recursal. Veja-se:

"(...) A sociedade de advogados, ora agravante, formulou o pedido no curso da ação de execução de título obtido em ação coletiva, ajuizada pela Associação dos Municípios Alagoanos, atinente às diferenças de repasse do FUNDEF relativas ao Valor Mínimo Anual por Aluno - VMAA.

A decisão, ora agravada, indeferiu o pleito, ao fundamento de não haver irregularidade na representação do município exequente, bem como não analisou o pedido de verificação da irregularidade na contratação do causídico do município, por entender que tal fato foge ao âmbito da presente ação. Ainda, que não há obrigatoriedade de que a execução seja patrocinada pelo mesmo advogado da ação de conhecimento, devendo qualquer suposta quebra de contrato ser dirimida na via própria.

e

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE - 5
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br

Scanned by CamScanner

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

515
[assinatura]

Historia a agravante que ajuizou a ação coletiva de conhecimento, ora executada pelo município, em nome da Associação dos Municípios Alagoanos, no ano de 2003, obtendo êxito na demanda.

(...)

Requer a reforma da decisão, para determinar, em sede de liminar, a suspensão da execução, até o julgamento final do agravo, e, no mérito, o provimento do recurso para averiguar a legalidade da contratação do advogado, bem como lhe seja reservado o percentual de vinte por cento do valor executado, a título de honorários advocatícios, conforme contrato firmado pela Associação dos Municípios Alagoanos.

Em síntese, o relatório.

Passo a decidir.

O ponto central da questão se situa no inconformismo da sociedade de advogados agravante ante o fato de haver patrocinado ação coletiva, em nome da Associação dos Municípios de Alagoas, e, após sete anos, o município promove a execução do título por meio de advogado diverso.

A ação de execução é autônoma, não havendo, sob a ótica processual, qualquer óbice que o interessado execute título obtido por ação coletiva, sob o patrocínio de advogado diverso.

O contrato firmado entre a Associação dos Municípios Alagoanos, mesmo prevendo também os serviços de execução, não gera obrigação ao Município que, de forma autônoma, busca executar o título judicial.

Processualmente não há qualquer irregularidade da execução proposta pelo agravado, estando o causídico devidamente autorizado pela procuração que lhe foi conferida.

Com acerto a decisão agravada, ao não vislumbrar o direito da agravante no sentido de ser o município obrigado a permanecer com o mesmo advogado que atuou na ação de conhecimento.

(...)

Da mesma forma, entendendo a agravada que houve violação ou quebra contratual, no que tange aos serviços pactuados, deve buscar a solução do conflito na esfera apropriada.

Assim, pelo menos nesta análise superficial, nada há para ser reparado na decisão.

Por este entender, indefiro a liminar recursal.

[assinatura]

516
Hidy

**PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Intimar a parte agravada, na forma do inc. V, do art. 527, do Código de Processo Civil, para responder em dez dias.

Publicar.

Recife, 09 de abril de 2015.

*Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho**

20. Entendimento contrário ao acima exposto, no sentido de entender que o simples contrato privado firmado por uma Associação de Municípios seria suficiente para obrigar diretamente todos os associados, conduziria a uma situação extrema e perigosa de legitimação de burla aos escopos de interesse público e à Lei de Licitações, porquanto se estaria autorizando, por via reflexa, que qualquer Edilidade pudesse contratar diretamente qualquer prestador de serviço ou fornecedor sem obediência aos ritos da Lei n. 8.666/93, bastando, para isso, realizar a contratação por intermédio de sua Associação. Vários fornecedores de merenda escolar, por exemplo, poderiam ser livremente contratados sem licitação, através da Associação, por meio de avença particular que obrigaria as Edilidades!

21. Por todo o exposto, requer-se o indeferimento do pleito ora contraditado.

22. Ademais, tendo em vista a flagrante má-fé do escritório peticionante, que veio aos autos sem ser parte, para requerer retenção de honorários contratuais com base em avença realizada com terceiro (AMUPE), sabendo inexistir qualquer contrato com esta Edilidade; bem como por exercer tal esdrúxula pretensão contra os termos do próprio instrumento contratual invocado, o qual remete para um novo contrato qualquer acordo direto com os associados (o que nunca ocorreu no caso de Recife); e por pleitear essa inusitada retenção na ordem de 20%, quando o próprio contrato prevê apenas 12% de verba remuneratória, tem-se que o mesmo, na qualidade de interveniente voluntário no processo (art. 16, do CPC), incorreu nas infrações descritas nos incisos I (deduziu pretensão contra fato incontroverso), II (alterou a verdade de fatos), III (tentou usar do processo para conseguir objetivo ilegal) e VI (provocou incidente manifestamente infundado), do art. 17,¹ do CPC, razão por que se

¹ Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que: (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)
I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)
II - alterar a verdade dos fatos; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980);

requer sua condenação na multa de 1% e indenização de 20% sobre o valor de sua pretensão, conforme previsão do art. 18, *caput* e § 2º, do CPC.

23. Por fim, tendo em vista que tudo quanto o aqui narrado constitui infrações disciplinares capituladas nos incisos IV, VI, XIV e XXV, do art. 34, da Lei n. 8.906/94², puníveis, inclusive, com suspensão da advocacia (art. 37, I e II, do EOAB), requer-se que este douto juízo se digne a extrair cópia integral destes autos e remeter à OAB-PE para que tome as medidas cabíveis para apuração dos fatos e eventual aplicação de sanções disciplinares pertinentes.

Termos em que pede e espera deferimento.

Recife, 10 de setembro de 2015.

Ricardo do N. Correia de Carvalho

Sec. de Assuntos Jurídicos do Município do Recife

Marcos Vinícius de Moreis

Procurado Chefe da PFM – Mat. 87.479-1

OAB/PE 27.590

Ricardo Sampaio de Ferreira da Silva

Procurador Chefe Adjunto da PFM – Mat. 63.902-8

OAB/PE 21.649

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980);

(...)

VI - provocar incidentes manifestamente infundados. (Redação dada pela Lei nº 6.771, de 27.3.1980)

² Art. 34. Constitui infração disciplinar:

(...)

IV - angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros;

(...)

VI - **advogar contra literal disposição de lei**, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior;

(...)

XIV - **deturpar o teor de dispositivo de lei**, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa;

(...)

XXV - **manter conduta incompatível com a advocacia;**

- Rua do Imperador Pedro II, n. 511, Segundo Andar, Santo Antônio, CEP 50.010-230, Recife-PE – 8
Fone/Fax (81) 3232-2364 / www.recife.pe.gov.br

**DESPACHO DO JUÍZ (JÁ NOS
EMBARGOS À EXECUÇÃO),
DETERMINANDO QUE A CONTADORIA
JUDICIAL CONSIDERE OS
ARGUMENTOS DA MONTEIRO
ADVOGADOS**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
7ª Vara/PE

Processo Nº : 0006119-05.2015.4.05.8300T
Classe : EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante : UNIÃO
Embargado(a) : MUNICÍPIO DE RECIFE

DESPACHO

No caso, verifico que, à fl. 325, o Contador Judicial requereu, por cautela, apreciação deste Juízo acerca do período a ser considerado para fins de análise dos cálculos, uma vez que não houve repasse do FUNDEF em relação à janeiro/2001 a agosto/2005, entretanto, há comprovação do quantitativo de matrícula para todo o período exequendo, qual seja, de janeiro/2001 a dezembro/2006, conforme Sistema de Consulta a matrícula do Censo Escolar - 1997/2014, do INEP.

Assim, no intuito de subsidiar a análise do Setor Contábil desta Justiça, **converto o julgamento em diligência**, e determino o retorno dos autos à Contadoria, para fins de averiguação pormenorizada dos cálculos apresentados pelas partes, devendo ser considerado todo o período exequendo, objeto destes embargos.

De volta do Contador, dê-se vista às partes. Prazo de 10 (dez) dias.

Recife/PE, 19 de fevereiro de 2016.

ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO

Juiz Federal da 7ª Vara/PE

P,

**CÁLCULOS APRESENTADOS PELA
CONTADORIA, REFERENDANDO O
VALOR APRESENTADO PELA
MONTEIRO ADVOGADOS.**



Processo: 6119-05.2015.4.05.8300

340
X X

Resumo

Parte	Princ. cor/mon	Juros	TOTAL (R\$)
1) MUNICIPIO DE RECIFE	403.320.679,89	532.927.322,37	936.248.002,26
TOTAL DA CONTA	403.320.679,89	532.927.322,37	936.248.002,26

- Observações:

- a) Cálculos atualizados até 04/2015.
- b) Correção monetária:
 - Valor(es) sem correção monetária.
- c) Juros de mora:
 - A partir de cada parcela, pela(s) taxa(s): SELIC de 02/2001 a 04/2015
 - Taxa(s) aplicada(s) sobre o valor corrigido monetariamente.
- d) Prescrição:
 - Parcelas prescritas anteriores a 20/12/2000.

Importa o presente cálculo em R\$ 936.248.002,26 (novecentos e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, dois reais e vinte e seis centavos).

Recife - PE, 25 de abril de 2016.


JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR
Seção de Contadoria

Processo: 6119-05.2015.4.05.8300

341 ~~341~~
a

Data	Valor Principal	Coefficiente	Princ. cor/mom	% Juros	Juros	TOTAL (R\$)
1) MUNICIPIO DE RECIFE						
01/01/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	183,73	7.232.285,30	11.168.651,33
01/02/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	182,71	7.192.134,37	11.128.500,40
01/03/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	181,45	7.142.536,16	11.078.902,19
01/04/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	180,26	7.095.693,40	11.032.059,43
01/05/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	178,92	7.042.946,10	10.979.312,13
01/06/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	177,65	6.992.954,25	10.929.320,28
01/07/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	176,15	6.933.908,76	10.870.274,79
01/08/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	174,55	6.870.926,90	10.807.292,93
01/09/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	173,23	6.818.966,87	10.755.332,90
01/10/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	171,70	6.758.740,47	10.695.106,50
01/11/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	170,31	6.704.024,98	10.640.391,01
01/12/2001	3.936.366,03	1,0000000000	3.936.366,03	168,92	6.649.309,49	10.585.675,52
01/01/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	167,38	9.390.285,74	15.000.110,55
01/02/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	166,14	9.320.162,93	14.929.987,74
01/03/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	164,77	9.243.308,33	14.853.133,14
01/04/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	163,29	9.160.282,93	14.770.107,74
01/05/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	161,88	9.081.184,40	14.691.009,21
01/06/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	160,55	9.006.573,73	14.616.398,54
01/07/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	159,01	8.920.182,43	14.530.007,24
01/08/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	157,57	8.839.400,95	14.449.225,76
01/09/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	156,19	8.761.985,37	14.371.810,18
01/10/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	154,54	8.669.423,26	14.279.248,07
01/11/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	153,00	8.583.031,95	14.192.856,76
01/12/2002	5.609.824,81	1,0000000000	5.609.824,81	151,26	8.485.421,00	14.095.245,81
01/01/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	149,29	9.822.808,06	16.402.490,60
01/02/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	147,46	9.702.399,87	16.282.082,41
01/03/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	145,68	9.585.281,52	16.154.964,06
01/04/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	143,81	9.462.241,46	16.041.924,00
01/05/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	141,84	9.332.621,71	15.912.304,25
01/06/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	139,98	9.210.239,61	15.789.922,15
01/07/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	137,90	9.073.382,22	15.653.064,76
01/08/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	136,13	8.956.921,84	15.536.604,38
01/09/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	134,45	8.846.383,17	15.426.065,71
01/10/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	132,81	8.738.476,38	15.318.158,92
01/11/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	131,47	8.650.308,63	15.229.991,17
01/12/2003	6.579.682,54	1,0000000000	6.579.682,54	130,10	8.560.166,98	15.139.849,52
01/01/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	128,83	10.124.977,11	17.984.153,63
01/02/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	127,75	10.040.098,00	17.899.274,52
01/03/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	126,37	9.931.641,36	17.790.817,88
01/04/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	125,19	9.838.903,08	17.698.079,60
01/05/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	123,96	9.742.235,21	17.601.411,73
01/06/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	122,73	9.645.567,34	17.504.743,86
01/07/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	121,44	9.544.183,96	17.403.360,48
01/08/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	120,15	9.442.800,58	17.301.977,10
01/09/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	118,90	9.344.560,88	17.203.737,40
01/10/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	117,69	9.249.464,84	17.108.641,36
01/11/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	116,44	9.151.225,13	17.010.401,65
01/12/2004	7.859.176,52	1,0000000000	7.859.176,52	114,96	9.034.909,32	16.894.085,84
01/01/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	113,58	8.089.214,24	15.173.646,57
01/02/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	112,36	7.982.540,16	15.086.972,49
01/03/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	110,83	7.873.842,35	14.978.274,58
01/04/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	109,42	7.773.669,85	14.878.102,18
01/05/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	107,92	7.667.103,37	14.771.535,70
01/06/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	106,33	7.554.142,89	14.658.575,22
01/07/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	104,82	7.446.865,96	14.551.298,29

342
X

Processo: 6119-05.2015.4.05.8300

Data	Valor Principal	Coefficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R\$)
1) MUNICIPIO DE RECIFE						
01/08/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	103,16	7.328.932,39	14.433.364,72
01/09/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	101,86	7.222.365,90	14.326.798,23
01/10/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	100,25	7.122.193,41	14.226.625,74
01/11/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	98,87	7.024.152,24	14.128.584,57
01/12/2005	7.104.432,33	1,0000000000	7.104.432,33	97,40	6.919.717,08	14.024.149,41
01/01/2006	2.799.376,47	1,0000000000	2.799.376,47	95,97	2.686.561,59	5.485.938,06
01/02/2006	2.147.603,01	1,0000000000	2.147.603,01	94,82	2.036.357,17	4.183.960,18
01/03/2006	2.456.328,84	1,0000000000	2.456.328,84	93,40	2.294.211,13	4.750.539,97
01/04/2006	2.240.086,73	1,0000000000	2.240.086,73	92,32	2.068.048,06	4.308.134,79
01/05/2006	2.929.680,19	1,0000000000	2.929.680,19	91,04	2.667.180,84	5.596.861,03
01/06/2006	2.526.571,96	1,0000000000	2.526.571,96	89,86	2.270.377,56	4.796.949,52
01/07/2006	2.357.531,02	1,0000000000	2.357.531,02	88,69	2.090.894,26	4.448.425,28
01/08/2006	2.487.275,80	1,0000000000	2.487.275,80	87,43	2.174.625,23	4.661.901,03
01/09/2006	2.401.978,60	1,0000000000	2.401.978,60	86,37	2.074.588,91	4.476.567,51
01/10/2006	2.420.522,54	1,0000000000	2.420.522,54	85,28	2.064.221,62	4.484.744,16
01/11/2006	2.515.503,84	1,0000000000	2.515.503,84	84,26	2.119.563,53	4.635.067,37
01/12/2006	2.964.434,13	1,0000000000	2.964.434,13	83,27	2.468.484,30	5.432.918,43
Total:	403.320.679,89		403.320.679,89		532.927.322,37	936.248.002,26
TOTAL DA CONTA						R\$ 936.248.002,26

- Observações:

a) Cálculos atualizados até 04/2015.

[Handwritten signature]



DOC. 04



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ
25ª VARA FEDERAL – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IGUATU

SENTENÇA Nº: 025. /2018 - **TIPO A** (Resolução nº CJF-RES-2006/00535, de 18/12/2006)

PROCESSO Nº: **0800145-48.2015.4.05.8107 - PROCEDIMENTO COMUM**
AUTOR: **SINDICATO DOS PROFESSORES DE IGUATU - CE E OUTRO**
ADVOGADO: **Vicente Bandeira De Aquino Neto e outros**
REU: **UNIÃO FEDERAL**
25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL TITULAR

SENTENÇA

1. Relatório

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada pelo **MUNICÍPIO DE IGUATU** em desfavor da **UNIÃO**, por meio da qual requereu a condenação da ré à obrigação de entregar quantia no valor de R\$ 74.081.983,84 (setenta e quatro milhões oitenta e um mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), referentes as diferenças de complementação do Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA a ser repassado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) do início de 2002 a fevereiro de 2007.

A municipalidade afirmou a interrupção do prazo prescricional em razão do ajuizamento de ação coletiva pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE (Processo nº 2007.81.00.020620-0), que tramitou na 5ª Vara Federal do Estado do Ceará, apesar da extinção do feito sem resolução de mérito nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil vigente à época por falecer legitimidade à associação na causa (Id. 4058107.903892), com trânsito em julgado em 02/10/2013 (Id. 4058107.903890).

Aduziu que a ação coletiva foi causa para a interrupção da prescrição, nos termos do art. 219, § 1º, do CPC/1973, bem como do art. 202, inciso I e parágrafo único, do Código Civil, e sustentou sua legitimidade para o ajuizamento da presente ação individual com base no art. 103, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Igualmente, com fundamento na teoria da *actio nata*, argumentou o início do prazo prescricional das diferenças de cada complementação anualmente com arrimo no art. 6º da Lei nº 9.424/96 e no art. 3º, § 4º, do Decreto nº 2.264/97.

No mérito propriamente dito, sustentou que o valor do VMAA deveria ser calculado com base na média nacional de acordo com o decidido em Recurso Especial nº 1.101.015, julgado na sistemática do art. 543-C do CPC/1973.

A **UNIÃO** em contestação sob o Id. 4058107.1065828 aduziu, em síntese, a prescrição em razão da inocorrência de substituição processual do **MUNICÍPIO DE IGUATU** na

ação coletiva anteriormente ajuizada, bem como a ausência de litispendência com a ação individual, a qual deveria ter sido intentada concomitante aquela para fins de evitar a prescrição.

Por fim, em resumo, sustentou que a complementação do VMAA de acordo com a média nacional interferiria no pacto federativo, uma vez que o valor seria alterado conforme as políticas tributárias dos entes da federação.

O **MUNICÍPIO DE IGUATU** em réplica sob o Id nº 4058107.1197465, mais uma vez, afirmou a inocorrência da prescrição por conta da interrupção do prazo com o ajuizamento da ação coletiva pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE.

O Sindicato dos Professores de Iguatu - SINPROFI e o Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará - APEOC postularam o ingresso na lide como assistente litisconsorcial mediante requerimentos sob os Id. nº 4058107.1192205 e 4058107.1223722, respectivamente.

É o relatório.

Decido.

2. Saneamento do processo

2.1.1. Legitimidade para ingresso como litisconsorte ativo

Disputam a legitimidade para ingressar na presente ação como litisconsorte ativo o Sindicato dos Professores de Iguatu - SINPROFI e o Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará - APEOC.

Afasto de plano o pedido formulado pelo Sindicato dos Professores de Iguatu - SINPROFI por ausência de comprovação de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Em que pese a comprovação do prévio registro da APEOC no Ministério do Trabalho e Emprego, Id nº 4058107.1223807, fl. 1, não há deliberação específica dos representados acerca do ingresso do sindicato na presente ação como litisconsorte assistencial, mas mera deliberação genérica em assembleia extraordinária para contratação de serviços advocatícios de maior complexidade, Id nº 4058107.1223807, fl. 2. Ademais, a entidade não apresentou relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços, na forma do art. 2º-A, parágrafo único, da Lei nº 9.494/97, mas apenas a lista dos associados presentes na assembleia realizada, Id nº 4058107.1223807, fls. 3 a 5.

Deste modo, não reconheço legitimidade ativa do Sindicato dos Professores de Iguatu - SINPROFI e do Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará - APEOC para integrar a lide.

2. Fundamentação

O art. 60, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 prevê a criação, no âmbito de cada

Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF:

"Art. 60. Nos 10 primeiros anos da promulgação desta Emenda, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios** destinarão não menos de 60% dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º A **distribuição** de responsabilidades e recursos entre os **Estados** e seus **Municípios** a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil. (...) "(destaquei em negrito)

A fim de se conferir operabilidade ao fundo, foi editada a Lei 9.424/1996, de 24 de dezembro de 1996, em cujo art. 2º foram estabelecidos os critérios de cálculos dos recursos devidos aos Estados e Municípios:

"Art. 2º Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.

§ 1º A **distribuição dos recursos**, no âmbito de cada **Estado** e do **Distrito Federal**, dar-se-á, entre o **Governo Estadual** e os **Governos Municipais**, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:

I - as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental; (Vide Medida Provisória nº 339, de 2006).

II - (Vetado)

§ 2º A **distribuição a que se refere o parágrafo anterior**, a partir de 1998, deverá considerar, ainda, a diferenciação de **custo por aluno**, segundo os níveis de ensino e tipos de estabelecimento, adotando-se a metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações, de acordo com os seguintes componentes:

I - 1ª a 4ª séries;

II - 5ª a 8ª séries;

III - estabelecimentos de ensino especial;

IV - escolas rurais.

§ 3º Para efeitos dos cálculos mencionados no § 1º, serão computadas exclusivamente as matrículas do ensino presencial.

§ 4º O Ministério da Educação e do Desporto - MEC realizará, anualmente, censo educacional, cujos dados serão publicados no Diário Oficial da União e constituirão a base para fixar a proporção prevista no § 1º.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no prazo de trinta dias da publicação referida no parágrafo anterior, apresentar recurso para

retificação dos dados publicados.

§ 6º É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental." (destaquei em negrito)

As dicções constitucional e legal tornam claro que os destinatários dos recursos dos fundos são Estados, Municípios e Distrito Federal. Portanto, apenas estes entes com capacidade político-administrativa são legitimados a discutir os critérios de cálculo e a pleitear em face da União o ressarcimento de recursos ao FUNDEF.

Já o Decreto nº 20.910/1932 em seu art. 1º estabelece que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios prescrevem no quinquídio contado a partir da data do ato ou fato que as originaram.

Por sua vez, o art. 202 do Código Civil dispõe, dentre outras causas, que a prescrição será interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação, se promovida na forma e no prazo da lei processual.

No caso dos autos, o **MUNICÍPIO DE IGUATU** sustentou a tese de que a citação na ação coletiva anteriormente ajuizada pela Associação dos Municípios E Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE teria o efeito de interromper o prazo prescricional iniciado em 2005 de acordo com o art. 6º da Lei nº 9.424/96 e o art. 3º, § 4º do Decreto nº 2.264/97.

Todavia, naquela oportunidade não houve reconhecimento de se estar diante de legitimação extraordinária da associação para a causa. Reconheceu-se que o Município somente deveria ser representado em juízo, ativa e passivamente, por seu Prefeito ou procurador, nos termos do art. 12, II, do vigente Código de Processo Civil de 1973.

Com efeito, a extinção do processo sem resolução de mérito implica a conclusão de que em nenhum momento a municipalidade foi de fato representada na ação, pelo que se depreende não ter sido o responsável pela alegada interrupção da prescrição.

Em verdade, é incorreta a conclusão de que demanda ajuizada por indivíduo que não o credor ou o seu representante fosse capaz de promover qualquer efeito sobre a prescrição. Não é a citação em si, nos termos do art. 202, inciso I, do Código Civil com semelhante redação no art. 240, § 1º, do Código de Processo Civil, o fato gerador da interrupção, mas aquela quando promovida pelo detentor do crédito ou quem lhe faça as vezes.

Ademais, no caso dos autos, sequer foi produzida prova de que o **MUNICÍPIO DE IGUATU** tenha autorizado expressamente a APRECE a promover o o ajuizamento da ação coletiva que tramitou na 5ª Vara Federal do Estado do Ceará (Processo nº 2007.81.00.020620-0).

Por fim, consoante recente precedente oriundo da primeira seção do c. Superior Tribunal de Justiça, não há possibilidade de os municípios serem representados judicialmente por associação:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO PARA TUTELAR DIREITOS DOS MUNICÍPIOS EM REGIME DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Trata-se, na origem, de Ação Ordinária interposta pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do

Ceará - Aprece contra a União, objetivando a condenação desta à complementação dos valores do Fundef. As instâncias ordinárias extinguiram o processo sem julgamento do mérito, proclamando a ilegitimidade ativa da autora. 2. A Segunda Turma deliberou afetar o julgamento à Primeira Seção. ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMO REPRESENTANTE PROCESSUAL 3. A autorização para associações atuarem como representantes de seus associados deve ser expressa, sendo insuficiente previsão genérica do estatuto da associação. É o que decorre da conclusão adotada pelo Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral: "REPRESENTAÇÃO - ASSOCIADOS - ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE. O disposto no artigo 5º, inciso XXI, da Carta da República encerra representação específica, não alcançando previsão genérica do estatuto da associação a revelar a defesa dos interesses dos associados. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - ASSOCIAÇÃO - BENEFICIÁRIOS. As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial". (RE 573.232, Relator p/ Acórdão: Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, p. 19-9-2014). 4. "Nos termos da novel orientação do Supremo Tribunal Federal, a atuação das associações não enseja substituição processual, mas representação específica, consoante o disposto no artigo 5º, XXI, da Constituição Federal (cf. RE 573232/SC, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe 19/09/2014)" (STJ, AgRg no REsp 1.488.825/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 12/2/2015). 5. No caso concreto, o termo de adesão concordando com a propositura da ação pode ser visto como a autorização exigida pelo art. 5º, XXI, da Constituição, pelo que se pode cogitar da legitimidade da associação como representante dos seus associados que expressamente subscreveram o documento. Porém, é necessário examinar se seria possível uma associação ser representante judicial de Municípios. **POSSIBILIDADE OU NÃO DE ASSOCIAÇÃO REPRESENTAR MUNICÍPIOS JUDICIALMENTE** 6. Nos moldes do art. 12, II, do CPC/1973 e do art. 75, III, do CPC/2015, a representação judicial dos Municípios, ativa e passivamente, deve ser exercida por seu Prefeito ou Procurador. A representação do ente municipal não pode ser exercida por associação de direito privado. Precedentes: RMS 34.270/MG, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 25/10/2011, DJe 28/10/2011; AgRg no AREsp 104.238/CE, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe 7/5/2012; REsp 1.446.813/CE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 20/11/2014, DJe 26/11/2014; AgRg no RMS 47.806/PI, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/8/2015 7. "A tutela em juízo dos direitos e interesses das pessoas de direito público tem regime próprio, revestido de garantias e privilégios de direito material (v.g.: inviabilidade de confissão, de renúncia, ou de transação) e de direito processual (v.g.: prazos especiais, reexame necessário, intimações pessoais), em face, justamente, da relevante circunstância de se tratar da tutela do patrimônio público. Nesse panorama, é absolutamente incompatível com o sentido e a finalidade da instituição desse regime especial e privilegiado, bem como da natureza das pessoas de direito público e do regime jurídico de que se revestem seus agentes políticos, seus representantes judiciais e sua atuação judicial, imaginar a viabilidade de delegação, a pessoa de direito privado, sob forma de substituição processual por entidade associativa, das atividades típicas de Estado, abrindo mão dos privilégios e garantias processuais que lhe são conferidas em juízo, submetendo-se ao procedimento comum" (voto do Min. Teori Albino Zavascki no RMS 34.270/MG). 8. **Em qualquer tipo de ação,**

permitir que os Municípios sejam representados por associações equivaleria a autorizar que eles dispusessem dos privilégios materiais e processuais estabelecidos pela lei em seu favor, o que não é possível diante do princípio da indisponibilidade do interesse público. 9. Em obiter dictum, registra-se que o julgamento, naturalmente, em nada afeta aquelas ações coletivas propostos por associações de Municípios em que já tenha havido o trânsito em julgado, seja por força da autoridade da coisa julgada, sejam porque o Recurso Especial, embora esteja sendo julgado pela Primeira Seção, não chegou a ser selecionado como representativo de controvérsia. **CONCLUSÃO** 10. Recurso Especial não provido. (REsp 1503007/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 06/09/2017)" (destaquei em negrito)

Portanto, a pretensão para discutir em juízo os fatos arguidos na petição inicial foi arruinada pelo completo transcurso do prazo prescricional estabelecido pelo art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, sem que tenha sido observada causa de impedimento ao longo do período.

3. Dispositivo

Ante o exposto, **DECLARO a PRESCRIÇÃO** e, por consequência, a **EXTINÇÃO do PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, com fundamento no art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil.

CONDENO o MUNICÍPIO DE IGUATU em HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS no patamar de 1% (UM POR CENTO) do VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, nos termos do art. 85, § 3º, inciso IV, do Código de Processo Civil.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE.

Eventualmente interposto **RECURSO de APELAÇÃO**, **INTIME-SE a PARTE RECORRIDA** para, no **PRAZO de 15 (QUINZE) DIAS**, apresentar **CONTRARRAZÕES**. Decorrido o prazo e independentemente de atendimento do objeto da intimação, **REMETAM-SE os autos ao e. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**.

Após o trânsito em julgado, **BAIXEM-SE** da Distribuição e **ARQUIVEM-SE** estes autos.

Expedientes necessários.

Iguatu/CE, 22 de março de 2018.

CIRO BENIGNO PORTO
Juiz Federal da 25ª Vara/SJCE
Documento assinado digitalmente



Processo: **0800145-48.2015.4.05.8107**
Assinado eletronicamente por:
CIRO BENIGNO PORTO - Magistrado
Data e hora da assinatura: 22/03/2018 15:53:18
Identificador: 4058107.3418371



18031422594174200000003422557

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.jfce.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

DOC. 05

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.238 - RS (2017/0010433-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
RECORRIDO : MARIA LUIZA BERTULINI QUEIROZ
ADVOGADO : FRANCIS CAMPOS BORDAS - RS029219
INTERES. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(S) -
DF016275
ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS - MA007823
PRISCILLA LISBOA PEREIRA - DF039915
ALEXANDRE PONTES ALVES - DF043880

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DECORRENTE DE AÇÃO COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 345 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a controvérsia relativa à condenação em honorários advocatícios na execução não embargada é de natureza infraconstitucional.

2. Sob a égide do CPC/1973, esta Corte de Justiça pacificou a orientação de que são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas (Súmula 345), afastando, portanto, a aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997.

3. A exegese do art. 85, § 7º, do CPC/2015, se feita sem se ponderar o contexto que ensejou a instauração do procedimento de cumprimento de sentença, gerará as mesmas distorções então ocasionadas pela interpretação literal do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 e que somente vieram a ser corrigidas com a edição da Súmula 345 do STJ.

4. A interpretação que deve ser dada ao referido dispositivo é a de que, nos casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública em que a relação jurídica existente entre as partes esteja concluída desde a ação ordinária, não caberá a condenação em honorários advocatícios se não houver a apresentação de impugnação, uma vez que o cumprimento de sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.

5. O procedimento de cumprimento individual de sentença coletiva, ainda que ajuizado em litisconsórcio, quando almeja a satisfação de direito reconhecido em sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva, não pode receber o mesmo tratamento pertinente a um procedimento de cumprimento comum, uma vez que traz consigo a discussão de nova relação jurídica, e a existência e a liquidez do direito dela decorrente serão objeto de juízo de valor a ser proferido



Superior Tribunal de Justiça

como pressuposto para a satisfação do direito vindicado.

6. Hipótese em que o procedimento de cumprimento de sentença pressupõe cognição exauriente – a despeito do nome a ele dado, que induz à indevida compreensão de se estar diante de mera fase de execução –, sendo indispensável a contratação de advogado, uma vez que é necessária a identificação da titularidade do exequente em relação ao direito pleiteado, promovendo-se a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, o que torna indubitoso o conteúdo cognitivo dessa execução específica.

7. Não houve mudança no ordenamento jurídico, uma vez que o art. 85, § 7º, do CPC/2015 reproduz basicamente o teor normativo contido no art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, em relação ao qual o entendimento desta Corte, já consagrado, é no sentido de afastar a aplicação do aludido comando nas execuções individuais, ainda que promovidas em litisconsórcio, do julgado proferido em sede de ação coletiva *lato sensu*, ação civil pública ou ação de classe.

8. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firma-se a seguinte tese: "O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsócio."

9. Recurso especial desprovido, com majoração da verba honorária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial, com a majoração da verba honorária, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Félix Fischer, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves e Raul Araújo votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Brasília, 20 de junho de 2018 (Data do julgamento).

MINISTRA LAURITA VAZ

Presidente

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator



RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.238 - RS (2017/0010433-8)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Trata-se de recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 113):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA.

Havendo a condenação da Fazenda Pública em honorários no cumprimento de sentença, o valor a ser arbitrado deve obedecer o disposto no art. 85, § 3º, do NCPC. Cabe salientar que o disposto no § 7º do art. 85 da nova regra processual não altera a necessidade do exequente em contratar advogado para a execução individual de sentença proferida em ação coletiva, situação esta que veio a gerar a Súmula 345 do STJ.

A recorrente alega violação do art. 85, § 7º, do CPC/2015, sustentando que, "no caso de honorários advocatícios, o novo CPC regulamentou toda a matéria em questão, sem fazer referência ao entendimento outrora consolidado na Súmula 345 do STJ, que determinava a fixação de honorários, em se tratando de execução individual fundada em título decorrente de ação coletiva" (e-STJ fl. 125).

Dessa forma, afirma que a orientação contida na aludida Súmula, de 2007, foi superada pela norma contida no art. 85, § 7º, do novo CPC (e-STJ fls. 124/125).

Contrarrazões apresentadas às e-STJ fls. 130/133, nas quais a parte recorrida defende que o apelo nobre não deve ser conhecido, porquanto ausente o requisito do prequestionamento. Subsidiariamente, pugna pela manutenção do acórdão recorrido, por entender aplicável à espécie – cumprimento de sentença proferida em demanda coletiva – a Súmula 345 do STJ, dada a imprescindibilidade de contratação de advogado especificamente para esse mister.

Conforme decisão de admissão de e-STJ fls. 136/137, o recurso especial foi remetido a esta Corte como representativo de controvérsia.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela admissão do recurso como representativo de controvérsia (e-STJ fls. 152/156).

No despacho de e-STJ fls. 159/162, o em. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, exaltando a importante iniciativa de seleção do presente recurso representativo da controvérsia pelo Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinou a distribuição do feito.



Superior Tribunal de Justiça

Às e-STJ fls. 209/211, a Corte Especial deste Tribunal, por unanimidade, admitiu proposta de afetação para julgamento repetitivo, de minha relatoria, nos termos do art. 1.036, §§ 5º e 6º, do CPC/2015, c/c o art. 256-E do RISTJ. O acórdão foi assim ementado (e-STJ fl. 208):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 345 DO STJ. ART. 85, § 7º, DO CPC/2015. AFETAÇÃO.

1. "São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas" (Súmula 345 do STJ).
2. "Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada" (Art. 85, § 7º, do CPC/2015).
3. Tese controvertida: análise acerca da aplicabilidade da Súmula 345 do STJ diante da superveniência do art. 85, § 7º, do CPC/2015.
4. Afetação do recurso especial como representativo da controvérsia repetitiva para que seja julgado na Corte Especial.

Em novo pronunciamento, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recuso especial (e-STJ fls. 221/223).

Indeferido o ingresso no feito, na qualidade de *amicus curiae*, postulado pela Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo – ANNEP (e-STJ fls. 225/226) e pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Distrito Federal – OAB/DF (e-STJ fls. 281/282) e acolhido pleito similar da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal (e-STJ fls. 319/320).

Interposto agravo interno pela OAB/DF (e-STJ fls. 312/316). À e-STJ fl. 332, a agravante postula a desistência do recurso. Retirou-se o feito da pauta do dia 07/02/2018 para regularização da representação processual (e-STJ fl. 341), o que foi cumprido (e-STJ fl. 345), tendo sido o pedido de desistência do agravo interno homologado às e-STJ fls. 349/350.

É o relatório.



RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.238 - RS (2017/0010433-8)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO GURGEL DE FARIA (Relator):

Inicialmente, não assiste razão ao recorrido quanto ao não prequestionamento da matéria, tendo em vista que o tema objeto do apelo nobre foi devidamente tratado pelo Tribunal de origem no aresto atacado, sendo o dispositivo legal apontado como violado objeto de exame na instância ordinária.

Rejeitada a preliminar, observo que o presente recurso especial repetitivo tem por escopo dirimir a controvérsia referente à aplicabilidade da Súmula 345 do STJ diante da superveniência do art. 85, § 7º, do CPC/2015.

A parte recorrente sustenta que, diante da superveniência do novo Código de Processo Civil – art. 85, § 7º –, não há mais amparo legal que justifique tal condenação, estando superada a orientação jurisprudencial então consolidada no verbete 345 da Súmula do STJ. O dispositivo em destaque guarda redação semelhante à do art. 1º–D da Lei 9.494/1997, já objeto de exame por este Tribunal, conforme se demonstrará a seguir.

Transcrevo, por oportuno, os citados dispositivos legais e o enunciado de súmula:

Art. 1º–D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.

Art. 85. [...]

§ 7º. Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

Súmula 345/STJ: São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Para uma melhor compreensão da controvérsia, faz-se necessário traçar a evolução do entendimento deste Tribunal sobre a matéria.

Como cediço, na vigência do Código Buzaid, este Sodalício firmou o entendimento de que, na execução de título judicial relativa à condenação genérica em ação de natureza coletiva, embargada ou não, era cabível a condenação de honorários de advogado, ainda que a devedora fosse a Fazenda Pública e tivesse sujeita ao rito de execução preconizado nos arts. 100 da Constituição Federal e 730 do CPC/1973. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO JUDICIAL. EMBARGADA OU NÃO. DEVEDORA A FAZENDA NACIONAL. VERBA HONORÁRIA. CABIMENTO. CPC, ART. 20, § 4º.

Na execução de título judicial, embargada ou não, é cabível a condenação de honorários de advogado, ainda que devedora a Fazenda Nacional, ante o disposto nos arts. 100, da Constituição, e 730, do CPC.

Embargos conhecidos e providos. (EREsp 217.883/RS, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO

Superior Tribunal de Justiça

DA FONSECA, Corte Especial, DJ 1º/9/2003, p. 209).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. APLICAÇÃO DE TESE JURÍDICA DIVERSA DAQUELAS DEFENDIDAS NOS ACÓRDÃOS EMBARGADO E PARADIGMA. CABIMENTO. AÇÃO CIVIL COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI Nº 9.494/97, ART. 1º-D. INAPLICABILIDADE.

1. O exame dos embargos de divergência não se restringe às teses em confronto do acórdão embargado e do acórdão paradigma acerca da questão federal controvertida, podendo ser adotada uma terceira posição, caso prevalente. Precedentes das 1ª e 2ª Seções.

2. A ação individual destinada à satisfação do direito reconhecido em sentença condenatória genérica, proferida em ação civil coletiva, não é uma ação de execução comum. É ação de elevada carga cognitiva, pois nela se promove, além da individualização e liquidação do valor devido, também juízo sobre a titularidade do exequente em relação ao direito material.

3. A regra do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97 destina-se às execuções típicas do Código de Processo Civil, não se aplicando à peculiar execução da sentença proferida em ação civil coletiva.

4. Embargos de divergência improvidos. (EREsp 475.566/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASK, Primeira Seção, DJ 13/09/2004, p. 168).

Cumprе salientar que a redação dada ao art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001 também foi objeto de controvérsia no tocante a eventual inconstitucionalidade, mas o Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada em 29/09/2004, apenas reduziu a sua aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor. Eis a ementa do julgado:

I. Recurso extraordinário: alínea "b": devolução de toda a questão de constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida. Precedente (RE 298.694, Pl. 6.8.2003, Pertence, DJ 23.04.2004).

II. Controle incidente de inconstitucionalidade e o papel do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de "guarda da Constituição" - se furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentalmente (v.g. SE 5.206-Agr; MS 20.505).

III. Medida provisória: requisitos de relevância e urgência: questão relativa à execução mediante precatório, disciplinada pelo artigo 100 e parágrafos da Constituição: caracterização de situação relevante de urgência legislativa.

IV. Fazenda Pública: execução não embargada: honorários de advogado: constitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal, com interpretação conforme ao art. 1º-D da L. 9.494/97, na redação que lhe foi dada pela MPr 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (C. Pr. Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, § 3º).

(RE 420.816/PR, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29/09/2004, DJ 10-12-2006, p. 50)

Posteriormente, a Corte Suprema, no RE 599.903/RS, Relatora a em. Ministra CÁRMEM LÚCIA, julgado em 28/08/2009 (DJ 11/09/2009), entendeu pela natureza infraconstitucional da matéria aqui discutida. A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NÃO EMBARGADA. • EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE

Documento: 1726453 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 27/06/2018

Página 6 de 15



VIOLAÇÃO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 420.816. RECURSO EXTRAORDINÁRIO RECUSADO.

1. O tema constitucional examinado no Recurso Extraordinário n. 420.816, Redator para o acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence, estava restrito à redução interpretativa do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 (Medida Provisória n. 2.180-35/2001) para torná-lo aplicável apenas às execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública (art. 730 do Código de Processo Civil).
2. É infraconstitucional a questão do enquadramento jurídico da execução de sentença proferida em ação coletiva contra a Fazenda Pública ao disposto no art. 730 do Código de Processo Civil.
3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste Supremo Tribunal Federal.
4. Recurso extraordinário recusado.

Importa consignar que, no julgado acima, ficou firmado:

Desse modo, a discussão centrou-se na redução do alcance do dispositivo legal questionado para as execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil: esse foi o tema constitucional examinado por este Supremo Tribunal Federal.

No presente processo, põe-se em questão a execução contra a Fazenda Pública de sentença proferida em ação coletiva e o seu enquadramento jurídico, ou não, na hipótese do art. 730 do Código de Processo Civil, ou seja, quer-se saber se se tem, também aqui, execução por quantia certa contra a Fazenda Pública a determinar a mesma conclusão jurídica antes verberada por este Supremo Tribunal.

A solução, para esta pergunta parece-me não estar na Constituição da República, mas na legislação infraconstitucional, a processual, tendo o Superior Tribunal de Justiça se limitado a interpretar e aplicar essa legislação para concluir pela não incidência do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/2001.

4. A natureza infraconstitucional da controvérsia fica evidente pela análise dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 721.810, Relator o Ministro José Delgado, julgado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça 17.5.2006, o qual pacificou a orientação daquele Tribunal Superior na matéria, nos termos seguintes:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA NÃO-EMBARGADA. AÇÃO AJUIZADA POR SINDICATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. NÃO-INCIDÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.180-35/01 (ART. 1º-D, DA LEI N.º 9.494/97). MANIFESTAÇÃO DA CORTE ESPECIAL. (Grifos no original).

A propósito, confira-se, ainda, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RENÚNCIA AO VALOR EXCEDENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

1. A controvérsia relativa à condenação em honorários advocatícios na execução não embargada contra a Fazenda Pública na qual há renúncia ao valor excedente a 40 salários mínimos, fundada na interpretação do art. 1º-D da Lei 9.494/97 e dos arts. 20 e 730 do CPC, é de natureza infraconstitucional.
2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna se dê de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009).
3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC. (RE 819.641/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe 16/12/2014).



Superior Tribunal de Justiça

Constata-se, assim, que a pacificação desse tema, por exigir uniformização de interpretação de lei federal, compete mesmo a este Tribunal Superior.

A Corte Especial, quando do julgamento do EREsp 653.270/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, sessão de 17/05/2006 (DJ 05/02/2007, p. 179), decidiu que, "nas execuções individuais procedentes de sentença genérica proferida em ação coletiva ou ação civil pública, é cabível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, ainda que não embargada a execução".

Diante de outros arestos que vieram a confirmar essa assertiva, a Corte Especial consolidou o seu entendimento mediante a edição da conhecida Súmula 345, que restringe a aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 às execuções de título judicial, resistida ou não, procedentes de título judicial proferido em ação coletiva ajuizada por sindicato ou entidade de classe, como substitutivo processual, ou em sede de ação civil pública, ambas promovidas contra a Fazenda Pública.

O fundamento condutor da posição então prevalente residia na percepção de que tais execuções decorreriam de um título judicial genérico, no qual não está definida a certeza e a liquidez do direito de cada titular do "crédito" a ser executado, atributos que somente poderiam ser identificados e dimensionados mediante a propositura de execuções individuais, nas quais seriam expostas as peculiaridades de cada demandante, o que implica complexidade diferenciada no processo executório, a qual persiste mesmo que não tenham sido ajuizados embargos à execução. A ilustrar, o AgRg no REsp 658.155/SC (Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 10/10/2005, p. 417), sendo válido destacar os seguintes argumentos do voto:

Entretanto, em se tratando de processo de execução de sentença proferida em **ação coletiva para a tutela de direito individual homogêneo** movida contra a Fazenda Pública, devem ser fixados os honorários advocatícios, ainda que na vigência da Medida Provisória n.º 2.180/2001, em face das peculiaridades inerentes ao referido processo.

Esse entendimento decorre da insofismável natureza individual homogênea do direito dos Servidores Públicos a determinado reajuste de vencimentos, pois, em regra, este se origina de uma disposição legal, aplicável a todos indistintamente, razão pela qual pode ser tutelado judicialmente de forma global, não obstante a possibilidade de ser pleiteado individualmente.

De outra parte, cumpre esclarecer que é pacífico, na doutrina e na jurisprudência, em face da regra contida no art. 95 do CDC, que, nos casos de procedência das ações coletivas de tutela de interesses individuais homogêneos, *"a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados"*.

Na linha desse entendimento, acrescenta-se que a **execução da sentença genérica de procedência**, proferida em sede de ação coletiva *lato sensu* – ação civil pública ou ação coletiva ordinária –, demanda uma elevada carga cognitiva e amplo contraditório, consistentes na verificação da própria existência do direito material, na individualização e na fixação do montante do débito.

Pode-se concluir, portanto, que a execução de título executivo judicial, oriundo das ações coletivas ordinárias, ajuizadas por Sindicato, na defesa dos interesses dos membros da categoria que representa, **não difere** da execução de sentença proferida em sede de ação civil pública, quando esteja sendo tutelado direito individual homogêneo.

Vê-se que a necessidade de provar a existência do direito pessoal, o seu nexo com o dano global, o seu montante, bem como de proceder a sua individualização, em uma cognição exauriente com contraditório pleno, não está atrelada à via processual



utilizada – ação civil pública ou ação de classe –, **mas sim à natureza do objeto tutelado**, mais precisamente por se tratar de um direito individual homogêneo.

Nesses termos, pode-se afirmar que as matérias passíveis de exame em sede de embargos à execução de sentença individual – incidente processual com natureza de processo de conhecimento, em face da cognição plena – são inerentes ao processo executivo das sentenças proferidas nas ações coletivas – ação civil pública ou ação de classe – para tutela de direitos individuais homogêneos, promovido individual ou coletivamente, já que é desnecessária a oposição dos referidos embargos para se discutí-las.

Diante desse quadro, entendo que nas execuções de sentenças genéricas, proferidas em sede de ação coletiva *lato sensu*, ação civil pública ou ação de classe, promovida por Sindicato, **não deve incidir a regra do art. 1º-D da Lei n.º 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória n.º 2.180/35/2001** – que veda a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios, caso não haja a oposição dos embargos à execução.

Pois bem. O tema agora se renova em face da edição do novel diploma processual civil.

A regra contida no art. 85, § 1º, do CPC/2015 é clara no sentido de que também na fase de cumprimento de sentença condenatória cabe o arbitramento de honorários, impugnado ou não o título executivo, *in verbis*:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

Já o § 7º do referido dispositivo dispõe que "não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada."

Após análise detida do regramento normativo do novel Código de Processo Civil, entendo que não existe razão para se afastar a solução outrora consagrada pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido da aplicação e vigência da Súmula 345 do STJ.

Digo isso porque a exegese literal desse parágrafo sétimo, se feita sem se ponderar o contexto que ensejou a instauração do procedimento de cumprimento de sentença, gerará as mesmas distorções então ocasionadas pelo art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 e que somente vieram a ser corrigidas com a edição da Súmula 345 do STJ.

Embora seja verdade que o novo CPC tenha aperfeiçoado o processo civil brasileiro em diversos aspectos, foi ele discreto no tocante à regulamentação procedimental das demandas coletivas, seja em relação à fase de conhecimento, seja em relação à fase de cumprimento, de modo que não é possível extrair do citado art. 85, § 7º, a existência de comando normativo também destinado a regular a verba honorária nesses procedimentos específicos que buscam a concreção de direito reconhecido em provimento judicial coletivo.

Isso sopesado, tenho que a interpretação que deve ser dada ao art. 85, § 7º, do CPC/2015 é a de que, nos casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública em que a relação jurídica existente entre as partes esteja concluída desde a ação



Superior Tribunal de Justiça

ordinária, não caberá a condenação em honorários advocatícios se não houver a apresentação de impugnação. Isso porque o cumprimento de sentença de que trata o referido diploma legal é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.

Entretanto, quando o procedimento de cumprimento individual de sentença coletiva, ainda que ajuizado em litisconsórcio, almeja a satisfação de direito reconhecido em decisão judicial condenatória genérica proferida em ação coletiva, ele não pode receber o mesmo tratamento de uma etapa de cumprimento comum, visto que traz consigo a discussão de nova relação jurídica, cuja existência e liquidez será objeto de juízo de valor a ser proferido como pressuposto para a satisfação do direito vindicado. E isso naturalmente decorre do fato de os sujeitos processuais que a compõem não serem os mesmos da ação cognitiva, uma vez que o exequente, logicamente, não fez parte da fase de conhecimento.

Em outras palavras, nessas decisões coletivas – *lato sensu* – não se especifica o *quantum* devido nem a identidade dos titulares do direito subjetivo, sendo elas mais limitadas do que as que decorrem das demais sentenças condenatórias típicas. Assim, transfere-se para a fase de cumprimento a obrigação cognitiva relacionada com o direito individual de receber o que findou reconhecido no título judicial proferido na ação ordinária.

Em face disso, a execução desse título judicial pressupõe cognição exauriente, cuja resolução se deve dar com estrita observância dos postulados da ampla defesa e do contraditório, a despeito do nome dado ao procedimento, que induz a indevida compreensão de se estar diante de mera fase de cumprimento, de cognição limitada.

Nessa linha, confira-se o fundamento da Min. Nancy Andrigh, no julgamento do REsp 1.091.044/PR:

A partir da condenação proferida na ação coletiva, cada um dos poupadores beneficiados com o comando contido na sentença pôde promover a liquidação e execução individual do julgado, exercendo, a partir de então, um direito próprio ao recebimento do crédito. Mas cada execução individual, ainda que ajuizada em litisconsórcio, como ocorreu nos autos deste processo, não pode ser considerada uma continuação da relação jurídica processual coletiva formada anteriormente. É pertinente, portanto, a comparação feita pelo recorrente: de fato, a exemplo do que ocorre nas hipóteses de sentenças penais, arbitrais ou estrangeiras, uma nova relação jurídica processual é formada no momento da execução individual do julgado, demandando nova citação. (Terceira Turma, DJe 23/11/2011).

Tem-se, pois, que a contratação de advogado é indispensável, uma vez que, conforme já demonstrado, também é necessária a identificação da titularidade do direito do exequente em relação ao direito pleiteado, promovendo-se a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, o que torna indubitoso o conteúdo cognitivo exauriente dessa específica fase de cumprimento. A imperiosa presença do causídico revela, por consequência, o direito à sua devida remuneração.

Nesse sentido, consignou o em. Ministro Felix Fischer:

A execução destinada à satisfação do direito reconhecido em sentença condenatória genérica, proferida em ação ordinária de natureza meramente coletiva, não é uma ação de execução comum. É ação de elevada carga cognitiva, pois nela se promove, além da individualização e liquidação do valor devido, também juízo sobre a titularidade do exequente em relação ao direito material. (EResp 720.839/PR, Rel.



Superior Tribunal de Justiça

Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2006, DJ 02/10/2006, p. 226).

Assim, observa-se que as particularidades processuais da execução individual de sentença coletiva (atual cumprimento de sentença) que motivaram este Sodalício a editar a Súmula 345 do STJ permaneceram inalteradas ao longo do tempo, não se esvaziando diante do novo Código de Processo Civil.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. CABIMENTO. SÚMULA 345/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU QUANDO HÁ JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA SOBRE O TEMA). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II – A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III – É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual tem cabimento a fixação de verba honorária com origem em ação coletiva nas execuções individuais, mesmo que não embargadas. Incidência da Súmula n. 345/STJ: *"São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas"*. Hipótese diversa daquela afetada ao julgamento sob o rito dos recursos repetitivos à Corte Especial no REsp 1.648.238, pois, na hipótese, a própria fazenda estadual opôs os embargos à execução.

IV – O recurso especial, interposto pela alínea *a* e/ou pela alínea *c*, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência dessa Corte, a teor da Súmula 83/STJ.

V – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

VII – Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência dominante acerca do tema (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).

VIII – Agravo Interno improvido, com imposição de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. (REsp 1.661.193/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 30/10/2017).



Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS. CABIMENTO. SÚMULA 345/STJ.

1. De acordo com o enunciado da Súmula 345/STJ, "são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas".
2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte, razão pela qual não merece reforma.
3. Agravo Interno não provido. (AgInt AREsp 919.265/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 01/02/2017).

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INAPLICABILIDADE DO ART. 1º-D DA LEI N. 9.494/97. SÚMULA 345 DO STJ. APLICABILIDADE ÀS EXECUÇÕES AJUIZADAS POR SINDICATO, COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL.

1. Nos termos da Súmula 345/STJ: "São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas."
2. *"Efetivamente, conforme precedentes originários da Súmula 345 desta Corte, "a norma do artigo 4º da Medida Provisória nº 2.180- 35, que exclui o pagamento dos honorários advocatícios nas execuções não embargadas, é de ser afastada não somente nas execuções individuais de julgados em sede de ação civil pública, mas, também, nas ações coletivas, ajuizadas por sindicato, como substituto processual, com igual razão de decidir, por indispensável a contratação de advogado, uma vez que também é necessário promover a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, inclusive com a demonstração da titularidade da ação de execução" (STJ, REsp 654.312/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJU de 19/12/2005). (AgRg no REsp 1181821/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 17/3/2014)*
Agravo regimental improvido. (AgRg REsp 1.431.107/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 22/05/2014).

Cito, ainda, as seguintes decisões monocráticas: AREsp 1.236.023/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 07/05/2018; AREsp 1.279.025/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 25/04/2018.

Diante desse quadro, entendo que não houve mudança no ordenamento jurídico, uma vez que o art. 85, § 7º, do CPC/2015 reproduz basicamente o contido no art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, em relação ao qual o entendimento desta Corte, já consagrado, é no sentido de afastar a aplicação do aludido comando nas execuções individuais, ainda que promovidas por litisconsorte, do julgado proferido em sede de ação coletiva *lato sensu*, ação civil pública ou ação de classe.

Assim, inexistindo mudança normativa, quando comparados os referidos diplomas legais, e inalteradas as premissas processuais, mantém-se a aplicabilidade da Súmula 345 desta Corte.

Com essas considerações, para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, e na esteira do que já foi decidido pelo STF, assento a seguinte tese: "O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, Documento: 1726453 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 27/06/2018 Página 12 de 15



Superior Tribunal de Justiça

de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsócio."

No exame do caso concreto e em observância aos fundamentos já expostos, há de se negar provimento ao inconformismo.

Por fim, o § 11 do art. 85 do CPC/2015 dispõe que "o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento".

Sobre a regra, o Plenário do STJ editou o Enunciado Administrativo n. 7: "Nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC."

Considerando que a decisão impugnada está sujeita aos ditames do CPC/2015, entendo ser adequado majorar os honorários sucumbenciais.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial, com a majoração da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2017/0010433-8

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.648.238 / RS

Números Origem: 200771010000263 450328570620164040000 50024513920164047101
50328597320164040000 RS-200771010000263 RS-50024513920164047101
TRF4-50328570620164040000

PAUTA: 20/06/2018

JULGADO: 20/06/2018

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GURGEL DE FARIA**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. LUCIANO MARIZ MAIA

Secretária

Bela. VANIA MARIA SOARES ROCHA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
RECORRIDO : MARIA LUIZA BERTULINI QUEIROZ
ADVOGADO : FRANCIS CAMPOS BORDAS - RS029219
INTERES. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL -
"AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(S) - DF016275
ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS - MA007823
PRISCILLA LISBOA PEREIRA - DF039915
ALEXANDRE PONTES ALVES - DF043880

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor
Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios - Gratificação de Incentivo

SUSTENTAÇÃO ORAL

Sustentaram oralmente o Dr. João Marcelo Torres Chinelato, pela recorrente, o Dr. Pedro Maurício Pita da Silva Machado, pela recorrida, e a Dra. Estefania Ferreira de Souza de Viveiros, pela interessada.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Corte Especial, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Especial, com a majoração da verba honorária, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Nancy Andrigghi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves e Raul Araújo votaram com o Sr.

Documento: 1726453 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 27/06/2018

Página 14 de 15



Superior Tribunal de Justiça

Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.



DOC. 06

Notícias

DECISÃO

21/03/2017 09:47

Primeira Turma não vê improbidade na contratação de advogado pela prefeitura de Ubatuba (SP)

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e julgou improcedente ação de improbidade administrativa movida contra o ex-prefeito de Ubatuba (SP) Paulo Ramos de Oliveira, por supostas ilegalidades na contratação de advogado para o município. O advogado também foi absolvido.

Segundo o Ministério Público de São Paulo (MPSP), o advogado foi contratado em 2002 após procedimento licitatório na modalidade carta-convite. Todavia, para o MPSP, os serviços de advocacia poderiam ser desempenhados pelos procuradores de Ubatuba e, além disso, apesar de o edital exigir empresa especializada, o município contratou pessoa física sem comprovação de qualificação técnica.

O TJSP confirmou sentença que julgou procedente a ação de improbidade contra o político e o advogado. A licitação foi anulada, e o ex-prefeito condenado a ressarcir os cofres públicos em R\$ 35 mil. Para o tribunal paulista, houve ofensa aos princípios legais aplicáveis à licitação devido à contratação do advogado sem demonstração de notória especialização.

Atividade corriqueira

Na análise do recurso especial interposto pelos réus, o ministro Sérgio Kukina explicou que, se a inicial da ação de improbidade reconhecia tratar-se de atividade corriqueira, é certo ser desnecessário que o certame exigisse comprovação de capacidade extraordinária e diferenciada para a prestação dos serviços jurídicos.

Segundo ele, era dispensável, portanto, a comprovação de notória especialização dos concorrentes, dado o caráter não singular do objeto em disputa. "A opção do gestor por licitar o objeto do contrato mediante carta-convite nada teve de ilegal, ajustando-se, antes, aos padrões normativos que regem essa espécie licitatória (**artigos 22**, III, parágrafo 3º, e **23**, II, 'a', da Lei 8.666/93)", afirmou o relator.

Princípios

Em relação aos procuradores judiciais de Ubatuba, o ministro concluiu que a existência de quadro próprio de servidores não demonstra, de forma isolada, que a contratação de advogado externo geraria sua subutilização.

“Da mesma sorte, e em desdobramento, não antevejo, a partir desse mesmo contexto, a irrogada ofensa aos princípios norteadores da administração pública (**artigo 11** da Lei de Improbidade). De ilegalidade, como dito, não se pode falar, pois o contrato administrativo firmado entre os réus, ora recorrentes, encontra suporte nos regramentos da Lei 8.666/93”, concluiu o ministro Kukina ao acolher o recurso.

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s):

- **REsp 1626693**

Atendimento à imprensa: (61) 3319-8598 | imprensa@stj.jus.br

Informações processuais: (61) 3319-8410

DOC. 07



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PARECER COMPLEMENTAR MPCO nº 00376/2017

PROCURADOR: GUSTAVO MASSA

PROCESSO TC nº 1603972-5

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM

TIPO: AUDITORIA ESPECIAL

INTERESSADO: TÚLIO JOSÉ VIEIRA DUDA

RELATOR: MARCOS FLÁVIO

1. RELATÓRIO

Retorna a este Gabinete Ministerial, os autos da Auditoria Especial suso apontada, que foi instaurada para apreciar possíveis irregularidades nos contratos e valores repassados aos escritórios de advocacia e verificar a adequação da Procuradoria Municipal no Município de Surubim, referente aos exercícios de 2011 a 2015.

No Parecer MPCO nº 182/2017, entendi como sendo ilegal o estabelecimento de cláusula contratual em que foi definida, como forma de pagamento ao credor, um percentual de 20% (vinte por cento) a título de honorários de êxito sobre o efetivo benefício auferido pelo município em decorrência da prestação dos serviços, ou seja, sobre as receitas auferidas pela entidade.

Um dos fundamentos para tal entendimento foi a decisão do STJ no REsp 1.409.240 – PE, onde a Corte de Justiça assentou ser inviável a retenção do valor contratual, porque a verba do FUNDEF, por expressa destinação constitucional (artigo 60, do ADCT, CF/88), não pode ser reduzida para pagamento de honorários advocatícios devidos pelo Município ao escritório de advocacia.

Após isso, o Escritório de Advocacia Monteiro e Monteiro A.A. acostou aos



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

autos uma nova petição. Nela, apresentam-se novos e recentes julgados do STJ que entendem ser possível a retenção de valores em processos sobre o FUNDEF para o pagamento de honorários advocatícios.

Foram-me, então, enviados os autos para que o MPCO manifesta-se, especificamente, sobre esta cláusula contratual.

É o que importa relatar.

2. MÉRITO

Li com atenção a nova peça apresentada pelo escritório de advocacia (fls. 276 - 283), bem como os julgados paradigmáticos por eles apresentados. De fato, de acordo com os recentes julgados do STJ, é possível o destaque dos valores de honorários de sucumbência sobre os precatórios provenientes de ações que tratem de diferença do FUNDEF/FUNDEB.

Peço vênha para evidenciar tal posicionamento com a decisão do REsp nº 1.516.636 - PE, que trata desta mesma questão, dando razão ao escritório Monteiro e Monteiro A.A.:

REsp 1516636 / PE

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ORÇAMENTÁRIO. DIREITO DO ADVOGADO A HONORÁRIOS CONVENCIONAIS. ART. 22, § 4º. DO ESTATUTO DA OAB. PRERROGATIVA ADVOCATÍCIA, QUALQUER QUE SEJA O OBJETO DA LIDE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.152.218/RS.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA EXTENSÃO DESPROVIDO.

1. **Por desempenhar função essencial à justiça (art. 133 da Carta Magna), o Advogado tem a prerrogativa de, apresentando ao Juízo o contrato respectivo, reter da liberação do valor disponibilizado ao seu constituinte a sua verba honorária convencional** (art. 22, § 4o. do Estatuto da OAB).
2. No caso, **os honorários advocatícios contratuais devem ser deduzidos do montante a ser recebido pelo credor, ou seja, deduzidos do valor integral do precatório**, não havendo qualquer justificativa para que, como no caso dos autos, o Município proceda à negociação com a UNIÃO a fim de quitar seus débitos tributários, para só então chegar à base de cálculo da verba honorária.
3. **O trabalho profissional do Advogado foi essencial para a provisão orçamentária municipal; em casos assim, parece inquestionável que o Advogado deva receber a sua justa remuneração calculada sobre o valor global dos recursos do FUNDEF, cuja liberação foi por ele obtida na via judicial, mediante o seu competente labor profissional.**
4. Recurso Especial da UNIÃO parcialmente conhecido e nesta extensão desprovido.

Por outro lado, vejo que o TCU recalitra no entendimento de que as verbas do FUNDEF não podem ser utilizadas para pagamento de honorários advocatícios. Do Acórdão 1.824/2017 - Plenário, de 23/08/2017, destaca-se o seguinte enunciado:

A destinação de valores de precatórios relacionados a verbas do Fundef e do Fundeb para o pagamento de honorários advocatícios é inconstitucional, por ser incompatível com o art. 60 do ADCT, com a redação conferida pela EC 14/1996, bem como é ilegal, por estar em desacordo com as disposições da Lei 11.494/2007.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Os fundamentos para o entendimento da Corte de Contas Federal foram os seguintes:

(III) A vinculação da aplicação dos recursos do Fundef

67. No que tange à vinculação da aplicação dos recursos do Fundef, os fatos noticiados apresentam aspecto temporal à vigência desse Fundo, o qual foi criado pela Emenda Constitucional (EC) 14/96, que alterou o art. 60 do ADCT, com duração de dez anos (1996 a 2006) e disciplinado pela Lei 9.424/96.

68. Com a promulgação da EC 53/2006, que conferiu nova redação ao art. 60 do ADCT, o Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado, por sua vez, pela Lei 11.494/2007.

69. Por força do art. 6º da Lei do Fundef (Lei 9424/96), era dever da União complementar os recursos dos fundos regionais sempre que não seja alcançado o valor mínimo anual por aluno (VMAA), definido nacionalmente. O valor repassado a título de complementação foi subestimado pela União, segundo jurisprudência sedimentada no poder judiciário.

70. Com relação às ações judiciais existentes, conforme relatado pelos representantes (peça 1, p. 3) e detalhado pela CGU, em Nota Técnica 430/2017/NAE/MA/Regional, de 13/3/2017 (peça 3, p. 17-31), as ações atualmente ajuizadas pelos municípios decorrem da Ação Civil Pública 1999.61.00.050616-0, proposta pelo Ministério Público Federal no Estado de São Paulo, em que se discutiu a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno (VMAA), para fins de complementação da União, e, assim, reaver a diferença nos valores pagos a menor pela União, desde 1998 até o ano em que persistiu a ilegalidade.

71. A sentença da referida ação foi proferida em 2005 pela Justiça Federal de São Paulo, julgando-a parcialmente procedente, com condenação da União para ressarcir o Fundef. A decisão transitou em julgado em 1/7/2015, após a interposição de recursos pela União.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

72. Assim, como se observa, os recursos a serem repassados aos estados/municípios – embora advenham de pagamentos a serem efetuados via precatórios – têm origem vinculada aos recursos provenientes do Fundef. Uma vez que a origem desses recursos é vinculada ao referido fundo, conclui-se que sua destinação também deve ser vinculada às finalidades do Fundef/Fundeb, a saber, o dispêndio exclusivo em manutenção e desenvolvimento do ensino.

73. Em processo similar, a matéria ora discutida foi abordada pelo TCU nos autos do TC 016.887/2014-0, que versou sobre representação formulada pela Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria da União no Maranhão (PU/MA) , tratando especificamente do processo judicial 1641-87.2012.4.01.3702, tendo como parte o município de Timon/MA.

74. Naqueles autos, entretanto, a questão recebeu enfoque distinto, relacionado à regularidade das cláusulas contratuais. A AGU, em sua peça inicial, requereu ao TCU análise acerca da legalidade do contrato de honorários advocatícios firmado entre o município de Timon/MA e o escritório de advocacia Monteiro e Monteiro Advogados Associados, bem como requereu suspender os efeitos de tal contratação.

75. Com base no pedido da AGU, conforme fundamentado em seu voto, o relator, Ministro Weder de Oliveira, asseverou o seguinte:

5. (...) a competência para apreciar a legalidade do contrato em tela não é deste Tribunal, mas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Não cabe ao TCU deliberar sequer sobre o pedido da representante de adoção de cautelar para suspender os efeitos da contratação questionada.

6. Entretanto, a partir do despacho judicial que deferiu a separação de 20% do total a ser pago ao município a título de diferenças da complementação dos recursos do FUNDEF para quitação dos honorários contratuais (peça 1, p. 4/7 e 25) , existe, certamente, o risco de haver aplicação dos recursos federais em desacordo com os objetivos previstos no ordenamento jurídico”. (Grifos inseridos)

76. Dessa forma, considerando o princípio da independência das instâncias



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

e a inexistência, naquele momento, de prejuízos ao erário, pois a ação judicial estava pendente de decisão definitiva dos embargos à execução, a Corte de Contas, mediante Acórdão 5940/2014-TCU-Segunda Câmara, considerou procedente a representação, decidindo dar ciência ao Município de Timon/MA de que:

9.3. (...) os recursos do FUNDEF, por expressa destinação constitucional e previsão legal, não podem ser reduzidos para pagamento de honorários advocatícios devidos por município, somente podendo ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à valorização dos profissionais da educação. (Acórdão 5940/2014, TCU, 2ª Câmara, Rel. Min. Weder de Oliveira) (Grifos inseridos)

77. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) , por sua vez, expediu a Resolução 1346/2016 (peça 7) , regulamentando a contabilização e aplicação dos créditos recebidos pelos municípios decorrentes de precatórios, oriundos de diferenças das transferências do Fundef, com o intuito de vincular tais recursos exclusivamente à função Educação.

78. Examinando, neste momento, a questão apenas sob a ótica da vinculação da aplicação dos recursos do Fundef, cabe reforçar que a ocorrência de transferência da União aos estados e municípios a título de complementação do Fundef/Fundeb confere ao TCU competência para fiscalizar tais repasses e sua aplicação, por se tratar de recursos federais, em consonância com jurisprudência pacífica deste Tribunal (Acórdãos TCU 2584/2014-TCU-Plenário, 5684/2014-TCU-1ª Câmara, 3686/2014-TCU-2ª Câmara, e 665/2009-TCU-Plenário) .

79. É importante salientar, diante dos precedentes citados acima, que a competência para atuar no controle dos recursos oriundos do Fundef é do TCU, mormente diante de decisões de Tribunal de Contas Estadual as quais contrariam a supracitada decisão do TCU. O TCE/AL, por exemplo, por meio do acórdão 1.128/2016, decidiu (peça 58, p. 7-8) :

a) Determinar ao Município de Novo Lino/AL, que reserve e aplique o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor a ser



ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

calculado sobre o precatório a ser recebido através da Ação Judicial nº 00111/848.2003.4.05.8000 (...) na área da educação, sob a denominação Parcela Diferida do FUNDEB (...);

b) Deve também reservar e aplicar 15% (quinze por cento) dos valores (...) para investimento na área da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

c) Também deve reservar o numerário suficiente para quitar os salários dos Servidores que estiverem em atraso, bem como, seus fornecedores tanto na área da educação como na área da Saúde.

(...)

e) O restante dos valores poderá ser utilizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em investimento e melhorias para o bem estar dos munícipes (...); (grifos inseridos)

80. Como se observa no trecho transcrito acima, tem-se que o TCE/AL além de invadir área de competência do TCU – a saber, recursos vinculados à educação, repassados pela União – adotou ainda interpretação questionável, permitindo total liberdade na aplicação de parte dos recursos, e estabelecendo outros critérios sem amparo legal. O trecho a seguir transcrito demonstra que a posição do TCE/AL se baseou mormente na escassez de recursos municipais, desprezando normativos legais e constitucionais (peça 58, p. 6) :

Contudo, é fato público e notório que o numerário referente aos Fundos de Participação dos Municípios estão sendo encaminhados pela União Federal em valores cada vez menores, razão pela qual, determinar a aplicação de todo o valor a ser recebido somente na educação, seria desprezar as demais áreas.

81. Desse modo, o argumento apresentado não deve prosperar, pois não devem os Tribunais de Contas modificar a vontade do legislador, desvinculando recursos que a Constituição e a legislação federal claramente vincularam a uma finalidade específica.

82. Assim, mesmo que esses recursos da União sejam repassados por meio de precatório, proveniente do Tesouro Nacional, a natureza de sua despesa



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

permanece vinculada ao Fundef, cuja aplicação deve ser exclusiva no ensino, por força da Constituição Federal e lei específica. Ou seja, se os recursos repassados pertencem à complementação da União ao Fundef, compete ao TCU a fiscalização para que sua aplicação seja destinada para a finalidade específica, prevista constitucional e infraconstitucionalmente.

83. Nessa mesma linha de entendimento, o STJ, em sua Segunda Câmara, no âmbito do REsp. 1409240/PE (Relator Ministro OG Fernandes) , decidiu o seguinte:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. VERBA DO FUNDEF. ACÓRDÃO COM DUPLO ENFOQUE. SÚMULA 126/STJ. INVIABILIDADE DO APELO NOBRE.

1. Hipótese em que a Corte Regional deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela União para obstar, na expedição do precatório, o destaque de 20% dos honorários advocatícios contratuais do montante devido ao Município de Jurema a título de complementação de verbas do FUNDEF.

2. O Tribunal de origem entendeu presente o interesse da União e inviável a retenção do valor contratual, porque a verba do FUNDEF, por expressa destinação constitucional (art. 60 do ADCT, CF/88) , não pode ser reduzida para pagamento de honorários advocatícios devidos pelo Município ao escritório de advocacia. Decidida a questão com duplo enfoque, constitucional e infraconstitucional, e não interposto recurso extraordinário, é inadmissível o apelo nobre pelo óbice constante da Súmula 126/STJ.

3. Recurso especial não conhecido. (REsp 1409240/PE - recurso especial 2013/0338953-3 - DJe de 3/2/2014)

84. Por outro lado, o STJ apresentou, posteriormente, posição divergente em diversos julgados, tal como no julgamento do REsp. 1.649.857/PE, sob a relatoria do Mauro Campbell Marques, conforme o seguinte trecho da ementa da decisão:

5. Contudo, não há desvio de finalidade, por parte do ente federativo credor, quando requer que parte dos valores, recebidos



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

por força de decisão judicial, sejam destinados a cobrir o custo que teve com o próprio processo, na hipótese em que, judicialmente, resta reconhecido que a União não cumpriu integralmente a sua obrigação de complementar os recursos do Fundo. (REsp1.649.857, rel. min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, publicado no DJe de 05.05.2017)

85. Não obstante a divergência nos precedentes citados do Poder Judiciário, ressalta-se que a sentença proferida pelo juízo cível, sob qualquer fundamento, não vincula a decisão administrativa proferida pelo TCU, em razão do princípio da independência das instâncias (Acórdão 131/2017-TCU-Plenário) .

86. Desse modo, entende-se que a vinculação dos recursos do Fundef é impositiva, não podendo haver qualquer outra utilização que não contemple a finalidade constitucional e infraconstitucional conferida ao Fundef/Fundeb, que é a aplicação de seus recursos exclusivamente no ensino. Nesse sentido, a Lei Complementar 101, em seu art. 8º, parágrafo único, é taxativa nos seguintes termos: "Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso" (grifos inseridos) .

87. As decisões judiciais, conforme já mencionado, além do embasamento na Lei 8.906/1994, têm se baseado também no entendimento de que "ao defender municípios credores dessa verba constitucional, o patrono está atuando na defesa constitucional da educação" (REsp 1.509.457, voto do Min. rel. Humberto Martins, Segunda Turma, STJ, publicado no DJe de 07.10.2016) .

88. Porém, percebe-se que o art. 60, IV, ADCT, da Constituição Federal, é claro ao afirmar que "os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal."

89. Ora, o § 2º do art. 211 da Constituição afirma que "os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil". Ou



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

seja, combinando os dispositivos, vê-se claramente que a vinculação existente limita o uso dos recursos em tela exclusivamente a despesas com educação infantil e fundamental. Não se fala em defesa em juízo dos recursos educacionais. Não se trata, tampouco, do uso genérico para fins da educação ou à sua defesa. Trata-se sim de vinculação de recursos para uso exclusivo, por parte dos municípios, no ensino fundamental e na educação infantil.

90. Com base no exposto, considera-se que os argumentos dos representantes são coerentes, no sentido de que as verbas do Fundef, a título de complementação da União, mesmo pagas por meio de precatório, não podem ser reduzidas para pagamento de honorários advocatícios, somente podendo ser destinadas à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à valorização dos profissionais da educação, nos termos dos arts. 2º e 21 da Lei 11.494/2007 e do art. 60, IV, ADCT, da Constituição Federal.

91. Com relação à violação ao art. 60 do ADCT, é importante o TCU ter uma posição clara e contundente a respeito do tema. Ocorre que muitos Recursos Extraordinários a respeito da presente problemática deixaram de ser julgados em virtude de o juízo *a quo* não ter fundamentado sua decisão com base no dispositivo constitucional, de modo que o entendimento corrente é de que a ofensa à constituição seria meramente indireta, a exemplo da seguinte decisão:

(...) No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição Federal, sustenta-se violação ao art. 60 do ADCT, da mesma Carta. A pretensão recursal não merece acolhida. Do exame dos autos e da leitura atenta ao julgado de origem, verifica-se que a instância a quo decidiu a lide amparada na legislação ordinária pertinente (...) sendo certo que eventual ofensa à Constituição seria apenas indireta, o que é insuficiente para amparar o apelo extremo. (STF - ARE: 1046379 CE - CEARÁ 0802763-37.2015.4.05.0000, Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 30/05/2017, Data de Publicação: DJe-116 02/06/2017)

92. Assim, o entendimento defendido na presente instrução é de que os recursos originalmente advindos do Fundef não podem ser reduzidos para



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

pagamento de honorários advocatícios contratuais, de modo que o uso desses recursos para pagamento de advogados constitui-se em ato ilegal e inconstitucional, violando, respectivamente a Lei 11.494/2007 e o art. 60, IV, ADCT, da Constituição Federal.

93. Nesse aspecto, considerando que a Lei 9.424/96 (Fundef) encontra-se revogada, é importante ressaltar que a aplicação dos recursos decorrentes da diferença na complementação da União na vigência do Fundef deve ser amparada nas regras da Lei do Fundeb (Lei 11.494/2007) . Este último normativo estipula o seguinte:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

94. O mencionado dispositivo da Lei 9.394/96 enumera e esclarece bem quais ações podem ser consideradas como sendo de manutenção e desenvolvimento da educação básica:

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

95. Desse modo, resta claramente definida a vinculação da aplicação dos recursos oriundos do Fundef/Fundeb. Conclui-se, assim, diante de todo o exposto, que o uso de recursos originalmente vinculados ao Fundef para pagamento de honorários advocatícios configura destinação de verba vinculada ao Fundeb para finalidade diversa da educação, contrariando previsão constitucional e infraconstitucional.

Destaco, ainda do inteiro teor desta decisão do TCU, os seguintes parágrafos:

98. Tratando-se exclusivamente quanto ao desvio de finalidade, entende-se como prudente a emissão de determinação, com base no art. 30, I, III e IV, da Lei 11.494/2007 (Lei do Fundeb) , ao MEC no sentido de **orientar os municípios para que eles se abstenham de se utilizar de recursos do Fundef para pagamento de honorários advocatícios.** Desse modo, a fim de garantir rastreabilidade a esses recursos, eles devem ser depositados nas contas específicas do Fundeb de cada ente. Assim, ainda que o pagamento do precatório ocorra em conta comum, o dinheiro deve ser imediatamente transferido à conta específica do Fundeb.

99. **Caso haja desconto no valor do precatório referente ao pagamento de honorários, o município deverá recompor a conta do Fundeb com a quantia destacada, de modo que haja a recomposição da integralidade do valor pago pela União depositado na conta do Fundeb.**



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Para este membro do *parquet* especializado, a solução do problema passa, diretamente, pelas características do caso concreto. No caso específico de Surubim, vejo que as verbas provenientes da complementação do FUNDEF/FUNDEB só entraram nos cofres municipais através da diligente ação dos advogados contratados. Foram eles que conseguiram provar, judicialmente, o erro cometido pela União. Além do mais, a decisão judicial transitou em julgado.

Diante desta realidade e dos precedentes acima colacionados, altero o entendimento assumido no Opinitivo Ministerial nº 182/2017. Vejo que as características do caso concreto apontam para a legalidade da cláusula contratual estabelecida.

Por outro lado, também tenho a percepção de que a opção pela judicialização traz, embutida em si, um custo a ser pago. Para a realidade dos municípios do nordeste brasileiro e em função do volume de dinheiro envolvido, o preço do processo tende a ser proibitivo, podendo, até mesmo, tornar inviável o acesso à justiça.

Assim, entendo ser **injusta** a aplicação da orientação do TCU no presente caso concreto (recomposição da conta do FUNDEB/FUNDEF no caso de desconto, no precatório, dos honorários advocatícios).

O município de Surubim tinha uma clara escolha: desconsiderar o erro cometido pela União e ficar sem as verbas da complementação ou buscá-las, judicialmente, a um custo de 20% das mesmas.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Qualquer ser racional, entre as opções de ficar com nada ou “correr o risco” de ficar com 80% da verba que a União insiste em não repassar espontaneamente, escolheria a última delas.

Obrigar o município a recompor os valores da conta do FUNDEF/FUNDEB é provocar, indiretamente, um prejuízo ao erário municipal, que teve de buscar, em juízo, a correção da conduta da União.

Ademais, se ficar decidido que o escritório de advocacia não pode receber pelo seu trabalho, não haveria quem estivesse disposto a defender o direito do Município. Criando-se, assim, um incentivo para que o Município abdicasse de seus direitos e que a União continua-se, impunemente a descumprir a lei.

Lembro, ainda, que os honorários advocatícios têm natureza alimentar, preterindo verbas de outra natureza. O juiz, o procurador federal e todos os demais envolvidos foram remunerados durante o processo, por que, então, negar este direito ao advogado vencedor da causa?

O mais correto seria que a própria União fosse obrigada a, além de restituir os valores devidos, assumir o custo dos honorários convencioneados, visto que foi a União que deu causa ao imbróglio jurídico.

3. CONCLUSÃO

Com relação à irregularidade de vinculação de honorários à receita municipal, o MPCO opina pelo afastamento da mesma, em função das características do caso concreto e das recentes jurisprudências exaradas pelo STJ e TCU. No mais, mantenho o entendimento esposado no Parecer MPCO nº 182/2017:

CONSIDERANDO à realização de inexigibilidade de licitação sem a devida comprovação da inviabilidade de competição;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

CONSIDERANDO a gravidade e o grau de discricionariedade da conduta dos imputados na infração acima relatada, sugere-se à aplicação da multa para os imputados no valor de R\$ 7.670,00, percentual de 10,00%, tipificada no art. 73, inciso III, da Lei Orgânica do TCE-PE;

CONSIDERANDO que a estruturação da Procuradoria Municipal é mandamento Constitucional;

CONSIDERANDO que existe decisão desta casa no sentido de fiscalizar a criação e organização das Procuradorias no âmbito dos municípios;

CONSIDERANDO a gravidade e o grau de discricionariedade da conduta, atenuada pela realização de procedimento licitatório para a escolha de escritório de advocacia para a realização de atividades rotineiras, do Sr. Túlio José Vieira Duda na infração acima relatada, sugere-se à aplicação da multa no valor de R\$ 3.838,50, percentual de 5,00%, tipificada no art. 73, inciso I, da Lei Orgânica do TCE-PE;

Opina este Ministério Público de Contas pelo julgamento **IRREGULAR** da presente auditoria para determinar que:

- Sejam adotados os procedimentos necessários para instituição, estruturação e organização da Procuradoria Municipal de Surubim evitando a contratação de escritórios de advocacia para prestar serviços rotineiros de assessoria jurídica ao Município.
- Na fase preparatória do procedimento licitatório, condições como possibilidade de extensão do contrato sejam levadas em consideração para definir o valor estimado do contrato, assim como, para definir a modalidade licitatória.
- Todos os atos da licitação devem seguir os ditames da legislação inclusive quanto a publicação em imprensa oficial.



ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

- Quando da necessidade de aditar contratos e firmar termos aditivos, sejam atendidas as exigências legais de comprovação da vantagem para a Administração.

Sem prejuízo da multa ao Sr.Túlio José Vieira Duda, gestor do município, fundada no artigo 73, inciso I da Lei 12.600/2004 - Lei Orgânica deste Tribunal, no percentual de 5% do caput do referido artigo

É o parecer.

Recife, 17 de outubro de 2017

GUSTAVO MASSA

Procurador do MPCO

DOC. 08

JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA
DO STJ

HONORÁRIOS EM FUNDEF

STJ
ACÓRDÃOS E MONOCRÁTICAS DA
PRIMEIRA TURMA

RESP nº 1.516.636/PE

**MUNICÍPIO DE BREJO DA
MADRE DE DEUS/PE**

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. NAPOLEÃO
NUNES MAIA FILHO)**

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.636 - PE (2015/0037542-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

RECORRENTE : UNIÃO

RECORRIDO : MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
S/C

ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO - PE011338

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ORÇAMENTÁRIO. DIREITO DO ADVOGADO A HONORÁRIOS CONVENCIONAIS. ART. 22, § 4o. DO ESTATUTO DA OAB. PRERROGATIVA ADVOCATÍCIA, QUALQUER QUE SEJA O OBJETO DA LIDE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.152.218/RS. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA EXTENSÃO DESPROVIDO.

1. Por desempenhar função essencial à justiça (art. 133 da Carta Magna), o Advogado tem a prerrogativa de, apresentando ao Juízo o contrato respectivo, reter da liberação do valor disponibilizado ao seu constituinte a sua verba honorária convencional (art. 22, § 4o. do Estatuto da OAB).

2. No caso, os honorários advocatícios contratuais devem ser deduzidos do montante a ser recebido pelo credor, ou seja, deduzidos do valor integral do precatório, não havendo qualquer justificativa para que, como no caso dos autos, o Município proceda à negociação com a UNIÃO a fim de quitar seus débitos tributários, para só então chegar à base de cálculo da verba honorária.

3. O trabalho profissional do Advogado foi essencial para a provisão orçamentária municipal; em casos assim, parece inquestionável que o Advogado deva receber a sua justa remuneração calculada sobre o valor global dos recursos do FUNDEF, cuja liberação foi por ele obtida na via judicial, mediante o seu competente labor profissional.

4. Recurso Especial da UNIÃO parcialmente conhecido e nesta extensão desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Sérgio Kukina e a reformulação do voto-vista do Sr. Ministro Benedito Gonçalves, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos da reformulação de voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves (voto-vista), Sérgio Kukina (Presidente) (voto-vista) e Gurgel de Faria (RISTJ, art. 162, §4º, segunda parte) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, ocasionalmente, a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília/DF, 11 de outubro de 2016 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

RESP nº 1.672.463/CE

MUNICÍPIO DE PACUJÁ/CE

DECISÃO MONOCRÁTICA

**(REL. MIN. BENEDITO
GONÇALVES)**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.672.463 - CE (2017/0113818-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE PACUJÁ
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) - PE011338

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS. PRECATÓRIO REFERENTE À VERBA DO FUNDEF. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO FEDERAL contra acórdão do TRF da 5ª Região, cuja ementa é a seguinte:

Processual Civil. Agravo de instrumento. Município. Valor Mínimo anual por aluno (VMAA). FUNDEF. Expedição de precatório Requisitório. Retenção da verba honorária contratual. Possibilidade. Art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94. Precedentes.

Agravo de instrumento provido.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente providos, sem efeitos infringentes (fls. 441-443).

A recorrente alega violação dos arts. 1º e 2º da Lei n. 9.424/1996, 8º da Lei Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, 22 da Lei 8.906/94. Defende a tese de impossibilidade de retenção dos honorários no precatório de verba do Fundef, porquanto incorre em desvio de finalidade no uso das verbas públicas, em frontal agressão à Lei Maior, às normas públicas orçamentárias e à lei de responsabilidade fiscal.

Sem contrarrazões.

Recursos especial e extraordinário admitidos na origem.

É o relatório. Decido.

O Tribunal a quo permitiu a retenção dos honorários contratuais sobre precatório de verba do Fundef, o que não destoia da jurisprudência atual desta Corte nos termos dos seguintes precedentes recentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA 568/STJ. LEGALIDADE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. RETENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. CABIMENTO.

1. Não é nulo o julgamento monocrático com apoio na legislação processual e na Súmula 568/STJ. Atendimento posterior do princípio da colegialidade com a análise do agravo interno interposto.

2. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a precisa demonstração de omissão (Súmula 284 do STF).

3. A Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.509.457/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, em questão jurídica relacionada à dos autos, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.554.032/PB, Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe de 27/03/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 83 E 568 DO STJ APÓS A VIGÊNCIA DO NOVO CPC. POSSIBILIDADE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FUNDEF. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Na hipótese, a decisão agravada está amparada na jurisprudência dominante desta Corte, razão pela qual não há falar na inadmissibilidade do julgamento monocrático. Incidência da Súmula 568/STJ e do art. 932, VIII do CPC/2015 c/c art. 255, § 4º, III do RISTJ.

2. É vedada a utilização dos recursos do FUNDEF/FUNDEB no financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

3. Contudo, não há desvio de finalidade, por parte do ente federativo credor, quando requer que parte dos valores, recebidos por força de decisão judicial, sejam destinados a cobrir o custo que teve com o próprio processo, na hipótese em que, judicialmente, resta reconhecido que a União não cumpriu integralmente a sua obrigação de complementar os recursos do Fundo.

4. "A Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1509457/PE, Rel. Min. Humberto Martins, em idêntica questão jurídica, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários" (REsp 1.585.265/CE e REsp 1.604.440/PE, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgados em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

5. Agravo interno não provido.

AgInt no REsp 1.629.108/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES , Segunda Turma, DJe 23/2/2017).

Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

RESP nº 1.674.131/CE

MUNICÍPIO DE JUCÁS/CE

DECISÃO MONOCRÁTICA

**(REL. MIN. GURGEL DE
FARIAS)**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.131 - CE (2017/0121650-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) - PE011338

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com arrimo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 226):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDEF. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE.

1. Apelação interposta pela sociedade de advogados representante do Município de Jucás/CE, em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os Embargos à Execução opostos pela União. Considerou-se que havia excesso na execução e foi indeferido o pedido de retenção dos honorários advocatícios devidos aos patronos do Município apelado.

2. Esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94, inclusive quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

3. Honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC/1973. Apelação provida.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 263).

A recorrente defende, em síntese, violação aos arts. 1º e 2º da Lei n. 9.424/1996, 8º da LC n. 101/2000, 22 da Lei n. 8.906/1994 e 26 da Lei n. 8.666/1993.

Contrarrrazões.

Decisão de admissibilidade (e-STJ fl. 317).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Isso considerado, verifico que não assiste razão jurídica à pretensão recursal.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, a jurisprudência das duas Turmas deste Tribunal Superior firmou entendimento em idêntica questão jurídica de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N.º 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA EXECUTAR A AÇÃO COLETIVA. ANÁLISE DA AUTORIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. LITISCONSÓRCIO ATIVO ULTERIOR. SÚMULAS 7/STJ e 283/STF. FUNDEF. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nas execuções individuais de sentença coletiva devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído, ou seja, somente os beneficiados pela sentença de procedência, efetivamente representados pela associação de classe, mediante da comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial constituído na demanda coletiva.
2. O acórdão recorrido verificou a preclusão a respeito da discussão quanto à existência de eventual autorização expressa que permita a atuação judicial da Associação como substituta processual para defender os direitos dos Municípios. A alteração das premissas fáticas contidas no acórdão *a quo* encontra óbice na Súmula 7/STJ.
3. Ademais, não tendo sido infirmados por meio de recurso especial os fundamentos capazes de manter a totalidade do acórdão recorrido, aplica-se a Súmula 283/STF.
4. É vedada a utilização dos recursos do FUNDEF/FUNDEB no financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.
5. Contudo, não há desvio de finalidade, por parte do ente federativo credor, quando requer que parte dos valores, recebidos por força de decisão judicial, sejam destinados a cobrir o custo que teve com o próprio processo, na hipótese em que, judicialmente, resta reconhecido que a União não cumpriu integralmente a sua obrigação de complementar os recursos do Fundo.
6. "A Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1509457/PE, Rel. Min. Humberto Martins, em idêntica questão jurídica, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários" (REsp 1.585.265/CE e REsp 1.604.440/PE, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgados em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).
7. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1649857/PE, rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/05/2017) (Destaque do original).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ORÇAMENTÁRIO. DIREITO DO ADVOGADO A HONORÁRIOS CONVENCIONAIS. ART. 22, § 4º. DO ESTATUTO DA OAB. PRERROGATIVA ADVOCATÍCIA, QUALQUER QUE SEJA O OBJETO DA LIDE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.152.218/RS. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA EXTENSÃO DESPROVIDO.

1. Por desempenhar função essencial à justiça (art. 133 da Carta Magna), o Advogado tem a prerrogativa de, apresentando ao Juízo o contrato respectivo, reter

Superior Tribunal de Justiça

da liberação do valor disponibilizado ao seu constituinte a sua verba honorária convencional (art. 22, § 4o. do Estatuto da OAB).

2. No caso, os honorários advocatícios contratuais devem ser deduzidos do montante a ser recebido pelo credor, ou seja, deduzidos do valor integral do precatório, não havendo qualquer justificativa para que, como no caso dos autos, o Município proceda à negociação com a UNIÃO a fim de quitar seus débitos tributários, para só então chegar à base de cálculo da verba honorária.

3. O trabalho profissional do Advogado foi essencial para a provisão orçamentária municipal; em casos assim, parece inquestionável que o Advogado deva receber a sua justa remuneração calculada sobre o valor global dos recursos do FUNDEF, cuja liberação foi por ele obtida na via judicial, mediante o seu competente labor profissional.

4. Recurso Especial da UNIÃO parcialmente conhecido e nesta extensão desprovido. (REsp 1516636/PE, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/02/2017).

Assim, à vista do entendimento consolidado no âmbito da Primeira Seção do STJ, há de ser confirmado o julgado recorrido.

Ante o exposto, com arrimo no art. 255, §4º, II, do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial. Nos termos do disposto no art. 85, §11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais em R\$ 1.000,00 (mil reais) em relação ao valor já fixado na origem (R\$ 2.000,00 – dois mil reais), respeitados os limites e critérios previstos em seus §§2º e 3º

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de outubro de 2017.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

RESP nº 1.635.781/PB

**MUNICÍPIO DE
CAJAZEIRAS/PB**

DECISÃO MONOCRÁTICA

**(REL. MIN. REGINA HELENA
COSTA)**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.781 - PB (2016/0287146-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS
ADVOGADO : DÓRIS FIÚZA CORDEIRO E OUTRO(S) - PB027757

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de agravo de instrumento, assim ementado (fl. 228e):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RETENÇÃO REQUERIDA ANTES DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO. POSSIBILIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em sede de execução de sentença proposta pelo Município agravante em desfavor da UNIÃO, ora agravada, indeferiu o pleito de retenção, em relação ao montante da condenação imposta ao ente federal agravado, dos valores relativos aos honorários contratuais devidos ao patrono constituído pela municipalidade agravante.
2. A matéria trazida ao exame desta Corte diz respeito à possibilidade de vedação da retenção de honorários advocatícios contratuais sobre crédito relativo a diferenças do FUNDEF, reconhecidos em título judicial transitado em julgado.
3. Acerca de tal tema, constata-se que esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha.
4. Ressalte-se, ademais, que esse entendimento é prestigiado, inclusive, quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Precedentes deste Regional.
5. Agravo de instrumento provido, para determinar o destaque dos honorários contratuais em relação ao importe de condenação, antes da expedição do precatório.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 265/268e).

Com amparo no art. 105, III, a, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de ser o acórdão omissivo quanto ao fato de que: "a Lei n. 9.424/96, que dispunha que '*os recursos do Fundo seriam aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu magistério*' (art. 2º), admitindo a sua utilização apenas como contrapartida em operações de crédito para o financiamento de projetos e programas do ensino fundamental (art. 6º). Assim, enfrentado isso, não haveria outra solução senão a de obstar o destaque dos honorários contratuais milionários dos precatórios relativos a verbas do FUNDEF, bem assim quaisquer outros pagamentos que não sejam destinados à educação básica do MUNICÍPIO" (fl. 279e).

(ii) arts. 1º, 2º e 6º da Lei n. 9.424/96 (já revogados); 1º, 2º, 4º, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 46 da Lei n.11.494/2007; e 8º da Lei Complementar n. 101/2000 – eventual precatório expedido na execução deverá obrigatoriamente ser vinculado ao que foi estabelecido no título executivo judicial, ou seja, à complementação dos valores destinados ao Município referentes ao desenvolvimento da Educação, eis que os aludidos valores, por imperativo legal e constitucional (art 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Emendas Constitucionais n. 14/96 e 56/2006), somente podem ser destinados ao Município referentes ao desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação (fl. 284e).

Com contrarrazões (fls. 324/344e), o recurso foi admitido (fl. 348e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

A Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto o tribunal de origem teria permanecido omissos quanto à limitação de recursos do fundo na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu magistério.

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 231/232e):

Acerca de tal tema, constato que esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha.

(...)

Ressalte-se, ainda, que esse entendimento é prestigiado, inclusive, quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, como no caso presente, conforme se extrai dos julgados a

seguir:

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI - DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO -, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões

no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1431157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 11041181/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1334203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

No caso, verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual não há ilegalidade na retenção de honorários advocatícios contratuais em ação na qual foi reconhecido o direito do Município a verbas do FUNDEF/FUNDEB, consoante precedentes cuja ementa transcrevo:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N.º 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA EXECUTAR A AÇÃO COLETIVA. ANÁLISE DA AUTORIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. LITISCONSÓRCIO ATIVO ULTERIOR. SÚMULAS 7/STJ e 283/STF. FUNDEF. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

4. É vedada a utilização dos recursos do FUNDEF /FUNDEB no financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

5. Contudo, não há desvio de finalidade, por parte do ente federativo credor, quando requer que parte dos valores, recebidos por força de decisão judicial, sejam destinados a cobrir o custo que teve com o próprio processo, na hipótese em que, judicialmente, resta reconhecido que a União não cumpriu integralmente a sua obrigação de complementar os recursos do Fundo.

6. "A Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1509457/PE, Rel. Min. Humberto Martins, em idêntica questão jurídica, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira

do patrono o direito de retenção dos honorários" (REsp 1.585.265/CE e REsp 1.604.440/PE, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgados em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1649857/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 05/05/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. RAZÕES DE RECURSO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. FUNDEF. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/94. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.
(...)

II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão que, em sede de execução, excluiu, do precatório, a parcela referente aos honorários advocatícios contratuais, por entender que os valores relativos à complementação do FUNDEF, por imperativo legal e constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica.

III. O Tribunal de origem deu provimento ao Agravo de Instrumento, concluindo que "a retenção dos honorários contratuais, mediante a apresentação do ajuste antes da expedição do precatório, é perfeitamente legal". Ainda segundo o acórdão recorrido, "este entendimento é prestigiado, inclusive, quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF".

IV. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada, mormente quanto à ausência de violação ao art. 535 do CPC/73, não prospera o inconformismo, no particular, em face da Súmula 182 desta Corte.

V. A Segunda Turma do STJ, a partir do julgamento do REsp 1.509.457/PE (Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 07/10/2016), "em idêntica questão jurídica, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de

vinculação à educação da verba do Fundef não retira do patrono o direito de retenção dos honorários" (STJ, AgInt no REsp 1.581.774/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/09/2016). No mesmo sentido, em casos análogos: STJ, AgInt no REsp 1.582.063/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/09/2016; REsp 1.591.198/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2016.

VI. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dominante desta Corte, afigura-se acertada a decisão ora agravada, que, com fundamento na Súmula 83 do STJ, obistou o processamento do Recurso Especial.

VII. Agravo interno conhecido, em parte, e, nessa extensão, improvido.

(AgInt no AREsp 900.089/PB, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 08/03/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. VERBAS DA EDUCAÇÃO. FUNDEF. ART. 22, § 4º, DA LEI N. 8.906/1994. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568 DO STJ.

I - Recurso especial improvido consoante entendimento dominante desta Corte Superior de Justiça, com aplicação do enunciado n. 568 da Súmula do STJ.

II - "É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º, da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório" (AgRg no AREsp 447.744/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 27/3/2014.).

III - Na hipótese dos autos, os honorários contratuais envolvem verba oriunda do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o que não afasta o direito do patrono em reter seus honorários, conforme entendimento da Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.509.457/PE, Rel. Min. Humberto Martins.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1571017/SE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 08/03/2017)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ORÇAMENTÁRIO. DIREITO DO ADVOGADO A HONORÁRIOS CONVENCIONAIS. ART. 22, § 4º. DO ESTATUTO DA OAB. PRERROGATIVA ADVOCATÍCIA, QUALQUER QUE SEJA O OBJETO DA LIDE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.152.218/RS. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA EXTENSÃO DESPROVIDO.

1. Por desempenhar função essencial à justiça (art. 133 da Carta Magna), o Advogado tem a prerrogativa de, apresentando ao Juízo o contrato respectivo, reter da liberação do valor disponibilizado ao seu constituinte a sua verba honorária convencional (art. 22, § 4º. do Estatuto da OAB).

2. No caso, os honorários advocatícios contratuais devem ser deduzidos do montante a ser recebido pelo credor, ou seja, deduzidos do valor integral do precatório, não havendo qualquer justificativa para que, como no caso dos autos, o Município proceda à negociação com a UNIÃO a fim de quitar seus débitos tributários, para só então chegar à base de cálculo da verba honorária.

3. O trabalho profissional do Advogado foi essencial para a provisão orçamentária municipal; em casos assim, parece inquestionável que o Advogado deva receber a sua justa remuneração calculada sobre o valor global dos recursos do FUNDEF, cuja liberação foi por ele obtida na via judicial, mediante o seu competente labor profissional.

4. Recurso Especial da UNIÃO parcialmente conhecido e nesta extensão desprovido.

(REsp 1516636/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 13/02/2017)

Da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas a honorários advocatícios de sucumbência, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a

Superior Tribunal de Justiça

interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou desprovimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida a fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Isto posto, com fundamento nos arts. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de agosto de 2017.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

STJ
ACÓRDÃOS E MONOCRÁTICAS DA
SEGUNDA TURMA

RESP nº 1.649.857/PE

MUNICÍPIO DE CARPINA/PE

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. MAURO
CAMPBELL)**

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.857 - PE (2017/0016429-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CARPINA
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO E OUTRO(S) -
PE011338

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N.º 3/STJ. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA EXECUTAR A AÇÃO COLETIVA. ANÁLISE DA AUTORIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO. LITISCONSÓRCIO ATIVO ULTERIOR. SÚMULAS 7/STJ e 283/STF. FUNDEF. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nas execuções individuais de sentença coletiva devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído, ou seja, somente os beneficiados pela sentença de procedência, efetivamente representados pela associação de classe, mediante da comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial constituído na demanda coletiva.

2. O acórdão recorrido verificou a preclusão a respeito da discussão quanto à existência de eventual autorização expressa que permita a atuação judicial da Associação como substituta processual para defender os direitos dos Municípios. A alteração das premissas fáticas contidas no acórdão *a quo* encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Ademais, não tendo sido infirmados por meio de recurso especial os fundamentos capazes de manter a totalidade do acórdão recorrido, aplica-se a Súmula 283/STF.

4. É vedada a utilização dos recursos do FUNDEF/FUNDEB no financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

5. Contudo, não há desvio de finalidade, por parte do ente federativo credor, quando requer que parte dos valores, recebidos por força de decisão judicial, sejam destinados a cobrir o custo que teve com o próprio processo, na hipótese em que, judicialmente, resta reconhecido que a União não cumpriu integralmente a sua obrigação de complementar os recursos do Fundo.

6. "A Segunda Turma do STJ, no julgamento do REsp 1509457/PE, Rel. Min. Humberto Martins, em idêntica questão jurídica, firmou compreensão de que é legítima a retenção da verba honorária, pois a previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários"

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1.585.265/CE e REsp 1.604.440/PE, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgados em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

7. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães (Presidente), os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de maio de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES , Relator

DOC. 09

**JULGADOS DO STF, MULTANDO A
UNIAO POR PROTELAR O
PROCESSO E DECLARANDO O
CARATER INFRACONSTITUCIONAL
DA DISCUSSÃO DE HONORÁRIOS
EM MATÉRIA DE FUNDEF.**

ARE nº 1.052.305/PE

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO
EGITO/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. LUIZ FUX)

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE NAS SEDES RECURSAIS ANTERIORES. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/2015. MANTIDA A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 13 a 19/10/2017, por unanimidade, negou provimento agravo, com aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, e com manutenção da majoração dos honorários de sucumbência, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 20 de outubro de 2017.

Ministro LUIZ FUX - RELATOR

Documento assinado digitalmente

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo interno interposto pela UNIÃO, contra decisão que prolatei, assim ementada:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. ASSOCIAÇÃO E ASSOCIADOS. MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA IMPUGNAÇÃO. NECESSIDADE DE FASE DE LIQUIDAÇÃO. ANÁLISE DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.”

Inconformada com a decisão *supra*, a parte agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese, que:

“Resta inequívoca, portanto, a violação direta ao texto constitucional oriunda do acórdão objeto do recurso extraordinário, e

ARE 1052305 AGR / PE

não meramente indireta ou reflexa, eis que o comando do art. 60 do ADCT não necessita de complementação em legislação infraconstitucional, vedando peremptoriamente a utilização de recursos do FUNDEF/FUNDEB em finalidade diversa da ali contida.”(doc. 10)

É o relatório.

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a agravante não trouxe argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada.

Com efeito, consoante afirmado na decisão agravada, o entendimento predominante na Corte é de que a discussão envolvendo a possibilidade de retenção dos honorários contratuais depende da análise de normas infraconstitucionais (Lei 9.424/1996, Lei 8.906/1994 e CPC), o que se constata pelas decisões de ambas as Turmas que analisaram o caso específico dos autos: RE 1.031.708-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe de 1º/9/2017, ARE 1.012.683-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, DJe de 21/8/2017, ARE 1.015.813-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe de 14/8/2017, RE 916.445-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 11/3/2016.

Por fim, observo que o presente agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual. Entretanto, por se tratar de mandado de segurança, não há falar em majoração de honorários advocatícios (Súmula 512 do STF).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno, mercê do intuito protelatório, aplico à agravante multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015) e mantenho a

ARE 1052305 AGR / PE

CONDENAÇÃO da parte sucumbente nesta instância recursal ao pagamento de honorários advocatícios majorados ao máximo legal (artigo 85, § 11, do CPC/2015).

É como voto.

ARE nº 982.539/PB

MUNICÍPIO DE PRATA/PB

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. ALEXANDRE DE
MORAES)**

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PRATA
AGDO.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO
ADV.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO

Ementa: AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA.

1. Os Recursos Extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de

ARE 982539 AGR / PB

igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

4. Agravo Interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro ALEXANDRE DE MORAES, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em negar provimento ao agravo interno e não aplicar o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 9 de março de 2018.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PRATA
AGDO.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO
ADV.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de Agravo Interno contra decisão que negou seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário sob os argumentos de que: (a) deficiente a demonstração da repercussão geral da matéria constitucional; e (b) a alegada ofensa à Constituição Federal é apenas indireta, uma vez que o acórdão decidiu a lide com base na legislação infraconstitucional.

Sustenta a parte agravante, em suma, que (a) a repercussão geral foi adequadamente fundamentada; (b) houve violação ao art. 60 do ADCT da Constituição Federal.

É o relatório.

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA**

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Eis a decisão ora agravada:

“**DECISÃO:** Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 288, Vol. 2):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DAS VERBAS DO FUNDEF. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RETENÇÃO ANTES DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO. POSSIBILIDADE.

1. Agravo de Instrumento manejado em face da decisão que indeferiu o pedido de retenção/liberação dos honorários advocatícios contratuais, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o total da condenação.

2. Esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94.

3. Entendimento prestigiado, inclusive, quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, como no caso presente. Precedente.

4. A liberação da referida verba honorária que se deve aguardar o transito em julgado da decisão proferida nos embargos à execução, interpostos pela União/Agravada, os quais foram julgados procedentes, em

ARE 982539 AGR / PB

30/04/2014. Agravo de Instrumento provido, em parte.

Opostos embargos de declaração, o Tribunal de origem negou-lhes provimento (e-STJ, fl. 316, Vol. 2).

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, a parte recorrente sustenta que o julgado recorrido, ao deferir o pedido de reserva dos honorários contratuais, contrariou o art. 60 do ADCT da CF/1988.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE

ARE 982539 AGR / PB

696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do recurso extraordinário.

Ademais, o Tribunal *a quo*, ao dar parcial provimento ao agravo de instrumento, reconhecendo ao advogado o direito de retenção do percentual de honorários contratuais, requerido mediante a juntada do contrato em momento anterior à expedição do requisitório, dirimiu a controvérsia com base na interpretação da legislação infraconstitucional pertinente (Lei 8.906/1994).

Destarte, o acolhimento do recurso demanda a análise de matéria infraconstitucional, de forma que as ofensas à Constituição, caso existentes, são meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido recurso. Nesse sentido, confirmam-se precedentes de ambas as Turmas desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(RE 601.616 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 18/03/2011)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL.

ARE 982539 AGR / PB

RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido. (AI 657.929 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe de 25/9/2009)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o julgado recorrido foi publicado antes da vigência da nova codificação processual.”

Não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o agravo interno não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os óbices apontados.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

É o voto.

ARE nº 1.012.683/PE

**MUNICÍPIO DE
CARNAUBEIRA DA PENHA/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. ROSA WEBER)

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA/PE
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNDEF. CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMNA). COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS. EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

4. Agravo interno conhecido e não provido.

ARE 1012683 AGR / PE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade de votos, em sessão virtual da Primeira Turma de 30 de junho a 07 de agosto de 2017, na conformidade da ata do julgamento. Majorados os honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

Brasília, 08 de agosto de 2017.

Ministra Rosa Weber
Relatora

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA/PE
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra a decisão por mim proferida, pela qual negado seguimento ao recurso, maneja agravo interno a União.

A matéria debatida, em síntese, diz com a possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo Município a título de honorários contratuais sobre crédito relativo a diferenças do Fundef.

A agravante ataca a decisão impugnada ao argumento de que a violação dos preceitos da Constituição Federal se dá de forma direta. Reitera a afronta ao art. 60 do ADCT.

Intimado o agravado, apresentou contraminuta.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região julgou a controvérsia em decisão cuja ementa reproduzo:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. DIFERENÇAS A TÍTULO DE VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO - VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS. FUNDEF. FUNDEB. LEI 9.424/96. JUROS E CORREÇÃO. RESPEITO À COISA JULGADA. HONORÁRIOS.

1. Caso em que a União fora condenada a repassar verbas, relativas às diferenças de FUNDEF, no montante correspondente ao quinquênio anterior à propositura da ação, de acordo com o Valor Mínimo Anual por Aluno - VMAA, nos

ARE 1012683 AGR / PE

termos do art. 6º da Lei n. 9.424/1996.

2. A União invoca a existência de tramitação de ações civis no STF, nas quais se discute o VMAA, no âmbito do FUNDEF. A circunstância, porém, não repercute para o deslinde da presente ação, à míngua de qualquer ordem vinculativa da Corte Superior para ações que tratem da mesma matéria, tal qual a presente.

3. Sem razão também a apelante quando suscita a ilegitimidade da exequente, porque não teria sido o Município o autor do processo na fase de cognição, mas sim a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco). Ora, tal questão somente poderia ser levantada na fase de conhecimento do processo, como de fato o foi. Destarte, resolvida a questão no momento oportuno, não cabe nova arguição da matéria no processo de execução;

4. O caso em exame trata de mera execução individualizada de uma sentença coletiva, ou seja, a pretensão fora deduzida pela Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE, entretanto, somente os municípios individualmente considerados é que podem dar cumprimento ao julgado, executando o comando da sentença que adotou, para o cálculo do VMAA, a sistemática prevista na Lei nº 9.424/96.

5. A matéria relativa à criação do FUNDEB e à extinção de qualquer direito relativo ao FUNDEF, deveria ter sido arguida, e não foi, no processo de conhecimento, estando, portanto, preclusa.

6. Não se revela necessária a existência de uma fase de liquidação para a apuração da dívida. É que, a natureza da ação ajuizada permite a liquidação por simples cálculos aritméticos, dado que a sentença, devidamente confirmada em grau de recurso, já estabeleceu qual o lapso temporal que abrange o crédito da municipalidade.

7. Relativamente à possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo município, a título de honorários contratuais, esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado tal retenção, se requerida, mediante a juntada do

ARE 1012683 AGR / PE

contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha.

8. Estando a execução vinculada ao que fora decidido no título executivo (que determinou a utilização da taxa SELIC para atualização das parcelas pretéritas), não há como prosperar, sob pena de ofensa à coisa julgada, a pretensão da apelante de que seja aplicado o disposto no 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação da Lei nº 11.960/2009;

9. Apelação improvida.”

Recurso extraordinário interposto sob a égide do CPC/1973.

Agravo manejado sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

É o relatório.

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Preenchidos os pressupostos genéricos, **conheço** do agravo interno e passo ao exame do mérito.

Nada colhe o agravo.

Transcrevo o teor da decisão que desafiou o agravo:

“Vistos etc.

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na alegação de afronta ao art. 60 do ADCT.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

A Corte de origem decidiu a controvérsia em acórdão cuja ementa transcrevo:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. DIFERENÇAS A TÍTULO DE VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO – VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS. FUNDEF. FUNDEB. LEI 9.424/96. JUROS E CORREÇÃO. RESPEITO À COISA

ARE 1012683 AGR / PE

JULGADA. HONORÁRIOS. 1. Caso em que a União fora condenada a repassar verbas, relativas às diferenças de FUNDEF, no montante correspondente ao quinquênio anterior à propositura da ação, de acordo com o Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.424/1996. 2. A União invoca a existência de tramitação de ações civis no STF, nas quais se discute o VMAA, no âmbito do FUNDEF. A circunstância, porém, não repercute para o deslinde da presente ação, à míngua de qualquer ordem vinculativa da Corte Superior para ações que tratem da mesma matéria, tal qual a presente. 3. Sem razão também a apelante quando suscita a ilegitimidade da exequente, porque não teria sido o Município o autor do processo na fase de cognição, mas sim a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco). Ora, tal questão somente poderia ser levantada na fase de conhecimento do processo, como de fato o foi. Destarte, resolvida a questão no momento oportuno, não cabe nova arguição da matéria no processo de execução. 4. O caso em exame trata de mera execução individualizada de uma sentença coletiva, ou seja, a pretensão fora deduzida pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, entretanto, somente os municípios individualmente considerados é que podem dar cumprimento ao julgado, executando o comando da sentença que adotou, para o cálculo do VMAA, a sistemática prevista na Lei nº 9.424/96. 5. A matéria relativa à criação do FUNDEF e à extinção de qualquer direito relativo ao FUNDEF, deveria ter sido arguida, e não o foi, no processo de conhecimento, estando, portanto, preclusa. 6. Não se revela necessária a existência de uma fase de liquidação para a apuração da dívida. É que a natureza da ação ajuizada permite a liquidação por simples cálculos aritméticos, dado que a sentença, devidamente confirmada em grau de recurso, já estabeleceu o lapso temporal que abrange o crédito da municipalidade. 7. Relativamente à possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo município, a título de honorários contratuais, esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado tal

ARE 1012683 AGR / PE

retenção, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha. 8. Estando a execução vinculada ao que fora decidido no título executivo (que determinou a utilização da taxa SELIC para atualização das parcelas pretéritas), não há como prosperar, sob pena de ofensa à coisa julgada, a pretensão da apelante de que seja aplicado o disposto no 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009. 9. Apelação improvida.”

As instâncias ordinárias decidiram a questão do pagamento dos honorários advocatícios com fundamento na legislação infraconstitucional aplicável à espécie (art. 6º das Leis nº 9.424/1996 e 8.906/94), razão pela qual, consideradas as circunstâncias jurídico-normativas da decisão recorrida, reputo inócurre afronta ao art. 60 da Constituição da República. Anoto precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PENHORABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A discussão acerca da possibilidade, ou não, de penhora, com desconto em folha de pagamento, de dívida oriunda de verba advocatícia demanda a análise de legislação infraconstitucional aplicável ao caso (arts. 649 e 734, do CPC, e art. 24 da Lei 8.906/94), o que inviabiliza o recurso extraordinário. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 900156 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 15/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 08-04-2016 PUBLIC 11-04-2016)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR EXERCÍCIO DE DEFENSORIA

ARE 1012683 AGR / PE

DATIVA. ÔNUS DO DISTRITO FEDERAL. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. LEI 8.906/94. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 14.02.2012. A discussão travada nos autos não alcança status constitucional, porquanto solvida à luz da interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 736368 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 14/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido.” (AI 657929 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 08/09/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009)

Nesse sentir, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).”

Irrepreensível a decisão agravada.

As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os

ARE 1012683 AGR / PE

fundamentos que lastrearam a decisão agravada, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário.

A suposta afronta aos postulados constitucionais invocados no apelo extremo somente poderia ser constatada a partir da análise da legislação infraconstitucional, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário.

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF. PRECATÓRIO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DESVIO DE FINALIDADE: MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.” (RE 915.109, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 24.02.2016)

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. RECURSO DESPROVIDO. (RE 914.948, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 20.10.2016)

Agravo interno **conhecido e não provido**. **Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados**, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada

ARE 1012683 AGR / PE

eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

É como voto.

ARE nº 1.015.813/PE

**MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
FERRER/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. DIAS TOFFOLI)

30/06/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.015.813
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE SAO VICENTE FERRER
ADV.(A/S)	: FELIPE ROCHA FERNANDES LIMA
ADV.(A/S)	: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa.

1. Para se ultrapassar o entendimento do Tribunal de origem acerca da análise da possibilidade de se descontarem das verbas destinadas ao FUNDEF as quantias referentes aos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento pelo município de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, seria necessário se analisar a legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94, 9.424/96 e 11.494/07), o que é vedado em sede de recurso extraordinário.

2. Agravo regimental ao qual se nega provimento, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposto no art. 1.021, § 4º, do Novo CPC, caso seja unânime a votação. Não se aplica ao caso dos autos a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, uma vez que não houve o arbitramento de honorários sucumbenciais pela Corte de origem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da

ARE 1015813 AGR / PE

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23 a 29/6/2017, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator.

Brasília, 30 de junho de 2017.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator

ARE nº 1.031.708/PE

**MUNICÍPIO DE BREJO DA
MADRE DE DEUS/PE**

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. ROBERTO
BARROSO)**

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDEB. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 279/STF. PRECEDENTES.

1. O Tribunal de origem solucionou a controvérsia com fundamento na legislação infraconstitucional, o que não permite a abertura da via extraordinária. Precedentes.
2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.
3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, do CPC/2015.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo interno com aplicação de multa, majorado o valor da verba honorária fixada anteriormente, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 11 a 18 de agosto de 2017.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo interno cujo objeto é decisão monocrática negou seguimento ao recurso extraordinário pelos seguintes fundamentos:

“Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

‘AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIRMADO ENTRE O ESCRITÓRIO E O MUNICÍPIO. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA POSTULAR A DECRETAÇÃO DE NULIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL. IMPROVIMENTO.

I – Partindo para o caso concreto, verifico que a União não tem legitimidade para postular a decretação de nulidade de cláusula de contrato de honorários advocatícios firmado entre o escritório “Monteiro e Filho Advogados S/C” e o Município de Brejo da Madre de Deus sob o fundamento de que os valores que estão sendo pagos ao referido município, por imperativo legal e

RE 1031708 AGR / PE

constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 60 do ADCT, redação dada pela EC nº 14/96 e 56/2006; Leis nºs 9.424/96 e 11.949/07).

II – Primeiro porque na presente relação executiva incumbe a União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo e, segundo, tendo em vista que o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato firmado entre o município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

III – Desse modo, correta a decisão agravada ao assentar que, na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado da edilidade referida o disposto no §4º do art. 22 da Lei 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório.

IV – Agravo regimental improvido’.

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação ao art. 60 do ADCT. Sustenta que: (i) a Lei nº 11.494/1997 veda a utilização de recursos do FUNDEB na realização de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica; (ii) no caso em exame, não é possível a retenção dos honorários sobre o valor da condenação, porquanto as verbas condenatórias têm destinação vinculada, de acordo com o texto da Carta. Requer a reforma do acórdão recorrido.

A pretensão recursal não merece prosperar. O Tribunal de origem, com apoio na legislação infraconstitucional aplicável à espécie, decidiu que inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais. Para firmar entendimento

RE 1031708 AGR / PE

diverso do acórdão recorrido, seria indispensável a análise da legislação infraconstitucional (notadamente as Leis nºs 8.906/1994 e 9.424/1996), providência vedada em sede de recurso extraordinário. A ofensa ao texto constitucional, se existisse, seria meramente indireta ou reflexa. Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

‘AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO’. (RE 601.616-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia)

‘PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido’. (AI 657.929-AgR, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie)

Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso”.

2. A parte agravante insiste que a ofensa constitucional é direta na medida em que “o objeto do presente processo não é a legalidade ou não do contrato do escritório de advocacia com o Município, mas sim o repasse de verbas do FUNDEF em afronta à destinação que a Constituição lhe deu”.

RE 1031708 AGR / PE

3. É o relatório.

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Deixo de abrir prazo para contrarrazões, na medida em que está sendo mantida a decisão que aproveita à parte agravada. Passo à análise do recurso.

2. O agravo interno não merece provimento tendo em vista que a parte recorrente limita-se a repetir argumentos já devidamente rechaçados.

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concebe que Para firmar entendimento diverso do acórdão recorrido, seria indispensável a análise da legislação infraconstitucional (notadamente as Leis nºs 8.906/1994 e 9.424/1996), providência vedada em sede de recurso extraordinário. A ofensa ao texto constitucional, se existisse, seria meramente indireta ou reflexa. Confirmam-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.” (RE 601.616 AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, Primeira Turma)

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94.

RE 1031708 AGR / PE

ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal.

2. Agravo regimental improvido.” (AI 657.929-AgR, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie, Segunda Turma)

4. No mesmo sentido as seguintes decisões: RE 1.022.461/PE, de minha relatoria; e ARE 1012683/ PE, Rel.^a Min.^a Rosa Weber.

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Ante seu caráter manifestamente protelatório, **aplico à parte agravante multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa**, nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de unanimidade da decisão. Fica a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, ressalvados os casos previstos no art. 1.021, § 5º, do CPC/2015. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, **fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente**, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

ARE nº 1.048.960/CE

**MUNICÍPIO DE
PACATUBA/CE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. CELSO DE MELLO)

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE PACATUBA
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO CONSTITUCIONAL – OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO – CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE – SUCUMBÊNCIA RECURSAL (CPC, ART. 85, § 11) – NÃO DECRETAÇÃO, NO CASO, ANTE A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA ORIGEM – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Virtual da Segunda Turma**, na conformidade da ata de julgamentos, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator.

Brasília, Sessão Virtual de 22 a 28 de setembro de 2017.

CELSO DE MELLO – RELATOR

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PACATUBA
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de *agravo interno*, tempestivamente interposto, contra decisão que, **ao apreciar o ARE, não conheceu** do recurso extraordinário a que ele se refere, *por manifestamente inadmissível*.

Inconformada com esse ato decisório, a parte recorrente **interpõe** o presente *agravo interno*, **postulando** o provimento do recurso que deduziu.

Por não me convencer das razões expostas, **submeto** à apreciação desta colenda Turma o **presente** recurso de agravo.

É o relatório.

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Não assiste razão à parte ora recorrente, eis que a decisão agravada ajusta-se, com integral fidelidade, à diretriz jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal na matéria ora em exame.

Na realidade, os argumentos apresentados pela parte agravante **mostram-se insuficientes** para alterar o ato impugnado, **pois consistem em mera reiteração** dos fundamentos **anteriormente** deduzidos e **que foram devidamente refutados** na decisão que se busca reformar, razão pela qual *deve ser mantido* o julgamento em referência, eis que o suporte argumentativo em que se apoia o ato decisório mencionado é suficiente para justificar a resolução do litígio recursal.

Com efeito, o recurso extraordinário deduzido nestes autos **foi interposto** pela União contra acórdão que, **confirmado** em sede de embargos de declaração pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **está assim ementado:**

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.906/2004.

I – *Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos de execução de sentença, indeferiu retenção dos honorários contratuais.*

II – *Na presente relação executiva incumbe à União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo, onde o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato*

ARE 1048960 AGR / PE

firmado entre o Município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

III – Na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado do Município de Pacatuba/SE o disposto no § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários advocatícios foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório.

IV – Agravo de instrumento provido.”

A parte ora agravante, **ao deduzir** o apelo extremo em questão, **sustentou** que o Tribunal “a quo” **teria transgredido** preceito **inscrito** na Constituição da República.

Tal como ressaltado na decisão agravada, a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário, cujo processamento foi **corretamente** denegado na origem.

É que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária, **ao decidir** a controvérsia jurídica objeto deste processo, **dirimiu** a questão **com fundamento** em legislação infraconstitucional, **circunstância esta que obsta o próprio conhecimento** do apelo extremo.

A **mera análise** do acórdão em referência **demonstra** que o Tribunal “a quo”, **ao proferir** a decisão questionada, **apoiou-se em dispositivos de ordem meramente legal**:

“Primeiramente, verifico que a União não tem legitimidade para postular a decretação de nulidade de cláusula de contrato de

ARE 1048960 AGR / PE

honorários advocatícios firmado entre o escritório 'Monteiro & Filhos Advogados Associados S/C' e o Município de Patuba/SE, sob o fundamento de que os valores que estão sendo pagos ao referido município, por imperativo legal e constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 60 do ADCT, redação dada pela EC nº 14/96 e 56/2006; Leis nºs 9.424/96 e 11.949/07).

Primeiro, porque na presente relação executiva incumbe à União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo e, segundo, porque o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato firmado entre o município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

Desse modo, na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado do Município de Patuba/SE o disposto no § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários advocatícios foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório."

Vê-se, portanto, que a pretensão deduzida pela parte recorrente **revela-se** processualmente inviável, por tratar-se de aplicação, ao caso concreto, de normas eminentemente infraconstitucionais.

Sendo assim, e em face das razões expostas, **nego provimento** ao presente *agravo interno*, **mantendo**, em consequência, **por seus próprios fundamentos**, a decisão recorrida.

Não incide, no caso em exame, o que prescreve o art. 85, § 11, do CPC, **ante a ausência** de condenação em verba honorária na origem.

É o meu voto.

ARE nº 1.001.689/AL

**MUNICÍPIO DE NOVO
LINO/AL**

DECISÃO MONOCRÁTICA

(REL. MIN. MARCO AURÉLIO)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.001.689 ALAGOAS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : MUNICIPIO DE NOVO LINO
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO
DE NORMAS LEGAIS –
INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO.**

1. Atendem para o decidido na origem. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reformando em parte o entendimento do Juízo, assentou a possibilidade de expedição de precatório com retenção de valor referente honorários advocatícios, observada a legislação de regência. No recurso extraordinário cujo trânsito busca alcançar, a União alega violado o artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Aduz a vedação de destinação de verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF para o cumprimento de reserva de honorários contratuais.

2. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

ARE 1001689 / AL

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

Colho do acórdão recorrido o seguinte trecho:

A par disso, na hipótese em testilha, objetiva a agravante seja concedida a antecipação da tutela recursal para que, com arrimo no art. 22, §4º, da Lei nº 8.906/94, seja feita em favor dos requerentes a requisição/expedição de precatório da quantia incontroversa de R\$ 700.534,98 (setecentos mil, trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), sendo distribuído da seguinte forma: 1) em favor do município agravante, a quantia de R\$ 560.427,99 (quinhentos e sessenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos); 2) em favor do escritório agravante, o valor de R\$ 140.106,99 (cento e quarenta mil, cento e seis reais e noventa e nove centavos), referente à retenção dos honorários advocatícios contratuais.

Sob a temática em enfoque, não desconheço que esta Corte Recursal tem se manifestado de forma favorável à retenção de honorários advocatícios contratuais por ocasião da expedição do requisitório de pagamento, inclusive nas hipóteses em que os valores executados referem-se a repasses não adimplidos do FUNDEF/FUNDEB, sob o fundamento que a judicialização da questão afasta o caráter vinculativo das verbas, as quais passam a ter feição indenizatória. Comungo deste entendimento.

O ponto diferencial na presente lide cinge-se ao fato de que a União apresentou embargos à execução nos quais, reconhece determinado valor como incontroverso, porém, expressamente impugna a possibilidade de retenção dos honorários contratuais em face do caráter vinculativo das verbas destinadas ao FUNDEF/FUNDEB.

Neste cenário, ante a existência de valores incontroversos, penso ser possível a expedição do requisitório de pagamento tais valores, inclusive com o destaque dos honorários advocatícios contratuais. Saliento, que o quantum destinado ao Município poderá seguir o regular trâmite dos precatórios, ao

ARE 1001689 / AL

passo que os valores requisitados atinentes à verba honorária contratual deverão ser depositados, , até com ordem de bloqueio que a decisão dos embargos à execução, no ponto em que se discute o caráter vinculativo das verbas, se torne irrecorrível.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fácticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

A par deste aspecto, o acórdão impugnado revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Por fim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes nº 282 e 356 da Súmula do Supremo. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de outro processo.

3. Ante o quadro, conheço do agravo e o desprovejo.

4. Publiquem.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

STF

**ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA,
ESCLARECENDO QUE A
DISCUSSÃO DA VINCULAÇÃO DA
VERBA AO FUNDEF NÃO AFETA
OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM/PE**

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
ADV.(A/S)	: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Processual civil. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional. Incidência da Súmula nº 636/STF.
2. Agravo regimental não provido.
3. Majoração da verba honorária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do total daquela já fixada (art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC), observada a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 6 a 13/10/2017, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de outubro de 2017.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

ARE 1050028 AGR / PE

Relator

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
ADV.(A/S)	: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

União interpõe tempestivo agravo regimental (22/9/17) contra a decisão em que neguei seguimento ao recurso, com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Trata-se de agravo contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto contra acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

‘PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DANO. CONTADORIA. EXCESSO AFASTADO. VINCULAÇÃO A EDUCAÇÃO E NÃO AO FUNDEF JÁ DETERMINADA EM SENTENÇA. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. PER REATIONEM.

1. Apelação interposta pelo Município de Ibimirim - PE contra sentença do Juiz Federal da 28ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, Dr. Isaac Batista de Carvalho Neto, que, acolhendo os cálculos da Contadoria do Foro, julgou parcialmente procedentes embargos do devedor,

ARE 1050028 AGR / PE

para afastar o excesso da execução de título judicial (VMAA/FUNDEF) e condenou o embargado ao pagamento de honorários advocatícios de 5% incidente sobre a diferença entre o valor executado e o efetivamente devido.

2. A mais alta Corte de Justiça do país já firmou entendimento no sentido de que a motivação referenciada ("per relationem") não constitui negativa de prestação jurisdicional, tendo-se por cumprida a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais. Adota-se, portanto, os termos da sentença como razão de decidir.

3. A ação ordinária objetivava a complementação dos valores do FUNDEF, que não lhe foram transferidos voluntariamente, portanto o crédito judicial equivale a uma indenização à Prefeitura para a recomposição desses recursos devidos.

4. O pagamento do precatório não pode ser vinculado a uma conta específica, no caso, ao FUNDEF, mas tão somente utilizado e administrado pela Edilidade para a finalidade da educação conforme a necessidade da Municipalidade, tal como determinado na sentença.

5. Possibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais.

6. Ainda que parcialmente procedentes os embargos do devedor, a exequente decaiu da parte mínima do pedido, levando em consideração que a embargante arguiu, a princípio, a inexecutibilidade/inexigibilidade do título executivo judicial, não só o excesso de execução. Inversão do ônus da sucumbência, nos termos do art. 21, parágrafo único, do CPC.

7. Apelação do Município de Ibimirim - PE parcialmente provida e apelação da União Federal não provida.'

Opostos embargos de declaração, não foram providos.

ARE 1050028 AGR / PE

No recurso extraordinário, sustenta-se violação dos artigos 97 e 100, § 12, da Constituição Federal, assim como do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Superior Tribunal de Justiça, por decisão transitada em julgado, conheceu em parte do recurso especial interposto simultaneamente ao apelo extremo e, na parte conhecida, deu-lhe provimento, nos seguintes termos:

‘(...) JUROS DE MORA. REGIME DA LEI 11.960/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP 1.205.946/SP. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PROVIMENTO.’

Decido.

Conforme relatado, o recurso especial da ora recorrente foi provido pelo Superior Tribunal de Justiça ‘para fixar que quanto aos juros de mora a Lei 11.960/2009 deve ser aplicada, de imediato, aos processos em curso, não podendo, no entanto, retroagir a período anterior à sua vigência.’

Assim, nesse ponto, a apreciação da pretensão formulada no recurso extraordinário encontra-se prejudicada, dada a perda superveniente de objeto.

Passo ao exame do recurso extraordinário na parte remanescente.

No que se refere ao artigo 97 da Constituição, apontado como violado, carece do necessário prequestionamento, sendo certo que os acórdãos proferidos pelo Tribunal de origem não cuidaram da referida norma, a qual, também, não foi objeto dos embargos declaratórios opostos pela parte recorrente. Incidem na espécie as Súmulas n^{os} 282 e 356 desta Corte.

No mais, para ultrapassar o entendimento da Corte **a quo** e acolher a pretensão recursal seria necessário o reexame da causa à luz da legislação infraconstitucional pertinente. Assim, a afronta ao dispositivo constitucional suscitado no recurso

ARE 1050028 AGR / PE

extraordinário seria, se ocorresse, indireta ou reflexa, o que é insuficiente para amparar o apelo extremo. Sobre o tema:

‘SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM NOVA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO’ (RE nº 914.948/PE-AgR-Segundo, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 25/4/17).

Nesse mesmo sentido, anotem-se as seguintes decisões monocráticas que tratam de casos análogos: ARE nº 1.012.683/PE, Relatora a Ministra **Rosa Weber**, DJe de 4/4/17; RE nº 879.933/PB, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 1º/12/16; ARE nº 974.419/PE, Relator o Ministro **Edson Fachin**, DJe de 14/6/16; e RE nº 915.109/PE, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 24/2/16.

Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso.”

Aduz a agravante, **in verbis**, que

(...) a União em seu recurso extraordinário, defendeu que a destinação da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF deve ser exclusiva para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação

ARE 1050028 AGR / PE

básica, ou seja, a verba oriunda da condenação deve ser aplicada somente nesta natureza de despesas, entre as quais não se inclui o pagamento de honorários advocatícios.

Assim, verifica-se que a União demonstrou de forma fundamentada que toda a discussão cinge-se aos próprios termos da Constituição, mais especificamente ao disposto no art. 60 do ADCT.

(...)

Em outras palavras, o objeto do presente processo não é a legalidade ou não do contrato do escritório de advocacia com o Município, mas sim o repasse o de verbas do FUNDEF em afronta à destinação que a Constituição lhe deu”.

Em atenção ao princípio da celeridade processual e por não verificar prejuízo para a parte agravada, deixo de abrir prazo para contrarrazões.

É o relatório.

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A pretensão não merece acolhida.

Anote-se, inicialmente, que, no julgamento conjunto das ações cíveis originárias a que se refere a agravante (ainda pendentes de publicação), não foi decidida a questão acerca da retenção dos honorários advocatícios. No caso, questionou-se a metodologia utilizada pela União para calcular o valor mínimo anual por aluno, estabelecido no § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficando definido que “o valor da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deve ser calculado com base no valor mínimo nacional por aluno extraído da média nacional” (Vide informativo nº 876/STF).

Ademais, colhe-se do acórdão recorrido o seguinte:

“2. No entanto, estando o contrato relativo aos honorários devidamente protocolado junto ao feito de origem, anteriormente à formação do precatório, atendendo-se ao disposto no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, não há óbice à retenção pretendida.”

Desse modo, conforme já consignado na decisão agravada, a análise sobre a possibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, antes da expedição de precatório, demandaria a análise da legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94), o que é incabível em sede de recurso extraordinário.

Com efeito, a afronta ao dispositivo constitucional suscitado no

ARE 1050028 AGR / PE

recurso extraordinário seria, se ocorresse, indireta ou reflexa, o que é insuficiente para amparar o apelo extremo. Sobre o tema, registrem-se julgados de ambas as Turmas desta Corte:

“DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNDEF. CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMNA). COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS. EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça. 4. Agravo interno conhecido e não provido” (ARE nº 1.012.683/PE-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 21/8/17).

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. 1. Para se ultrapassar o entendimento do Tribunal de origem acerca da

ARE 1050028 AGR / PE

análise da possibilidade de se descontarem das verbas destinadas ao FUNDEF as quantias referentes aos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento pelo município de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, seria necessário se analisar a legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94, 9.424/96 e 11.494/07), o que é vedado em sede de recurso extraordinário. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposto no art. 1.021, § 4º, do Novo CPC, caso seja unânime a votação. Não se aplica ao caso dos autos a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, uma vez que não houve o arbitramento de honorários sucumbenciais pela Corte de origem” (ARE nº 1.015.813/PE-AgR, Segunda Turma, de minha relatoria, DJe de 14/8/17).

“SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM NOVA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO” (RE nº 914.948/PE-AgR-Segundo, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 25/4/17).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE

ARE 1050028 AGR / PE

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEF. PRECATÓRIO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DESVIO DE FINALIDADE: MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO” (RE nº 915.109/PE, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJe de 24/2/16).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

Determino que, a título de honorários recursais, a verba honorária já fixada seja acrescida do valor equivalente a 10% (dez por cento) de seu total, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do citado artigo e a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

É como voto.

DOC. 10



Justiça Federal da 1ª Região
Tribunal (2º grau) e Turmas Recursais e Regional dos Juizados

Detalhe do Processo
Número do Processo: 0018349-75.2017.4.01.3400 Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL (198) Órgão Julgador: Gab. 19 - DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO Órgão Julgador Colegiado: 7ª Turma Data de distribuição: 8 de Novembro de 2017 Assunto: DIREITO TRIBUTÁRIO (14) - Contribuições (6031) - Contribuições Especiais (6071) - FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (6077)

Informações do processo

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	APELANTE

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
União Federal	APELADO

Movimentação do Processo	
Data de atualização	Movimento
22/10/2019 21:46:56	Juntada de Petição (outras)
22/10/2019 21:46:54	Juntada de Petição (outras)
22/10/2019 21:46:45	Juntada de Petição (outras)
15/10/2019 20:22:30	Distribuído por dependência

Visualizado/Impresso em:01/06/2021 15:18:18